



ESTADO DO ACRE

Diário Oficial

ASSINATURA DIGITAL

Segunda-feira, 30 de dezembro de 2019

www.diario.ac.gov.br

Ano LII - nº 12.710-B

129 Páginas

CADERNO SUPLEMENTAR - PLANO PLURIANUAL ACRE 2020-2023



Um novo caminho,
**Um novo jeito de
caminhar.**

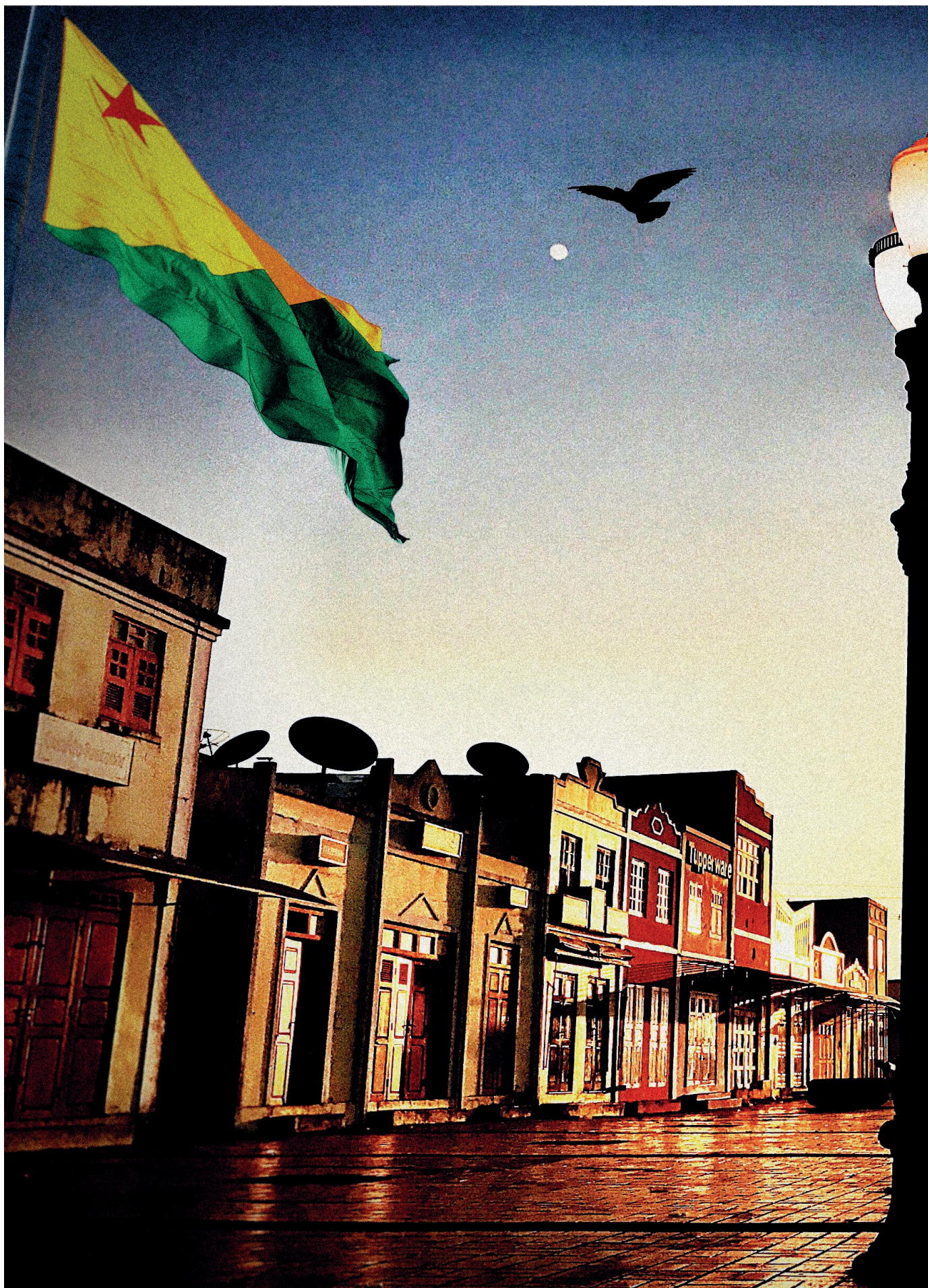
SENAP/MA
ENAFRON

SECRETARIA DE ESTADO DE
**PLANEJAMENTO
E GESTÃO**



ACRE
VISÃO DE FUTURO.
GOVERNO DE TODOS.







GLADSON DE LIMA CAMELI
Governador do Estado do Acre

WHERLES FERNANDES DA ROCHA
Vice-Governador do Estado do Acre





ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA**José Ribamar Trindade de Oliveira**

Secretário de Estado da Casa Civil

Maria Alice Araújo

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão

Coronel PM Amarildo Martins Camargo

Chefe do Gabinete Militar

Isaque Félix Ximenes

Chefe do Gabinete do Vice-Governador

Ricardo Augusto França da Silva

Chefe da Representação em Brasília

Luis Almir Brandão Francisco Soares

Controlador-Geral do Estado do Acre

Coronel PM Ulysses Freitas Pereira de Araújo

Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado do Acre

Coronel BM Carlos Batista da Costa

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre

José Henrique Maciel Ferreira

Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Acre

Semírames Maria Plácido Dias

Secretária de Estado da Fazenda

Alysson Bestene Lins

Secretária de Estado da Saúde



Mauro Sérgio Cruz

Secretário de Estado da Educação, Cultura e Esportes

Paulo César Rocha dos Santos

Secretário de Estado da Justiça e Segurança Pública

Eliane Pereira Sinhasique

Secretária de Estado de Empreendedorismo e Turismo

Edivan Maciel de Azevedo

Secretário de Estado de Produção e Agronegócio

Geraldo Israel Milani de Nogueira

Secretário de Estado de Meio Ambiente

Claire Maria Carvalho Cameli

Secretária de Estado de Assistência Social dos
Direitos Humanos e de Políticas para Mulheres

Anderson Abreu de Lima

Secretário de Estado de Indústria, Ciência e Tecnologia

Thiago Rodrigues Gonçalves Caetano

Secretário de Estado de Infraestrutura e do Desenvolvimento Urbano

Alysson Bestene Lins

Secretário de Estado de Relações Políticas e Institucionais

Silvania Maria Pinheiro da Silva Diniz

Secretária de Estado de Comunicação

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**Francisco Alves de Assis Filho**

Presidente do Instituto de Previdência do Estado do Acre

Carlos Afonso Cypriano dos Santos

Presidente da Junta Comercial do Acre

Ítalo Cesar Soares de Medeiros

Presidente do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre

Francineudo Souza da Costa

Presidente do Instituto Estadual de Educação Profissional e Tecnologia

Josenil Costa Chaves

Diretor Presidente do Departamento Estadual de Água e Saneamento

André Luiz Pereira Hassem

Diretor Presidente do Instituto de Meio Ambiente

Alírio Wanderley Neto

Presidente do Instituto de Terras do Acre

Rogério Victor Alves Melo

Diretor Presidente Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre

Luiz Fernando Duarte Maia

Presidente do Departamento Estadual de Trânsito

José Lucas da Cruz Gomes

Diretor Presidente do Instituto de Administração Penitenciária

Rogério Oliveira da Silva

Presidente do Instituto Sócio Educativo do Estado do Acre

Manoel Pedro de Souza Gomes

Presidente da Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour e
Diretor Presidente da Fundação de Desenvolvimento de Recursos
Humanos da Cultura e do Desporto do Estado do Acre

Maria Alice Araújo

Fundação Escola do Servidor Público

Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti

Presidente do Instituto de Mudanças Climáticas e Regularização dos Serviços Ambientais

Mayara Cristine Bandeira de Lima

Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado do Acre

Jander Rubem Ferreira Nobre Júnior

Presidente da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre

Lauro Ferreira de Melo

Presidente da Fundação Hospital Estadual do Acre

Sebastião Bocalom Rodrigues

Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Acre

Jânio Mário Pereira Santos

Diretor Presidente da Agência de Negócios do Estado do Acre S/A

Sebastião Aguiar Fonseca

Diretor Presidente da Zona de Processamento de Exportação do Acre S/A - AZPE/AC

Pedro de Oliveira Silva

Presidente da Companhia de Habitação do Acre

Francisco Alderian de Freitas Campos

Presidente da Fundação Aldeia de Comunicação do Acre

José Luiz Gondim dos Santos

Diretor Presidente da Companhia de Desenvolvimento e Serviços Ambientais



DEMAIS INSTITUIÇÕES**Procurador João Paulo Setti Aguiar**

Procurador-Geral do Estado

Procuradora Kátia Rejane de Araújo Rodrigues

Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre

Defensora Roberta de Paula Caminha Melo

Defensora Pública Geral do Estado

Deputado Nicolau Cândido da Silva Júnior

Presidente da Assembleia Legislativa do Acre

Conselheiro Antônio Cristóvão Correia de Messias

Presidente do Tribunal de Contas do Estado

Desembargador Francisco Djalma

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre



SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| Mensagem do Governador..... | 15 |
| Projeto de Lei do PPA 2020 - 2023..... | 17 |
| 1 APRESENTAÇÃO..... | 21 |
| 2 ESTRUTURAÇÃO, BASE ESTRATÉGICA E GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL | |
| 2.1 Estruturação do Plano Plurianual..... | 27 |
| 2.2 Metodologia e conceitos para elaboração do PPA 2020-2023..... | 27 |
| 2.3 Dimensão Estratégica do Governo do Acre..... | 28 |
| 2.4 Dimensão Tática..... | 32 |
| 2.5 PPA online..... | 35 |
| 2.6 Gestão e monitoramento do PPA..... | 38 |
| 2.7 Revisão do PPA..... | 38 |
| 3 CONJUNTURA DO ESTADO DO ACRE | |
| 3.1 Contextualização..... | 41 |
| 4 EIXOS ESTRATÉGICOS E PROGRAMAS TEMÁTICOS | |
| 4.1 EIXO GESTÃO INSTITUCIONAL..... | 53 |
| 4.1.1. Gestão moderna, eficiente e transparente..... | 53 |
| 4.1.2. Gestão estratégica de pessoas..... | 54 |
| 4.1.3. Valorização e Qualificação dos servidores públicos..... | 55 |
| 4.1.4. Modernização da Gestão fiscal, contábil e financeira..... | 55 |
| 4.1.5. Gestão Fiscal e Financeira..... | 56 |
| 4.1.6. Difusão e Comunicação pública..... | 56 |
| 4.1.7. Valorização dos Povos Indígenas..... | 57 |
| 4.2 EIXO CIDADANIA E SEGURANÇA..... | 61 |
| 4.2.1. Segurança Pública: Proteção, Presença e Força..... | 61 |
| 4.2.2. Saúde, um novo olhar..... | 62 |
| 4.2.3. Educação de qualidade, eficiente e inovadora..... | 63 |
| 4.2.4. Promoção de Projetos inovadores, educacionais e esportivos..... | 64 |
| 4.2.5. Qualificação Técnica Profissional..... | 65 |
| 4.2.6. Assistência Social, um direito de todos..... | 66 |
| 4.2.7. Cidadania para todos..... | 66 |
| 4.2.8. Mulher, viver com segurança e dignidade..... | 68 |
| 4.2.9. Cultura presente e participativa..... | 68 |

| | |
|--|------------|
| 4.3 EIXO ECONOMIA E AGRONEGÓCIO | 73 |
| 4.3.1. Desenvolvimento da Economia e Agronegócio | 73 |
| 4.3.2. Desenvolvimento Industrial e Comercial | 74 |
| 4.3.3. Fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural | 74 |
| 4.3.4. Acre Empreendedor | 75 |
| 4.3.5. Acre, o turismo começa aqui | 75 |
| 4.3.6. Geração e Difusão do Conhecimento, Ciência e Tecnologia | 76 |
| 4.3.7. Defesa Agropecuária | 77 |
| 4.4 EIXO INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO | 81 |
| 4.4.1. Viver Cidades | 81 |
| 4.4.2. Rotas do Desenvolvimento | 82 |
| 4.4.3. Saneamento é Saúde | 83 |
| 4.4.4. Segurança no Trânsito | 84 |
| 4.5 EIXO MEIO AMBIENTE | 87 |
| 4.5.1. Gestão Integrada do Meio Ambiente | 87 |
| 4.5.2. Negócios Florestais | 88 |
| 4.5.3. Regularização Fundiária do Estado do Acre | 89 |
| 5 PROGRAMA DE GESTÃO INSTITUCIONAL: ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL | 91 |
| 5.1 Gestão Institucional do Poder Legislativo: Assembleia Legislativa do Acre e Tribunal de Contas do Estado | 91 |
| 5.2 Gestão Institucional do Poder Judiciário | 93 |
| 5.3 Gestão Institucional do Ministério Público Estadual | 95 |
| 5.4 Gestão Institucional da Defensoria Estadual | 99 |
| ANEXO I PROGRAMAS TEMÁTICOS | 103 |
| ANEXO II PROGRAMAS DE GESTÃO INSTITUCIONAL | 107 |
| ANEXO III RELAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO | 111 |
| ANEXO IV REFERENCIAL ORÇAMENTÁRIO | 115 |

MENSAGEM Nº 1.494/2019
Excelentíssimo Senhor Presidente
DEPUTADO NICOLAU CÂNDIDO DA SILVA JÚNIOR

Excelentíssimos Senhores e Senhoras
Parlamentares,



Em obediência ao estabelecido no artigo 150, inciso I, art. 151 e 159, § 1º, todos da Constituição Estadual, apresentamos para apreciação dessa augusta Casa Legislativa o Projeto de Lei do Plano Plurianual 2020-2023.

Em conformidade com o disposto na referida Constituição, a Lei do Plano Plurianual-PPA institui diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual, materializando o planejamento por meio de programas, projetos e ações. É a base para a definição das metas e prioridades constantes na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como norteia a respectiva Lei Orçamentária Anual.

O PPA é mais que um instrumento normativo, é resultado do esforço dos diversos setores públicos, empresários, técnicos e dos cidadãos acreanos, conscientes da necessidade de se estabelecer um enfrentamento real aos problemas do Estado sem falsas soluções para o crescimento e desenvolvimento do Acre.

O PPA é, portanto, resultado da coragem e determinação de **iniciar um novo ciclo de prosperidade e bem estar para todos os acreanos**, elevando o Acre a um novo patamar socioeconômico. Um ciclo que persiga incansavelmente o combate firme às mazelas sociais históricas e estruturais que tanto maltratam nosso povo.

Um novo ciclo que persiga o aumento da participação plúvia do Acre no PIB nacional, que representa apenas 0,22% do PIB do país, colocando o Estado no ranking com a segunda pior participação entre os estados.

Um novo ciclo que inverta a plena dependência econômica do Estado com o setor público fomentando o crescimento de setores econômicos estratégicos na geração de riqueza, emprego e renda, a exemplo do Agronegócio. O setor que mais emprega formalmente no Acre ainda é a administração pública, sendo responsável por aproximadamente 41% dos empregos gerados no estado em 2017.

Senhor Presidente, Senhores e Senhoras
Parlamentares,

O desemprego no Acre atinge índices alarmantes, com a taxa de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais figurando no topo do ranking nacional, sendo a terceira pior do Brasil e a segunda da região norte, segundo a PNAD.

Em períodos de crise econômica a população jovem é a que mais sofre com o desemprego. Nada menos que 28,9% dos nossos jovens com idade entre 15 a 29 anos, integram a categoria “nem nem”, ou seja, aqueles que não trabalham e nem estudam, sendo esse índice o quarto pior do país.

Cerca de 27,11% da população acreana, correspondente a **223.000 acreanos**, com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo, vivem na pobreza, segundo dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do PNUD.

Em abril de 2019, nada menos que **90.574 acreanos foram atendidos pelo programa Bolsa Família**, correspondendo a 10,4% da população do Estado. Isso significa dizer que mais de 132.000 mil acreanos, que vivem na pobreza, não recebem auxílio do Programa, agravando ainda mais sua condição de vida.

No tocante ao setor produtivo, os indicadores são também alarmantes, com queda acentuada nas principais culturas perenes e anuais produzidas no estado. A produção de milho caiu 28% quando comparada ao ano de 2013 o que, em números absolutos, representa uma redução de mais de 35.000 toneladas. Quanto a produção de arroz, a queda foi de 59%, com redução de mais de 9.000 toneladas, no mesmo período. A produção de mandioca, umas das principais culturas anuais de renda e subsistência do Estado, diminuiu em 365.896 toneladas, no período de 2014 a 2017. Portanto, o Agronegócio passa a ser prioridade e terá apoio irrestrito do nosso governo.

Na área de segurança, especialmente em relação a taxa de homicídios, em 2017 o Acre figurou no topo do Ranking de homicídios no Brasil, atingindo o maior nível histórico de letalidade violenta intencional no Estado. Estes índices já começaram a ser consideravelmente reduzidos em 2019, fruto de um esforço hercúleo do governo e suas forças de segurança.

Senhor Presidente, Senhores e Senhoras
Parlamentares,

Os indicadores supracitados, além de diversos

outros nas áreas de saúde, educação, saneamento e infraestrutura, revelam um período a ser urgentemente superado. Um capítulo em branco na história do Acre, que remete o Estado a uma profunda mudança, pautada em novas ideias e na construção de **um novo caminho, de um novo jeito de caminhar**. Um governo mais justo, democrático, transparente e próximo das pessoas, que tome decisões em favor da coletividade, sem perder o foco nas camadas populares mais excluídas.

Um governo onde trabalhadores públicos e privados, empresários e diversos segmentos sociais, agentes fundamentais no processo de desenvolvimento socioeconômico local, sejam amplamente apoiados para desenvolverem suas potencialidades, sendo participantes efetivos na construção e implementação de políticas econômicas sólidas.

E esse é o novo desafio: enfrentar o cenário de crise e canalizar esforços para administrar o cenário herdado, com coragem, eficiência e responsabilidade social e com o erário.

E para fazer frente a esse enorme desafio, a atuação será direcionada em 4 (quatro) diretrizes e 17 (dezessete) Objetivos Estratégicos:

I. Gestão Responsável e Transparente:

Garantindo o equilíbrio fiscal, a qualidade do gasto público e a transparência, fortalecendo o controle, ampliando as receitas e a capacidade de investimento; Valorizando e qualificando o servidor público, com foco nas carreiras e nas diretrizes institucionais; e, Modernizando os processos e as ferramentas de gestão, melhorando o acesso e a qualidade dos serviços públicos.

II. Segurança e Bem-Estar:

Ampliando e melhorando o acesso, a eficiência e a qualidade dos serviços de saúde com foco na prevenção; Aumentando a segurança e o combate à violência; Promovendo um salto na qualidade e no acesso à educação; Promovendo a inclusão social com igualdade de oportunidades e valorização da cultura regional e indígena; e, Integrando práticas esportivas e culturais às políticas de desenvolvimento do Estado.

III. Economia Forte e Diversificada:

Fomentando o agronegócio, a industrialização e acesso a linhas de crédito, impulsionando o crescimento econômico sustentado em bases diversificadas e regionais; Viabilizando a ciência e inovação tecnológica, assistência e acesso ao conhecimento técnico; Promovendo o planejamento,

o ordenamento e regularização fundiária, de forma integrada e sustentável; Fomentando a produção agropecuária e florestal e da sociobiodiversidade, fortalecendo políticas de serviços ambientais e de proteção e conservação dos recursos naturais; e, Fomentando o Turismo com base nas identidades regionais.

IV. Infraestrutura Regional Integrada:

Ampliando investimentos em infraestrutura de habitação, saneamento, energia, recursos hídricos e obras públicas; Ampliando e melhorando a infraestrutura de transporte e logística necessária à integração regional e de acesso às áreas isoladas; Garantindo a infraestrutura adequada ao desenvolvimento econômico e escoamento da produção; e, Garantindo a qualidade, a regulação e o controle na execução de obras públicas.

Com base nas Diretrizes e Objetivos Estratégicos supracitados, foram priorizados no PPA 2020-2023, **30 Programas Temáticos** desmembrados em **245 Iniciativas**, objetivando construir um Acre mais seguro, produtivo e atrativo a negócios, com saúde e educação de melhor qualidade e responsável com os gastos públicos.

Com este Plano, o Governo apresenta à sociedade uma nova visão de desenvolvimento econômico e social para o Acre, que se fundamenta em um Estado democrático, com a missão de prover serviços públicos de qualidade, com liberdade para trabalhar e construir um futuro melhor. Insta salientar que este documento estará em constantes atualizações na expectativa de inserir novas propostas pautadas pela sociedade acreana.

Este Projeto de Lei apresenta-se de extrema relevância para o desenvolvimento do nosso Estado, o qual submetemos a análise e aprovação por esta Augusta Casa de Leis.

Na oportunidade, sirvo-me do presente para reiterar a Vossa Excelência, Senhor Presidente, e aos demais parlamentares dessa Casa Legislativa, os protestos de minha elevada consideração.



GLADSON DE LIMA CAMELI
Governador do Estado do Acre



LEI Nº 3.589, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2019

Dispõe sobre o Plano Plurianual do Estado do Acre para o quadriênio 2020-2023.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE,

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1 Esta Lei dispõe sobre o Plano Plurianual do Estado do Acre para o quadriênio 2020-2023, em cumprimento ao disposto no art. 151 da Constituição Estadual.

§ 1º O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, programas, ações, objetivos, metas e indicadores com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas.

§ 2º O planejamento governamental é a atividade que, com base em diagnósticos, construção de cenários e diálogo com os segmentos sociais, orienta as escolhas de políticas públicas e a definição de prioridades do governo estadual para a promoção da inclusão social e do crescimento e desenvolvimento sustentável.

§ 3º O PPA 2020-2023 contempla o planejamento dos órgãos e das entidades da administração pública direta e indireta, dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e Defensoria Pública do Estado do Acre, e está em conformidade com o Planejamento Estratégico de Governo que deu origem à formulação de Mapa Estratégico para a atuação do governo local.

Art. 2 Para cumprimento das disposições constitucionais que disciplinam o Plano Plurianual, consideram-se:

- I. Eixos: estruturas focais de concentração dos melhores esforços e recursos, visando às transformações e melhorias desejadas na realidade, relacionando-se com os destinatários da atuação do Governo;
- II. Diretrizes: conjunto de grandes escolhas que orientam a construção de uma visão de futuro de médio e longo prazos para a realidade econômica, social, cultural, ambiental e de mercado, visando à geração e apropriação de valor, e atua sob condições de incerteza;
- III. Programas: instrumento de organização da atuação governamental que articula um conjunto de ações;
- IV. Objetivos: os resultados que se deseja alcançar;
- V. Iniciativas: operações das quais resultam produtos – bens ou serviços – que contribuem para atender o objetivo de um programa;
- VI. Projetos: conjunto de ações limitadas no tempo, do qual resulta um produto final entregue à sociedade;
- VII. Metas: a quantificação física do objetivo.

**CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 3 O PPA 2020-2023 organiza a atuação do governo em programas e ações que visam tornar o Estado do Acre mais seguro, produtivo e atrativo a negócios, com saúde e educação de melhor qualidade.

Art. 4 O período de 2020-2023 seguirá orientado pelas diretrizes:

- I. Gestão Responsável e Transparente;
- II. Segurança e Bem-Estar;



- III. Economia Forte e Diversificada;
- IV. Infraestrutura Regional Integrada.

Art. 5 A alocação de recursos e a implantação e gestão das políticas públicas serão orientados pelos seguintes objetivos estratégicos:

- I. Garantir o equilíbrio fiscal, a qualidade do gasto público e a transparência, fortalecendo o controle, ampliando as receitas e a capacidade de investimento;
- II. Valorizar e qualificar o servidor público, com foco nas carreiras e nas diretrizes institucionais;
- III. Modernizar os processos e as ferramentas de gestão, melhorando o acesso e a qualidade dos serviços públicos;
- IV. Ampliar e melhorar o acesso, a eficiência e a qualidade dos serviços de saúde com foco na prevenção;
- V. Aumentar a segurança e o combate à violência;
- VI. Promover um salto na qualidade e no acesso à educação;
- VII. Promover a inclusão social com igualdade de oportunidades e valorização da cultura regional e indígena;
- VIII. Integrar práticas esportivas e culturais às políticas de desenvolvimento do estado;
- IX. Fomentar o agronegócio, a industrialização e acesso a linhas de crédito, impulsionando o crescimento econômico sustentado em bases diversificadas e regionais;
- X. Viabilizar a ciência e inovação tecnológica, assistência e acesso ao conhecimento técnico;
- XI. Promover o planejamento, o ordenamento e regularização fundiária, de forma integrada e sustentável;
- XII. Fomentar a produção agropecuária e florestal e da sociobiodiversidade, fortalecendo políticas de serviços ambientais e de proteção e conservação dos recursos naturais;
- XIII. Fomentar o Turismo com base nas identidades regionais;
- XIV. Ampliar investimentos em infraestrutura de habitação, saneamento, energia, recursos hídricos e obras públicas;
- XV. Ampliar e melhorar a infraestrutura de transporte e logística necessária a integração regional e acesso às áreas isoladas;
- XVI. Garantir a infraestrutura adequada ao desenvolvimento econômico e escoamento da produção;
- XVII. Garantir a qualidade, a regulação e o controle na execução de obras públicas.

Art. 6 Os Objetivos Estratégicos de que tratam o art. 5º desta lei são apresentados em programas temáticos, programas de gestão institucional e iniciativas. Para efeitos desta Lei, entende-se por:

- I. Programa Temático: aquele de natureza finalística, retrata a agenda de governo e os temas das Políticas Públicas para alterar, mudar ou aproveitar situações-problema em um horizonte de quatro anos;
- II. Programas de Gestão Institucional: Administrativo e Operacionais representa o conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental - ações típicas do estado e ações administrativas;
- III. Iniciativas: produzem bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações orçamentária ou não orçamentária, ações instrucionais e normativas. Compreendem projetos com prazos e entregas definidas e atividades de natureza contínua.

Art. 7 O conteúdo do PPA 2020-2023 encontra-se explicitado nos anexos desta lei, no qual são apresentados os programas e ações.

Art. 8 Os programas, no âmbito da Administração Pública Estadual, como instrumentos de organização das ações de Governo, ficam restritos aqueles integrantes do Plano Plurianual.

Capítulo III **INTEGRAÇÃO COM A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Art. 9 Nos orçamentos anuais, os programas constantes do PPA 2020-2023 serão detalhados em ações orçamentárias, segundo seus grupos de despesa e fontes de recursos.

Art. 10 Os valores globais previstos para os programas deste Plano não são limites para o estabelecimento de dotações requeridas à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias anuais.

Capítulo IV GESTÃO DO PPA

Art. 11 A gestão do PPA consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, diretrizes e objetivos, e busca o aperfeiçoamento dos mecanismos de gerenciamento dos recursos e da implementação das políticas públicas.

Parágrafo único - A gestão do PPA 2020-2023 observará os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade e compreenderá a execução, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos programas, objetivos, produtos, indicadores, metas e valores globais.

Art. 12 Considera-se revisão do PPA-2020-2023 a inclusão, exclusão ou alteração de programas.

§ 1º A revisão de que trata o caput, ressalvado o disposto no parágrafo 4º deste artigo, será proposta pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei, sempre que necessário.

§ 2º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual que incluam programas deverão conter todos os respectivos atributos.

§ 3º Considera-se alteração de programa a inclusão, exclusão ou alteração de iniciativas e produtos principais, com respectivas metas, bem como readequação de seu objetivo.

§ 4º O Poder Executivo fica autorizado a adequar, por meio de decreto:

- I. As vinculações entre ações orçamentárias e iniciativas;
- II. Os enunciados das iniciativas, desde que não altere sua finalidade precípua;
- III. O quantitativo das metas dos produtos; e
- IV. Indicadores dos programas temáticos.

Art. 13 Compete à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG coordenar o processo de monitoramento dos programas do Poder Executivo, definindo fluxos e mecanismos com a participação dos demais órgãos do executivo estadual.

Parágrafo único - As atividades de monitoramento e avaliação poderão fazer uso de indicadores complementares aos publicados neste Plano, sendo que estes não estão vinculados ao cumprimento de metas.

Capítulo V DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14 Caberá ao Poder Executivo editar normas complementares para a execução desta lei.

Art. 15 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Rio Branco-AC, 19 de dezembro de 2019, 131º da República, 117º do Tratado de Petrópolis e 58º do Estado do Acre.

Gladson de Lima Cameli
Governador do Estado do Acre



1. Apresentação

O PPA 2020 - 2023 prevê a adição de Programas, Projetos e iniciativas e o estabelecimento de metas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico que potencializem a criação de riquezas pelo povo acreano, usando seus recursos naturais, ambientais e humanos, com tecnologia, inovação e capacidade concorrencial perante a globalização dos mercados.

O Plano organiza a atuação do governo em programas e ações que visam tornar o Estado do Acre mais seguro, produtivo e atrativo a negócios, com saúde e educação de melhor qualidade, e seguirá orientado pelas diretrizes:

- I. **Gestão Responsável e Transparente;**
- II. **Segurança e Bem-Estar;**
- III. **Economia Forte e Diversificada;**
- IV. **Infraestrutura Regional Integrada.**

A alocação de recursos e a implantação e gestão das políticas públicas serão orientados pelos seguintes objetivos estratégicos:

- I. Garantir o equilíbrio fiscal, a qualidade do gasto público e a transparência, fortalecendo o controle, ampliando as receitas e a capacidade de investimento;
- II. Valorizar e qualificar o servidor público, com foco nas carreiras e nas diretrizes institucionais;
- III. Modernizar os processos e as ferramentas de gestão, melhorando o acesso e a qualidade dos serviços públicos;
- IV. Ampliar e melhorar o acesso, a eficiência e a qualidade dos serviços de saúde com foco na prevenção;
- V. Aumentar a segurança e o combate à violência;
- VI. Promover um salto na qualidade e no acesso à educação;
- VII. Promover a inclusão social com igualdade de oportunidades e valorização da cultura regional e indígena;
- VIII. Integrar práticas esportivas e culturais às políticas de desenvolvimento do estado;
- IX. Fomentar o agronegócio, a industrialização e acesso a linhas de crédito, impulsionando o crescimento econômico sustentado em bases diversificadas e regionais;
- X. Viabilizar a ciência e inovação tecnológica, assistência e acesso ao conhecimento técnico;
- XI. Promover o planejamento, o ordenamento e regularização fundiária, de forma integrada e sustentável;
- XII. Fomentar a produção agropecuária e florestal e da sociobiodiversidade, fortalecendo políticas de serviços ambientais e de proteção e conservação dos recursos naturais;

XIII. Fomentar o turismo com base nas identidades regionais;

XIV. Ampliar investimentos em infraestrutura de habitação, saneamento, energia, recursos hídricos e obras públicas;

XV. Ampliar e melhorar a infraestrutura de transporte e logística necessária a integração regional e acesso as áreas isoladas;

XVI. Garantir a infraestrutura adequada ao desenvolvimento econômico e escoamento da produção;

XVII. Garantir a qualidade, a regulação e o controle na execução de obras públicas.

Portanto, o Plano Plurianual 2020-2023 **Um novo Caminho, um Novo Jeito de Caminhar** foi estruturado a partir do mapa estratégico de governo, composto por 30 Programas Temáticos e 245 Iniciativas distribuídas em 5 (cinco) Eixos, que objetivam reverter o cenário crítico descrito anteriormente através de índices e indicadores, os quais serão brevemente apresentados a seguir e detalhados no decorrer do capítulo 3 deste documento.

I. EIXO GESTÃO INSTITUCIONAL

O Eixo Gestão Institucional é composto por 7 programas e 54 iniciativas, e abrange competências de políticas públicas transversais aos Órgãos e Entidades do Poder Executivo, tornando-se fundamental para o êxito dos objetivos estratégicos de governo.

Assim, os programas definidos visam dar um salto de qualidade na Gestão Pública do Estado do Acre, aplicando boas práticas administrativas, utilizando o conhecimento e a inovação para a concepção de novos processos e novos serviços capazes de contribuir para o desempenho de todas as áreas de resultados organizacionais, a partir de uma visão moderna de gestão pública, enquanto processo sistêmico que requer conhecimento técnico, responsabilidade, muita inspiração, criatividade, empreendedorismo e persistência.

Para tanto, as diretrizes estabelecidas focam na valorização dos servidores públicos, melhoria e inovação das ferramentas e processos administrativos e na gestão responsável e transparente com qualidade no gasto público, a fim de ofertar serviços e atendimento ágil, digno e de qualidade à sociedade acreana.

Neste Eixo, os projetos e iniciativas serão executados no âmbito de 07 programas Temáticos, a seguir:

- 1. Gestão moderna, eficiente e transparente

2. Gestão estratégica de pessoas
3. Valorização e qualificação dos servidores públicos
4. Modernização da gestão fiscal, contábil e financeira
5. Gestão fiscal e financeira
6. Difusão e comunicação pública
7. Valorização dos povos indígenas

II. EIXO CIDADANIA E SEGURANÇA

É dever do Estado a proteção aos interesses essenciais à manutenção da vida social digna, representada pelo exercício dos direitos inerentes ao ser humano, como à vida, à liberdade e à igualdade. Nesse contexto, a concepção atual de um Estado mais seguro e com bem-estar social incorpora os valores e direitos ligados à cidadania, à democracia, à saúde, à educação, à cultura e lazer de forma indissociável as condições de paz e tranquilidade, advindas da segurança pública.

Portanto, o Eixo Cidadania e Segurança é composto por 9 programas e 72 iniciativas que envolvem as áreas de educação, saúde, assistência social, cultura e segurança pública para que de forma estratégica e com a participação cidadã promovam políticas públicas integradas e alinhadas, somando forças para assegurar o exercício pleno da cidadania.

Neste Eixo, os projetos e iniciativas serão executados no âmbito de 09 programas Temáticos, a seguir:

1. Segurança pública: proteção, presença e força
2. Saúde, um novo olhar
3. Educação de qualidade, eficiente e inovadora
4. Promoção de projetos inovadores, educacionais e esportivos
5. Qualificação técnica profissional
6. Assistência social, um direito de todos
7. Cidadania para todos
8. Mulher, viver com segurança e dignidade
9. Cultura presente e participativa

III. EIXO ECONOMIA E AGRONEGÓCIO

O Eixo Economia e Agronegócio é composto por 7 programas e 49 iniciativas voltadas para o desenvolvimento do processo produtivo, do alinhamento entre as novas tecnologias e uso racional dos recursos florestais. Dentro do processo de impulsionar uma economia forte e diversificada estão os programas de governo e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de ciência e tecnologia, desenvolvimento das cadeias produtivas, assistência técnica e extensão rural, industrialização, turismo e

comércio potencializando as oportunidades regionais direcionadas a geração de emprego e renda, como forma de agregar valor, elevando a produtividade e a competitividade do Estado.

Nesse novo momento, o Governo do Estado traz como diferencial o fortalecimento do agronegócio sem perder de vista os pactos de sustentabilidade e limites de conservação, considerando a participação do setor na Economia.

Neste Eixo, os projetos e iniciativas serão executados no âmbito de 07 programas Temáticos, a seguir:

1. Desenvolvimento da Economia e Agronegócio
2. Desenvolvimento Industrial e Comercial
3. Fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural
4. Acre Empreendedor
5. Acre, o Turismo Começa Aqui
6. Geração e Difusão do Conhecimento, Ciência e Tecnologia
7. Defesa Agropecuária

IV. EIXO INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

O Eixo Infraestrutura para o Desenvolvimento é composto por 4 programas e 38 iniciativas; contempla uma área de construção de estratégias ligadas ao desenvolvimento econômico, social e territorial, transformando as ações do governo em políticas públicas por meio de serviços de engenharia, obras, saneamento, habitação, gestão do trânsito, regulação, direcionadas ao desenvolvimento da infraestrutura urbana e rural proporcionando serviços públicos de qualidade à sociedade.

O governo com um olhar estratégico buscará investir em ações que potencialize o processo de crescimento e desenvolvimento econômico tornando o ambiente favorável e mais atrativo para futuros investimentos, criando possibilidades de competitividades no Estado, bem como gerando emprego, renda e diminuindo a desigualdade. Neste Eixo, os projetos e iniciativas serão executados no âmbito de 04 programas Temáticos, a seguir:

1. Viver Cidades
2. Rotas do Desenvolvimento
3. Saneamento é Saúde
4. Segurança no Trânsito

V. EIXO MEIO AMBIENTE

O Eixo Meio Ambiente é composto por 3 programas e 32 iniciativas que visam promover a preservação,

melhoria e recuperação ambiental do Estado através da execução de atividades com baixo impacto ambiental e uso racional dos recursos naturais, bem como a inclusão das potencialidades ambientais às atividades produtivas, contribuindo para diversificação das atividades econômicas estadual.

O governo se compromete com as futuras gerações propondo uma política de uso dos recursos naturais adotando padrões de consumo e de produção sustentáveis e compatíveis com a preservação da biodiversidade acreana.

Neste Eixo, os projetos e iniciativas serão executados no âmbito de 03 programas Temáticos, a seguir:

1. Gestão Integrada do Meio Ambiente
2. Negócios Florestais
3. Regularização Fundiária do Estado do Acre

Insta destacar que a formulação deste documento nasce da revisão do Plano de Governo apresentado ainda durante a campanha de 2018, construído com a participação de um amplo corpo técnico e diversos segmentos da sociedade acreana, do Planejamento estratégico de governo, no qual foram definidas as prioridades dos órgãos setoriais, bem como da leitura de indicadores críticos que precisam ser atacados e da análise de cenários macroeconômicos, regionais e locais que resultaram na identificação dos desafios e oportunidades para o desenvolvimento do estado.

Ex positis, as ações e programas inseridos neste Plano foram pautadas pelo pleno respeito à democracia, em especial aos que mais necessitam do poder público e, ainda, com a integração do homem às políticas ambientais. A proteção e a conservação ambiental será considerada como uma política de promoção de qualidade de vida e de melhoria dos processos de produção, e não como uma ferramenta de exclusão social ou de punição ao trabalho.

Insta salientar que este documento não deve ser visto como uma proposta definitiva, pois estará em constantes atualizações na expectativa de inserir propostas pautadas com sociedade acreana.

Com este Plano, o Governo apresenta à sociedade uma nova visão de desenvolvimento econômico e social para o Acre, que se fundamenta em um estado democrático, com a missão de prover serviços públicos de qualidade, com liberdade para trabalhar e construir um futuro melhor.

FOTO: ARQUIVO/SECOM





ESTRUTURAÇÃO, BASE ESTRATÉGICA E GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL





2.1 Estruturação do Plano Plurianual

De acordo com a Constituição Federal de 1988 o Plano Plurianual é um instrumento governamental de planejamento que estabelece as diretrizes, objetivos e metas da administração pública. Define as macro-orientações do Governo Estadual para um período de quatro anos.

O PPA é uma peça abrangente de consolidação dos programas de Governo em todas as áreas de atuação do poder público. Define ações de caráter estruturante para o desenvolvimento estadual e o planejamento dos serviços e ações de caráter permanente da Administração Pública, perfazendo a quase totalidade das ações governamentais.

Seu caráter estratégico justifica o esforço em torná-lo uma ferramenta eficiente de gestão de políticas públicas, construído a partir de uma agenda de planejamento que envolve não apenas as instituições públicas e a sociedade organizada, mas também o cidadão acreano, por meio do PPA online.

A primeira fase dessa construção envolveu gestores públicos e sociedade organizada com o objetivo de propor as melhores estratégias em direção ao futuro desejado pela nova gestão para os próximos quatro anos, resultando no **Planejamento Estratégico Governamental**.

Os objetivos estratégicos definidos foram pactuados pelos gestores públicos e subsidiaram a fase seguinte de definição dos programas, projetos e atividades para o PPA 2020-2023.

Esta nova fase manteve o compromisso em promover a cidadania e a transparência para garantir a efetividade das políticas públicas e a corresponsabilização entre os entes do governo e a sociedade sobre a melhor gestão dos recursos públicos. Para tanto, os gestores públicos e os cidadãos foram envolvidos enquanto partes interessadas no desenvolvimento do estado. Em especial o cidadão acreano pôde contribuir de forma direta por meio do PPA online. Uma iniciativa inovadora no estado que aproveita os recursos de tecnologia da informação e comunicação, bem como o alcance das mídias digitais para fortalecer a democracia, permitindo a efetiva participação do cidadão na construção das atividades que interferem diretamente nos destinos da população acreana e no futuro do nosso Acre.

Assim, em obediência às disposições constitucionais, o PPA 2020-2023 é resultado do trabalho desenvolvido pela equipe estratégica e técnica de Governo fundamentado na transparência e envolvimento dos interessados.

Outra preocupação da equipe foi garantir a possibilidade de revisão do PPA, haja vista o dinamismo do processo de planejamento e a constante mudança dos cenários econômico, social e político, o que pode gerar a necessidade de avaliação e retroalinhamento da gestão das políticas públicas.

2.2 Metodologia e conceitos para elaboração do PPA 2020-2023

O caráter estratégico do PPA na definição das ações estruturantes e no planejamento dos serviços e ações permanentes que impulsionarão o desenvolvimento humano, social e econômico do estado é prerrogativa para a definição da metodologia da sua construção.

A partir desse entendimento o PPA 2020-2023 está estruturado em dimensões estratégicas, que direcionam o olhar de futuro a ser perseguido:

Dimensão Estratégica: macros desafios e visão de longo prazo do governo.

Dimensão Tática: programas temáticos que se estruturam em objetivos e iniciativas.

Dimensão Operacional: ações constantes das leis orçamentárias.

O PPA 2020-2023 trata essas dimensões, com suas principais categorias, conforme descrito na sequência:

- Visão, Missão, Eixos, Diretrizes e Objetivos Estratégicos foram elaborados com base no Programa de Governo e na Visão Estratégica que orientam a formulação dos Programas do PPA 2020-2023;

- Programas Temáticos são aqueles de natureza finalística, retratam a agenda de governo e os temas das Políticas Públicas para alterar, mudar ou aproveitar situações-problema em um horizonte de quatro anos, bem como, materializar as propostas de valor perseguidas pelos objetivos estratégicos do Governo. Assim, resultam em bens e/ou serviços ofertados diretamente à sociedade, expressos em objetivos, iniciativas e metas.



- Programas de Gestão Institucional: Administrativo e Operacionais são instrumentos do Plano que classificam um conjunto de ações típicas do Estado e ações administrativas destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

- Iniciativas: produzem bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de

ações orçamentárias ou não orçamentárias, ações instrucionais e normativas. Compreendem projetos com prazos e entregas definidas e atividades de natureza contínua.

- Ações: se vinculam aos Programas, sendo detalhadas no orçamento anual.



2.3 Dimensão Estratégica do Governo do Acre

A dimensão estratégica direciona o Governo do Acre visando à condução do desenvolvimento do Estado a fim de tornar **o Acre mais seguro, produtivo e atrativo a negócios, com saúde e educação de melhor qualidade.**

A formulação da dimensão estratégica teve como ponto de partida a análise dos indicadores sociais, econômicos e ambientais associada a escuta

social e técnica dos gestores públicos, por meio do processo de planejamento governamental.

O planejamento governamental é uma prática essencial para a Administração Pública que eleva a eficiência, eficácia e efetividade das políticas públicas, reduz riscos e incertezas, subsidia a tomada de decisões e aumenta as possibilidades de alcance dos objetivos definidos.

Para a definição das estratégias, enquanto o melhor caminho em direção ao desenvolvimento do Acre utilizou-se a metodologia Balanced Scorecard (BSC) ajustado às especificidades de Governo.

O Balanced Scorecard, como o modelo de gestão estratégica definido, traduziu a visão, a missão e as estratégias visando garantir o alinhamento, a integração e o foco da estrutura governamental para atender a sociedade acreana.

A metodologia preconiza a construção de um “Mapa Estratégico”, construído e sistematizado a partir de quatro diretrizes estratégicas que agrupam 17 objetivos estratégicos, além da missão e visão de futuro.

- **Gestão responsável e transparente**, abrange os objetivos de transparência, gestão responsável e melhoria na prestação dos serviços públicos, garantindo o equilíbrio fiscal, a qualidade do gasto público e a transparência, fortalecendo o controle, ampliando as receitas e a capacidade de investimento, valorizando e qualificando o servidor público, com foco nas carreiras e nas diretrizes institucionais, bem com, modernizando os processos e as ferramentas de gestão, melhorando o acesso e a qualidade dos serviços públicos.

- **Segurança e bem-estar**, contempla os objetivos da saúde, educação, segurança, inclusão social, cidadania, cultura, esporte e lazer, ampliando e melhorando o acesso, a eficiência e a qualidade dos serviços de saúde com foco na prevenção, aumentando a segurança e o combate à violência, promovendo um salto na qualidade e no acesso à educação e a inclusão social com igualdade de oportunidades e valorização da cultura regional e indígena, além de buscar a

integração das práticas esportivas e culturais às políticas de desenvolvimento do estado.

- **Economia forte e diversificada**, contempla a economia, a ciência e tecnologia, o turismo e a produção da biodiversidade com respeito ao meio ambiente; Fomentando o agronegócio, a industrialização e acesso a linhas de crédito, impulsionando o crescimento econômico sustentado em bases diversificadas e regionais; Viabilizando a ciência e inovação tecnológica, assistência e acesso ao conhecimento técnico; Promovendo o planejamento, o ordenamento e regularização fundiária, de forma integrada e sustentável; Fomentando a produção agropecuária e florestal e da sociobiodiversidade, fortalecendo políticas de serviços ambientais e de proteção e conservação dos recursos naturais; e, Fomentando o Turismo com base nas identidades regionais.

- **Infraestrutura regional integrada**, contempla a infraestrutura e logística para a integração regional, impulso e sustentabilidade da economia, ampliando investimentos em infraestrutura de habitação, saneamento, energia, recursos hídricos e obras públicas; ampliando e melhorando a infraestrutura de transporte e logística necessária a integração regional e de acesso as áreas isoladas; garantindo a infraestrutura adequada ao desenvolvimento econômico e escoamento da produção e, Garantindo a qualidade, a regulação e o controle na execução de obras públicas.

FOTO: ARQUIVO/SECOM



DIRETRIZES

Representam os macro-objetivos do governo. Formam um conjunto de grandes escolhas que orientam a construção de uma visão de futuro de médio e longo prazo para a realidade econômica, social, cultural, ambiental e de mercado, visando à geração e apropriação de valor, e atua sob condições de incerteza;

Nelas o governo demonstra a importância de uma **gestão responsável e transparente** enquanto base para assegurar o sucesso das demais estratégias.

Também apresenta seu compromisso com a **segurança e bem-estar** da sociedade acreana, enquanto condições indissociáveis, uma vez que é preciso garantir segurança para o exercício pleno dos direitos e deveres.

As diretrizes abrangem ainda o grupo de objetivos estratégicos que se relacionam em prol do crescimento e desenvolvimento socioeconômico do estado para uma **economia forte e diversificada e uma infraestrutura regional integrada**, respeitando e agregando valor à biodiversidade, capaz de elevar o emprego e a renda do acreano.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Aferem materialidade e significância à visão de futuro, estabelecida para o horizonte de vigência do PPA, observando os condicionantes políticos e financeiros.

Os objetivos estratégicos são os sinalizadores dos pontos de atuação em que o êxito é fundamental para o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro.

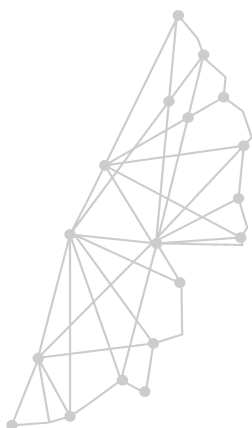
A construção das políticas públicas e as ações que serão executadas baseiam-se nos seguintes valores institucionais:

- **ÉTICA** na conduta do serviço público com foco no princípio do trabalho bem feito;
- **TRANSPARÊNCIA** nas ações e rigor na aplicação dos recursos públicos;
- **RESPONSABILIDADE** no cumprimento da missão institucional e alcance da efetividade;
- **RESPEITO** pelas pessoas, pelas diferenças que manifestam, e pelas culturas que integram;
- **PARTICIPAÇÃO** democrática na gestão com fortalecimento do sentido de pertença pelo bem público; e
- **COMPROMISSO** com a redução das desigualdades na sociedade acreana.



MAPA ESTRATÉGICO

2020-2023



Missão

Iniciar um novo ciclo de prosperidade e bem-estar para todos os acreanos.

Visão de Futuro

Acre mais seguro, produtivo e atrativo a negócios, com saúde e educação de melhor qualidade.

Diretrizes



GESTÃO RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE

Garantir o equilíbrio fiscal, a qualidade do gasto público e a transparência, fortalecendo o controle, ampliando as receitas e a capacidade de investimento;

Valorizar e qualificar o servidor público, com foco nas carreiras e nas diretrizes institucionais;

Modernizar os processos e as ferramentas de gestão, melhorando o acesso e a qualidade dos serviços públicos;



SEGURANÇA E BEM-ESTAR

Ampliar e melhorar o acesso, a eficiência e a qualidade dos serviços de saúde com foco na prevenção;

Aumentar a segurança e o combate à violência;

Promover um salto na qualidade e no acesso à educação;

Promover a inclusão social com igualdade de oportunidades e valorização da cultura regional e indígena;

Integrar práticas esportivas e culturais às políticas de desenvolvimento do estado.



ECONOMIA FORTE E DIVERSIFICADA

Fomentar o agronegócio, a industrialização e acesso a linhas de crédito, impulsionando o crescimento econômico sustentado em bases diversificadas e regionais;

Viabilizar a ciência e inovação tecnológica, assistência e acesso ao conhecimento técnico;

Promover o planejamento, o ordenamento e a regularização fundiária de forma integrada e sustentável;

Fomentar a produção agropecuária e florestal e da sociobiodiversidade, fortalecendo políticas de serviços ambientais e de proteção e conservação dos recursos naturais;

Fomentar o Turismo com base nas identidades regionais.



INFRAESTRUTURA REGIONAL INTEGRADA

Ampliar investimentos em infraestrutura de habitação, saneamento, energia, recursos hídricos e obras públicas;

Ampliar e melhorar a infraestrutura de transporte e logística necessária a integração regional e acesso as áreas isoladas;

Garantir a infraestrutura adequada ao desenvolvimento econômico e escoamento da produção;

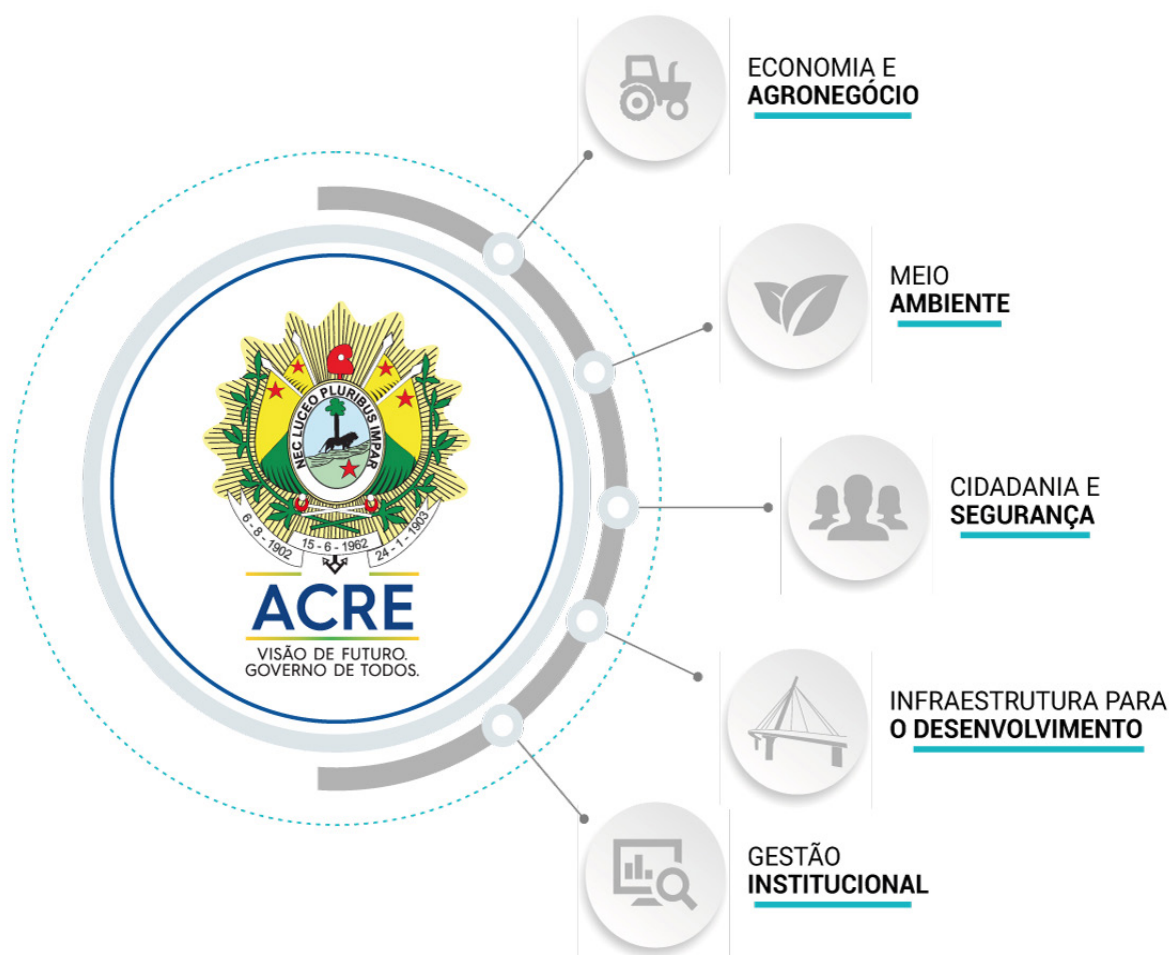
Garantir a qualidade, a regulação e o controle na execução de obras públicas

Objetos Estratégicos

Valores



Os esforços para atingir os melhores resultados e otimizar os recursos visando às transformações e melhorias desejadas na realidade estão organizados em Eixos Estratégicos.



2.4 Dimensão Tática

A dimensão tática contempla os programas temáticos com valor global e indicadores, além de seus objetivos, metas e iniciativas, que compreendem os bens e serviços que serão entregues à sociedade.

A concepção dos programas foi resultado da discussão intragoverno, analisando os objetivos estratégicos, considerando os anseios da

sociedade, declarados de forma direta por meio da ferramenta PPA online, as oportunidades de crescimento e desenvolvimento e os recursos públicos disponíveis.

Assim, com o processo de análise interativo e de retroalinhamento foram construídos 30 programas temáticos para um **Acre mais seguro, produtivo e atrativo aos negócios com saúde e educação de melhor qualidade.**

Rede de Planejamento Estratégico e Orçamento Público



| DIRETRIZES | |
|-----------------------------------|--|
| PROGRAMAS TEMÁTICOS | |
| GESTÃO RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE | |
| 1415 | GESTÃO MODERNA, EFICIENTE E TRANSPARENTE |
| 1413 | GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS |
| 1417 | VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS |
| 1414 | MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL, CONTÁBIL E FINANCEIRA |
| 1407 | GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA |
| 1412 | DIFUSÃO E COMUNICAÇÃO PÚBLICA |
| 1416 | VALORIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS |
| SEGURANÇA E BEM-ESTAR | |
| 1421 | SEGURANÇA PÚBLICA: PROTEÇÃO, PRESENÇA E FORÇA |
| 1424 | SAÚDE, UM NOVO OLHAR |
| 1428 | EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, EFICIENTE E INOVADORA |
| 1429 | PROMOÇÃO DE PROJETOS INOVADORES, EDUCACIONAIS E ESPORTIVOS |
| 1423 | QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL |
| 1426 | ASSISTÊNCIA SOCIAL, UM DIREITO DE TODOS |
| 1425 | CIDADANIA PARA TODOS |
| 1427 | MULHER, VIVER COM SEGURANÇA E DIGNIDADE |
| 1422 | CULTURA PRESENTE E PARTICIPATIVA |
| ECONOMIA FORTE E DIVERSIFICADA | |
| 1403 | DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA E AGRONEGÓCIO |
| 1404 | DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL |
| 1405 | FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL |
| 1400 | ACRE EMPREENDEDOR |
| 1401 | ACRE, O TURISMO COMEÇA AQUI |
| 1406 | GERAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA |
| 1402 | DEFESA AGROPECUÁRIA |
| 1418 | GESTÃO INTEGRADA DO MEIO AMBIENTE |
| 1419 | NEGÓCIOS FLORESTAIS |
| 1420 | REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO DO ACRE |
| INFRAESTRUTURA REGIONAL INTEGRADA | |
| 1411 | VIVER CIDADES |
| 1408 | ROTAS DO DESENVOLVIMENTO |
| 1409 | SANEAMENTO É SAÚDE |
| 1410 | SEGURANÇA NO TRÂNSITO |

*A numeração à esquerda dos Programas refere-se ao número do mesmo no Sistema Safira

FOTO: ARQUIVO/SECOM



2.5 PPA online

Com o objetivo de garantir a participação social no processo de planejamento e estratégias de implantação das políticas públicas foi disponibilizado uma importante ferramenta de consulta popular, o PPA online.

A ferramenta foi lançada em 26 de julho de 2019, permanecendo ativa até 06 de setembro de 2019,

permitindo que qualquer cidadão acreano, com acesso à internet, pudesse fazer suas críticas e sugestões para o PPA 2020-2023.

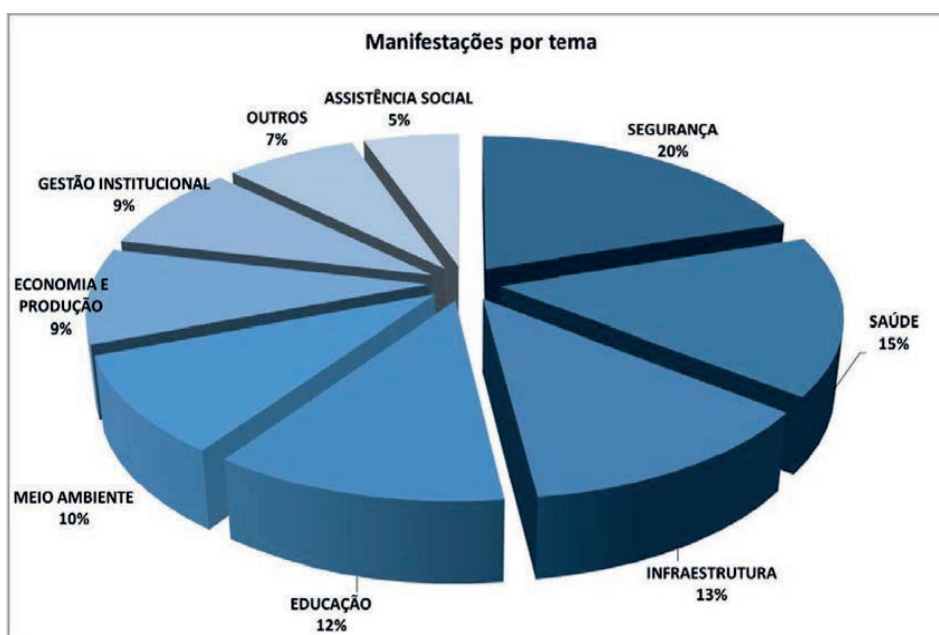
Considerando que 57,1% da população acreana, a partir de 10 anos, possui acesso a internet, conforme dados do PNAD Contínua IBGE/2017, para ampliar esse acesso foi disponibilizado pontos para que o cidadão pudesse participar.

FOTOS: ARQUIVO/SECOM

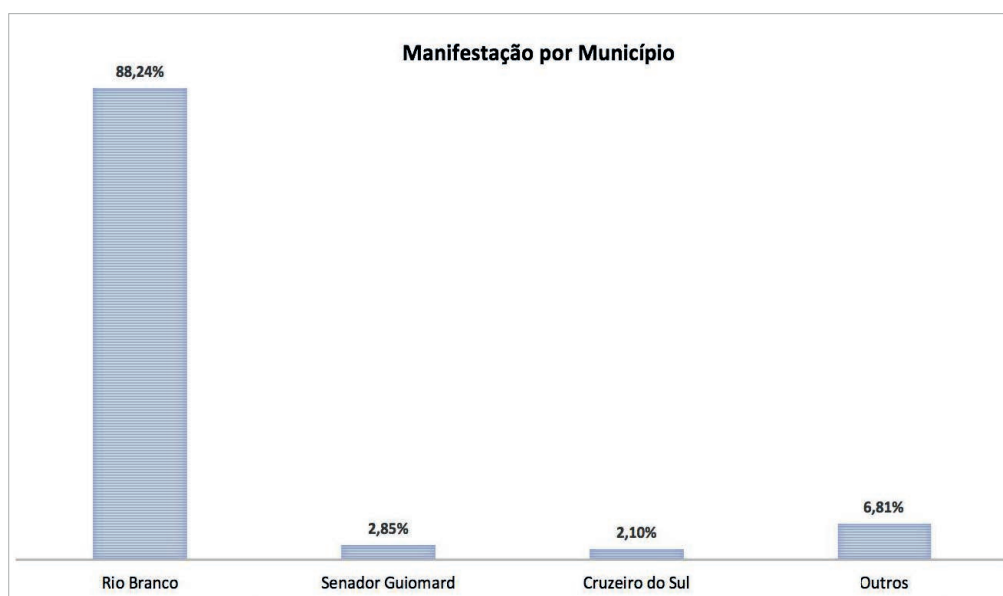


Ao convidar o povo acreano a participar da construção do novo PPA, estabelece-se o compromisso com a democracia e a transparência, além da corresponsabilização entre governo e sociedade sobre a melhor gestão dos recursos públicos e intervenções que devem ser priorizadas pela administração pública para atender as necessidades da comunidade acreana.

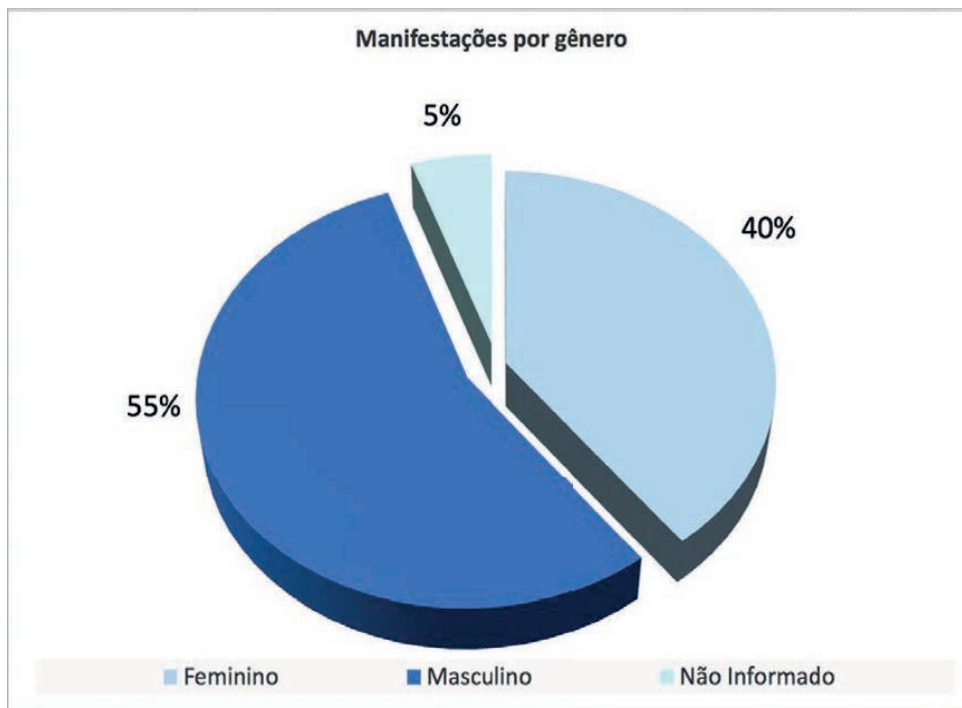
Na consulta pública **“PPA On Line: CONSTRUINDO HOJE O ACRE DO FUTURO”**, obtivemos 808 propostas válidas divididas em 9 áreas temáticas:



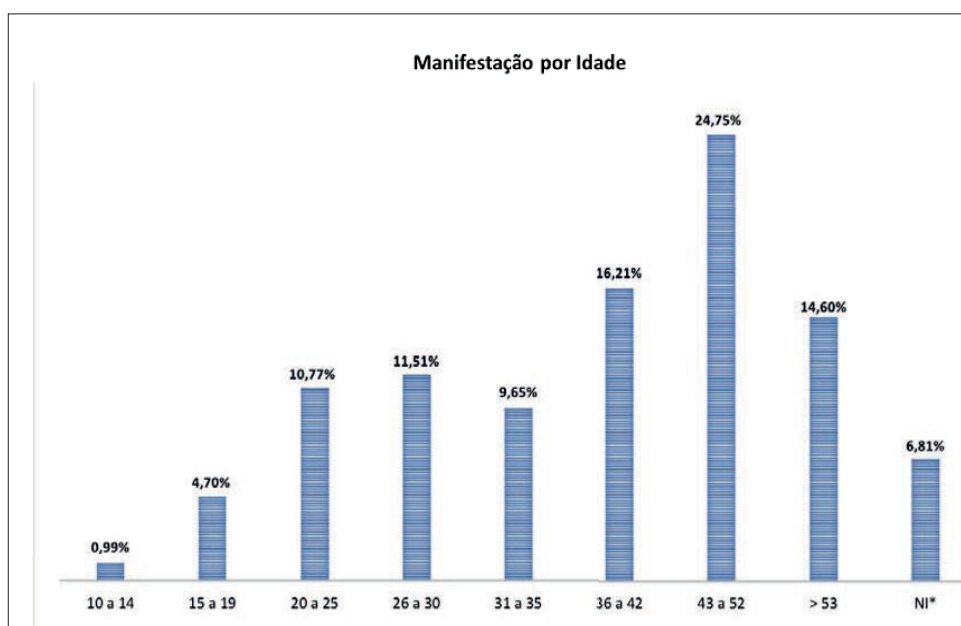
Dos 22 municípios do Acre, obtivemos propostas de 19 deles. As cidades de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Senador Guiomard concentram a maior parcela de participantes.



A plataforma também permitiu identificar algumas características dos participantes. Dos 808 participantes que informaram o gênero, 40% são feminino e 55% masculino e 5% não informaram.



A maioria dos participantes que identificaram sua idade tem a partir de 36 anos e representam 55,5% do total.



Quanto ao nível de escolaridade, os participantes têm, em sua maioria, a partir do ensino médio completo, sendo a quantidade maior de propostas feitas por cidadãos com nível superior completo, contando com 226 propostas.



O trabalho de consolidação das informações propostas pela população mostra o quanto as estratégias e caminhos que o Governo propõem estão em consonância com os anseios da sociedade. A importância desse alinhamento garante que as políticas públicas e as ações do Estado são concebidas e elaboradas a fim de satisfazer as necessidades da sociedade. Ao mesmo tempo, incentiva a comunidade a participar mais ativamente das tomadas de decisões governamentais, se colocando como figura ativa e protagonista dos projetos e atividades desenvolvidos pela atual gestão.

2.6 Gestão e Monitoramento do PPA

O PPA é o principal instrumento de planejamento governamental previsto na CF de 1988, nele constam os meios para a implementação de políticas públicas, bem como orienta a ação Governamental de curto e médio prazo para atendimento dos anseios da sociedade.

Assim, a gestão do PPA 2020-2023 deve observar os princípios de eficiência, eficácia, impessoalidade e transparência na execução e monitoramento da ação governamental.

Compete a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG a coordenação dos processos de monitoramento e avaliação dos programas do Poder Executivo, definindo fluxos e mecanismos em conjunto com os demais órgãos e entidades para o alcance dos macro-objetivos de governo. Nesse sentido, seu monitoramento é de fundamental

importância e seguirá uma sistemática que integra a gestão do Plano de forma periódica e contínua visando identificar restrições e propor soluções para assegurar a realização dos programas e o alcance dos objetivos e metas estabelecidas.

2.7 Revisão do PPA

Considerando a importância do planejamento governamental expresso no PPA e o compromisso assumido com a sociedade, a revisão anual deste plano será possível observando realizar ajustes e correções.

O planejamento é um processo dinâmico, que deve se ajustar à realidade e às necessidades da sociedade e dos órgãos públicos, não devendo permanecer estanque.

Assim, havendo a necessidade de revisão para aprimorar o PPA 2020-2023, serão seguidas todas as exigências legais.

CONJUNTURA DO ESTADO DO ACRE





3.1 Contextualização

O Estado do Acre é um dos sete situados na região Norte do Brasil, com população estimada de 869.265 pessoas, segundo dados do IBGE 2018.

Um Estado pobre que, nos últimos anos, enfrenta talvez a mais profunda crise socioeconômica de sua história. Em certa medida, resultante da conjuntura econômica global mas, principalmente, agravada pela ausência e/ou fracasso das políticas implementadas a nível local, especialmente na última década.

O nítido descaso e inobservância a princípios constitucionais basilares de uma gestão pública eficiente, eficaz e efetiva, culminaram na conjuntura atual de completo caos financeiro e administrativo. Uma herança crítica com características semelhante a tática da “terra arrasada”, criando um cenário altamente desafiador para a atual gestão, retratado sinteticamente nos dados abaixo:

I. Dívida herdada com operações de crédito internas e externas da ordem de aproximadamente **R\$ 3,8 bilhões** com gasto anual para amortização do principal e juros das respectivas operações da ordem de aproximadamente **R\$ 350 milhões**;

II. Dívida herdada de exercícios financeiros anteriores a 2019, com fornecedores diversos, estimada em aproximadamente **R\$ 400 milhões**, de exercícios financeiros anteriores a 2019;

III. Dívida herdada de exercícios financeiros anteriores a 2019, com os servidores públicos, de **R\$ 106 milhões**, incluindo 50% do décimo terceiro salário de 2018, verbas rescisórias, prêmios, promoções, progressões e outros;

IV. Sansões impeditivas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, junto ao Governo do Estado do Acre, devido a não observância dos limites financeiros aprovados nos projetos, com bloqueio de todas as operações de crédito contratadas junto ao referido banco, e desbloqueio condicionado a devolução financeira da ordem de aproximadamente **R\$ 100 milhões**;

V. Necessidade de refazimento de obras não concluídas, algumas completamente deterioradas e/ou até inexistentes, financiadas no âmbito da **CAIXA**, da ordem de aproximadamente **R\$ 88 milhões**;

VI. Centenas de **Contratos de obras paralisadas e/ou em atraso** e consequente necessidade

de contratação de serviços remanescentes (obras abandonadas), inclusive com demanda de contrapartida complementar para custear alterações de projetos não aprovados com os órgãos financiadores, de valores não cobertos pelo projeto original, no valor de aproximadamente **R\$ 92 milhões**, além de demanda de reajustes de contratos da ordem de **R\$ 26 milhões** devido atraso na execução dos projetos.

Incontestavelmente, o caos administrativo e financeiro herdado deve-se essencialmente a má gestão dos recursos públicos e falta de um modelo de gestão econômica sólido, capaz de garantir o equilíbrio das contas públicas e criar um ambiente institucional favorável ao fomento de negócios que desperte a confiança de investidores e da população.

Ao definir como principal estratégia de desenvolvimento a propalada “florestania”, o governo chancelava um longo ciclo de estagnação e atraso penalizando o povo acreano, comprovado duas décadas após. O conceito, amplamente divulgado e utilizado como principal estratégia de captação de recursos, especialmente via organismos internacionais de crédito, comprovadamente fracassou como política pública voltada para o crescimento socioeconômico e desenvolvimento local.

A florestaria se apresentou incapaz de fomentar o desenvolvimento sustentável, estagnando a geração de emprego e renda, incapaz tampouco de incentivar a ampliação da produção voltada para atender minimamente a demanda do mercado interno. Incapaz, portanto, de viabilizar o crescimento econômico e a geração de riqueza para o povo do Acre, inclusive aos que vivem na floresta.

A crítica acerca dos impactos da florestania não se baseia em meras afirmações empíricas, mas em um conjunto dos principais indicadores oficiais em todas as áreas.

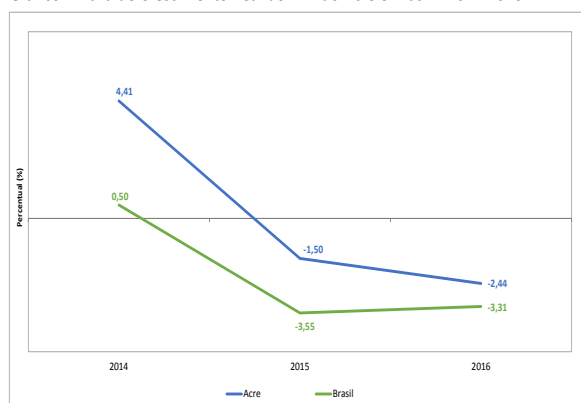
De acordo com o **gráfico 1**, o PIB do Acre, medido a preços correntes, permaneceu basicamente constante. Esse indicador representa o bem estar econômico da sua população. No Acre, os resultados do PIB demonstram baixa atividade produtiva e impacto negativo na renda.

Em 2014, o valor nominal do PIB acreano foi de 13,5 bilhões e em 2016 foi de 13,8 bilhões, o que resultou em uma taxa de crescimento real

negativa. A partir de 2015, o Acre entra em recessão que se agrava ainda mais em 2016. O Brasil também apresenta taxas negativas, porém, de 2015 para 2016 já mostrou algum movimento de recuperação. Essa comparação serve para exemplificar a sensibilidade econômica do Estado e sua incapacidade em propor alternativas para alavancar o crescimento econômico local, que mesmo com potencial para o agronegócio, não gerou resultados consistentes.

O PIB per capita representa a razão entre o valor a preços correntes do PIB total e a população residente na área considerada. Comparando com os outros Estados da Federação, o Estado fica apenas na 21ª posição, decorrente da irrelevante participação do setor industrial. Quando se compara o Acre à região Norte e ao Brasil, observa-se uma diferença relevante conforme o **gráfico 3**.

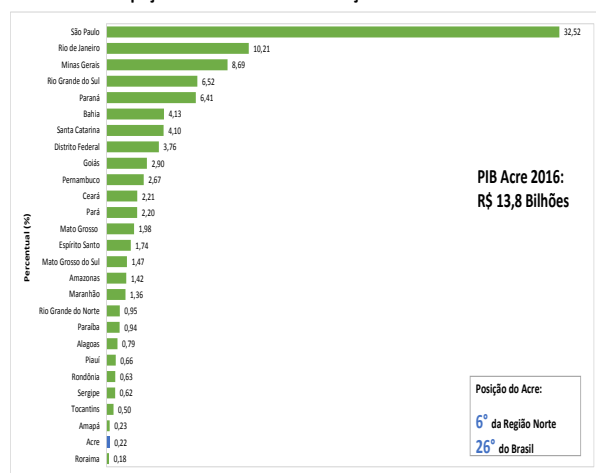
Gráfico 1: Taxa de Crescimento Real do PIB do Acre e Brasil – 2014-2016



Fonte: IBGE/Contas Regionais

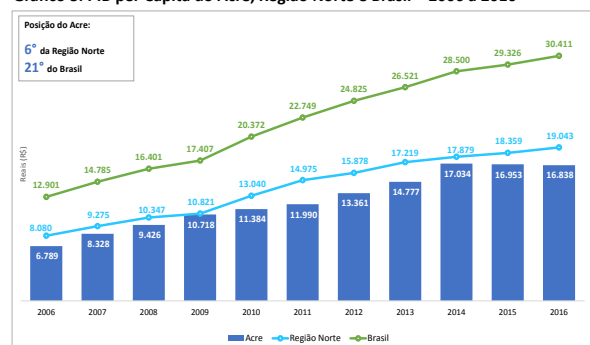
O gráfico 2, revela a participação pífia do estado do Acre no PIB Brasileiro, com a segunda menor participação, representando apenas 0,22% do PIB nacional.

Gráfico 2: Participação das Unidades da Federação no PIB brasileiro – 2016



Fonte: IBGE/Contas Regionais

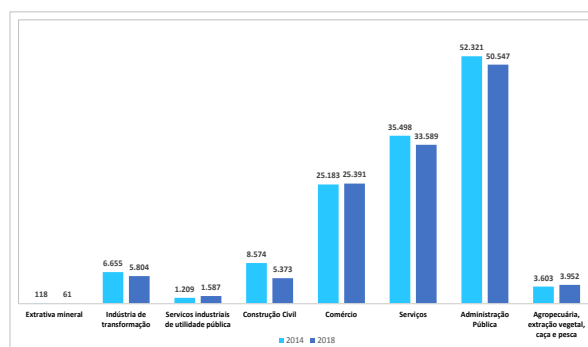
Gráfico 3: PIB per Capita do Acre, Região Norte e Brasil – 2006 a 2016



Fonte: IBGE/Contas Regionais

Em relação aos empregos formais, o setor que mais emprega no Acre é a administração pública sendo responsável por 40% dos empregos gerados no Estado em 2018. Em valores absolutos são 50.547 pessoas empregadas por esse setor, sendo acompanhado por serviços (33.589) e comércio (25.391), evidenciando a plena dependência econômica do Estado com o setor público e a participação irrisória de setores econômicos estratégicos na geração de riqueza, emprego e renda, como mostra o **gráfico 4**.

Gráfico 4: Empregos Formais por setor de atividade, Acre – 2014 e 2018



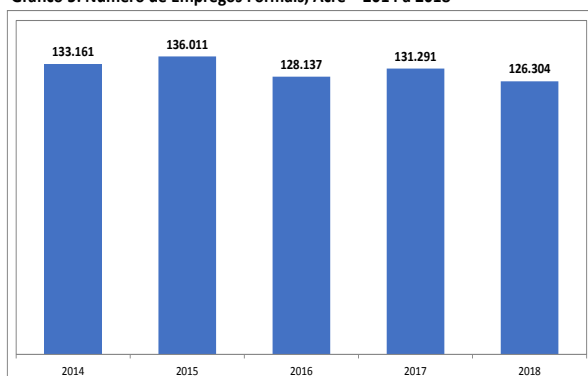
Fonte: RAIS

O desemprego desencadeia impactos econômicos e sociais graves na sociedade, contribuindo com a recessão econômica bem como com a desestruturação familiar e consequente aumento

da criminalidade, violência e até danos graves à saúde mental e física das pessoas.

Entre 2014 e 2018, o Acre permaneceu literalmente estagnado na geração de postos de trabalhos formais. Apesar do leve crescimento em 2015, de 2014 a 2018 o Estado perdeu 6.857 postos de trabalho, conforme dados do **gráfico 5**, devido à inércia do Estado em propor alternativas de enfrentamento a crise econômica.

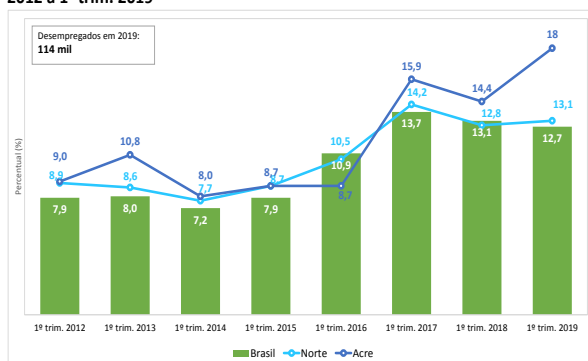
Gráfico 5: Número de Empregos Formais, Acre – 2014 a 2018



Fonte: RAIS

A taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais reflete a situação econômica acreana e brasileira. Apresentando desde o primeiro trimestre de 2016 uma desocupação superior a 10%, o Brasil ostenta diminuições na taxa nos dois últimos períodos analisados, indicando uma saída da recessão. Porém, no Acre, apesar da diminuição no primeiro trimestre de 2018, houve um salto no primeiro trimestre de 2019 para 18%. Isso representa uma taxa de desocupação 5,3 pontos percentuais maior que a taxa nacional. O Acre figura com a terceira maior desocupação do Brasil e a segunda maior da Região Norte. Observe os dados do **gráfico 6**.

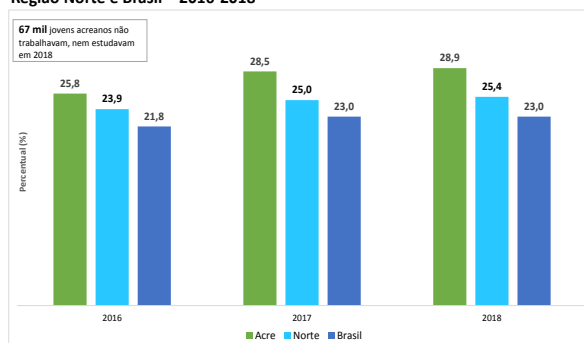
Gráfico 6: Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais, Acre – 1º trim. 2012 a 1º trim. 2019



Fonte: IBGE – PNAD Contínua

Em um período de crise econômica a população jovem é a que mais sofre com o desemprego, devido à dificuldade em se inserir no primeiro trabalho ou de conciliar os estudos com uma ocupação profissional. Os “nem nem” são os jovens que nem trabalham e nem estudam. No Acre 28,9% dos jovens de 15 a 29 anos estão nessa categoria, sendo a quarta maior porcentagem do país e 5,8 pontos percentuais superior à média nacional, conforme evidenciado no **gráfico 7**.

Gráfico 7: Jovens de 15 a 29 anos que não trabalham, nem estudam, Acre, Região Norte e Brasil – 2016-2018

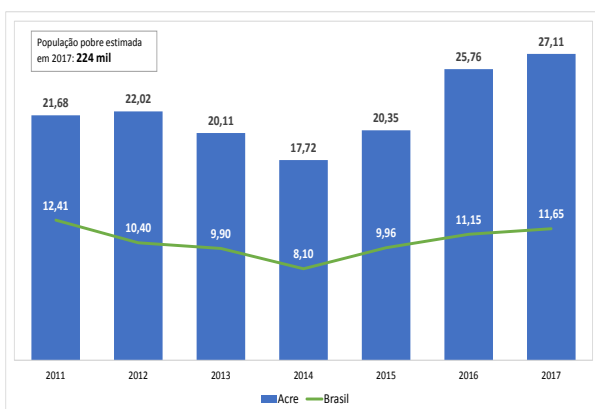


Fonte: IBGE – PNAD Contínua

A taxa de pobreza corresponde ao percentual da população com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo, em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Expressa a proporção da população geral considerada em estado de pobreza, de acordo com a renda pessoal. O **gráfico 8** expõe a fragilidade do Estado no quesito pobreza.

Apesar da taxa de pobreza apresentar leve queda de 2011 a 2014, aumentou significativamente após esse período. Pode-se observar que, em relação ao Brasil, a taxa de pobreza do Acre teve variação mais significativa, ratificando a fragilidade do governo do Estado em propor medidas de enfrentamento diante da crise. Esses números demonstram que o governo nesse período não interviu de maneira eficiente para gerar renda e diminuir o impacto da crise nacional. Segundo dados do Atlas do Desenvolvimento, em 2017, o Acre apresentou a segunda maior taxa de pobreza do Brasil, perdendo apenas para o estado do Maranhão. Cerca de 27,11% da população acreana, o que corresponde a **224.000 acreanos**, vivendo na pobreza e aproximadamente 14,05% (116.000) vivendo na extrema pobreza. Classificam-se como extremamente pobres indivíduos com renda domiciliar mensal per capita igual ou inferior a R\$ 70,00.

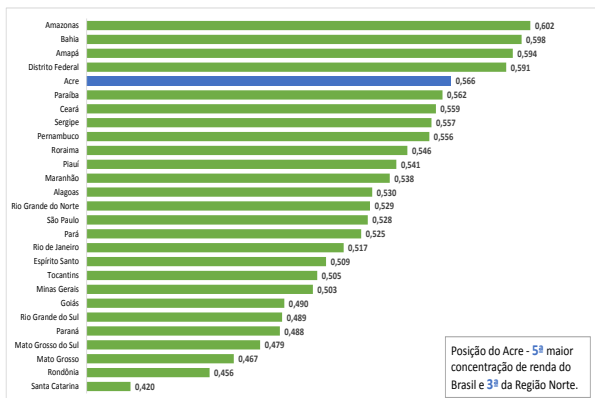
Gráfico 8: Taxa de Pobreza, Acre e Brasil – 2011 a 2017



Fonte: PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano

O gráfico 9 mostra o coeficiente de Gini, que mede a desigualdade de renda do local, nesse caso específico, dos Estados da Federação. Este indicador pode variar entre 0 e 1, quanto mais perto de um, maior a concentração de renda. O Estado do Acre se encontra entre os estados mais desiguais do Brasil em 2017. A pobreza no Acre aumentou nos últimos anos e também houve aumento da concentração de renda.

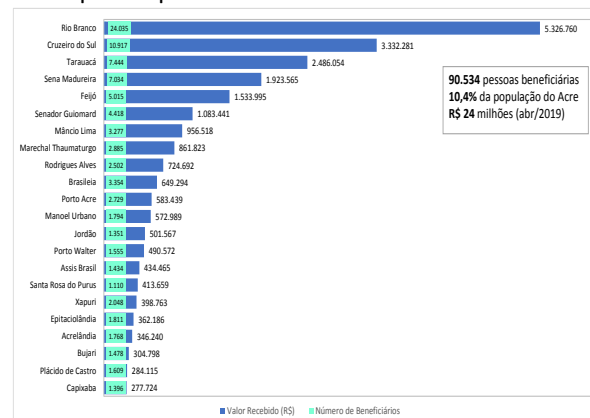
Gráfico 9: Índice de Gini. Ranking dos estados, 2017



Fonte: IPEA, Atlas da Violência

O bolsa família é um importante auxílio para um complemento da renda das famílias em situação de pobreza, visando diminuir o estado de vulnerabilidade. De acordo com dados do SIGAC, em abril de 2019, eram atendidas pelo programa **90.574 pessoas**, correspondendo a **10,4%** da população do Estado, conforme mostra o gráfico 10.

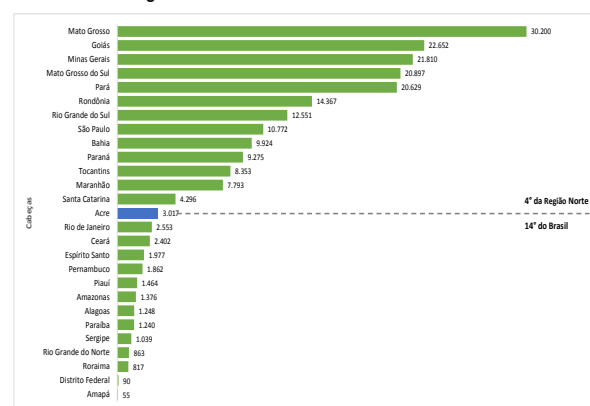
Gráfico 10: Ranking dos municípios de beneficiários do Bolsa Família e valor recebido por município – Abril 2019



Fonte: Governo Federal/ SIGAC

No tocante ao setor produtivo, os indicadores ressaltam a tese do fracasso da florestaria. Conforme dados do gráfico 11, o efetivo bovino do Estado do Acre em 2018 foi de 3.017.291 cabeças, sendo o 4º estado da região norte. Quando se compara a Rondônia, o Acre tem um efetivo bovino quatro vezes menor e, se comparado ao Pará, Estado da Região Norte com maior número de cabeças de gado, o Estado apresenta um efetivo quase seis vezes menor. Os dados estão apresentados em milhares.

Gráfico 11: Ranking do Efetivo de Bovinos no Brasil – 2018

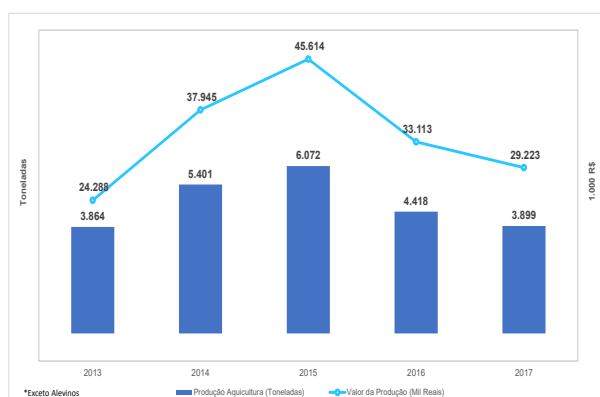


Fonte: IBGE/PPM

O gráfico 12 revela que apesar da produção de peixe no Estado do Acre apresentar crescimento até 2015, basicamente em decorrência do alto volume de recursos

injetados pelo Governo do Estado na empresa Peixes da Amazônia, aumentando consequentemente o valor da produção, em 2016 houve uma redução de 37,68% dos mesmos, que seguiu caindo em 2017.

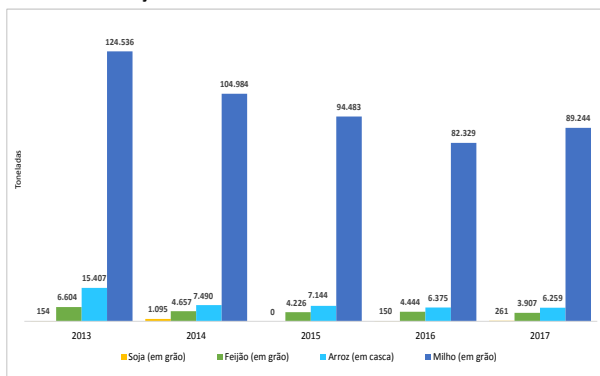
Gráfico 12: Produção e Valor da produção de Peixe no Acre – 2013 a 2017



Fonte: IBGE/PPM

Quanto a produção de grãos, o Acre vem apresentando seguidas quedas nas principais culturas, principalmente na produção de milho, com queda de 28% que, em números absolutos, representa uma redução de mais de 35.000 toneladas, com base em 2013. Quanto a produção de arroz, a queda foi de 59%, com redução de mais de 9.000 toneladas, no mesmo período, conforme **gráfico 13**.

Gráfico 13: Produção de Grãos no Acre – 2013 a 2017

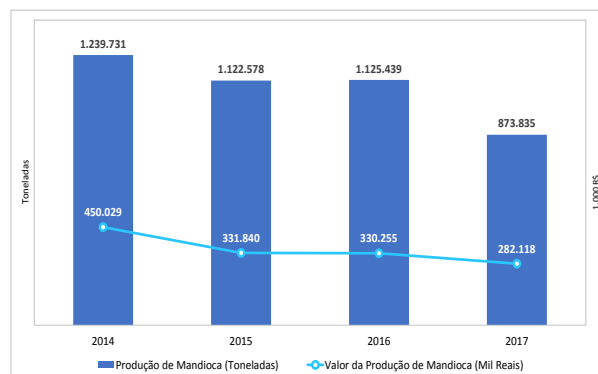


Fonte: IBGE/PAM

O **gráfico 14** revela que, entre os anos de 2014 a 2017, a produção de mandioca, principal cultura anual de subsistência do Estado, diminuiu em 365.896 toneladas. A maior retração ocorre no ano de 2017 com uma redução superior a 250.000 toneladas. O valor da produção também reduziu,

principalmente, em decorrência da diminuição de área plantada, preço e rendimento médio por hectare observados em 2017.

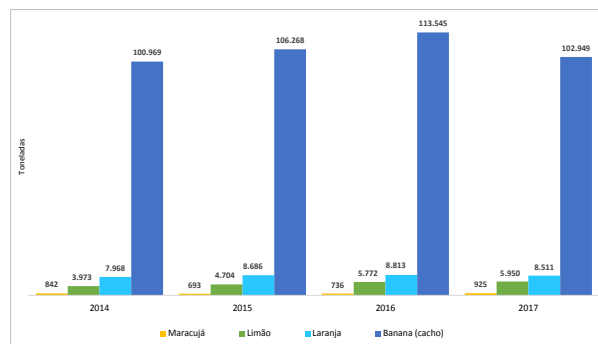
Gráfico 14: Produção e Valor da produção de Mandioca no Acre – 2014 a 2017



Fonte: IBGE/PAM

Quanto à produção de frutíferas no Estado do Acre, nota-se estagnação nos últimos anos, conforme **gráfico 15**. Em 2017, houve uma redução considerada na produção de banana, sendo esta a principal cultura perene e que representa a maior produção deste segmento produtivo no Estado.

Gráfico 15: Produção de Frutíferas no Acre – 2014 a 2017



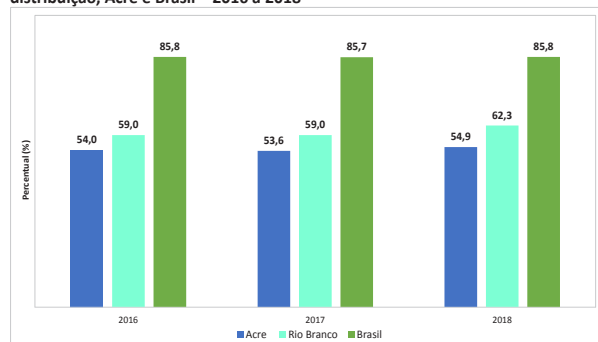
Fonte: IBGE/PAM

Apesar do volume bilionário captado principalmente através de operações de crédito, que endividaram o Estado em aproximadamente R\$ 3,7 bilhões, dos quais grande parte alocados especificamente na infraestrutura do Estado, não se percebem avanços significativos em áreas estruturantes, a exemplo de integração regional e produtiva, infraestrutura urbana e, principalmente, em saneamento.

O Acre apresenta um percentual de domicílios com abastecimento de Água da rede de distribuição muito abaixo da média nacional, apresentando em 2018, mais de 30 pontos percentuais de

diferença e sem expressivo crescimento nos últimos anos. Rio Branco apresenta percentual maior que a média do Estado, sendo possível inferir que, na média, os demais municípios do Estado apresentam dados ainda mais inferiores, conforme mostra o **gráfico 16**. O baixo percentual com abastecimento de água, acarreta diversos problemas a saúde da população.

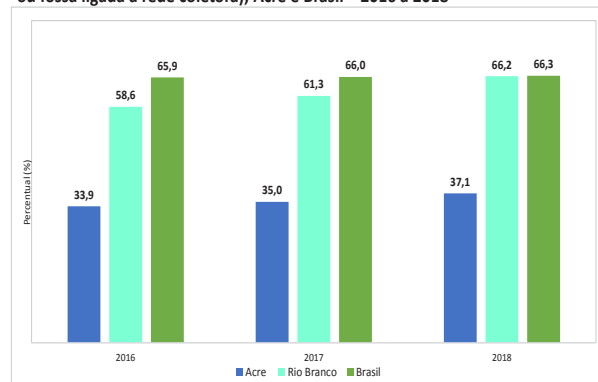
Gráfico 16: Percentual de domicílios com abastecimento de Água da rede distribuição, Acre e Brasil – 2016 a 2018



Fonte: IBGE – PNAD Contínua

No tocante ao percentual de domicílios com cobertura de esgoto (rede coletora ou fossa ligada a rede coletora) o Acre novamente apresenta índices muito inferiores à média nacional, enquanto Rio Branco apresenta percentual próximo, conforme **gráfico 17**.

Gráfico 17: Percentual de domicílios com cobertura de esgoto (rede coletora ou fossa ligada à rede coletora), Acre e Brasil – 2016 a 2018

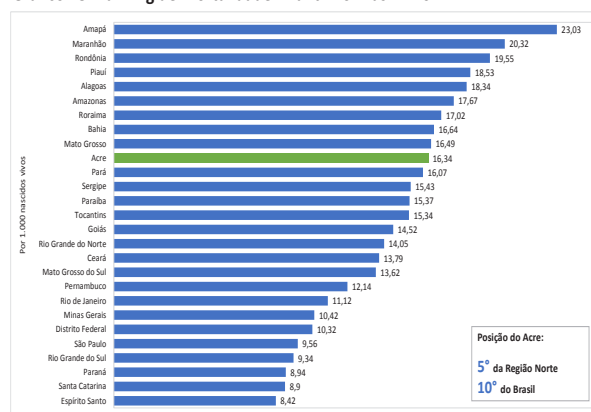


Fonte: IBGE – PNAD Contínua

A taxa de mortalidade infantil consiste na quantidade de mortes infantis observadas durante um ano, tendo como referência o número de nascidos vivos do mesmo período. O **gráfico 18** retrata a mortalidade infantil do Estado do Acre, no valor de 16,34 óbitos para cada mil nascidos vivos, e a comparação com os outros estados. Apesar da leve queda nos últimos anos, o Estado, no cenário nacional, ficou entre os piores

índices, com quase o dobro de óbitos do Espírito Santo (8,42 - menor taxa em 2017). As causalidades estão atreladas a problemas estruturais de esgotamento sanitário, água encanada, políticas de vacinação, acompanhamento médico na gravidez e outros fatores. Em outras palavras, esse é um indicador negativo que é sustentado por ausências de políticas públicas preventivas.

Gráfico 18: Ranking de Mortalidade Infantil no Brasil – 2017



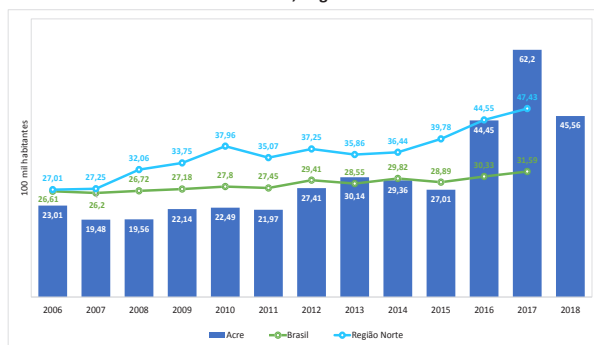
Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Com relação à Segurança, os dados oficiais do Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS) são alarmantes, revelando a incapacidade do Estado em adotar medidas preventivas e repressivas de combate à criminalidade. Em 2017 o Acre figurou no topo do Ranking de homicídios no Brasil, atingindo o maior nível histórico de letalidade violenta intencional no Estado.

Nos anos de 2006 a 2015, a variação é moderada em relação às médias regional e nacional. Entretanto, a partir de 2016, o número de homicídios subiu significativamente, especialmente devido a atuação de facções criminosas no Estado. É necessário enfatizar que a segurança pública é um problema estrutural onde pode-se buscar causas econômicas, sociais e comportamentais.

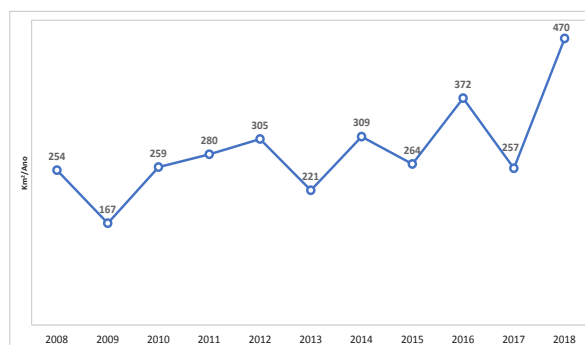
Além do fracasso da política econômica, a ausência do poder público em áreas carentes com programas sociais pode aumentar a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, gerando consequências negativas, o aumento da taxa de desocupação de jovens também pode gerar efeitos negativos na sociedade. Esses foram alguns exemplos de que as políticas sociais de governo, à época, não foram consistentes e efetivas, desencadeando impactos diretos na segurança pública. Observe o **gráfico 19**.

Gráfico 19: Taxa de Homicídios do Acre, Região Norte e Brasil – 2006 a 2018



Fonte: IPEA, Atlas da Violência até 2017/ SEJUSP – Acre 2018.

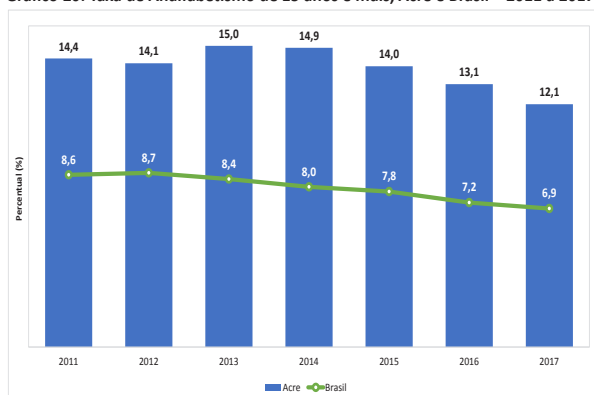
Gráfico 21: Taxa de desmatamento no Acre – 2008 a 2018



Fonte: IBGE/PRODES

A taxa de analfabetismo retrata o percentual de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever. O **gráfico 20** mostra a taxa de analfabetismo no Acre e a comparação com o Brasil. Esse indicador está estável na maior parte dos anos, mas há uma leve tendência de queda a partir de 2014. Em comparação com o Brasil, há uma diferença significativa: o Brasil apresenta valores mais baixos de analfabetismo, porém, o Acre apresentou maior queda nos índices, mais precisamente queda de 2,3 pontos percentuais em 7 anos.

Gráfico 20: Taxa de Analfabetismo de 15 anos e mais, Acre e Brasil – 2011 a 2017



Fonte: IBGE/PNAD

No tocante a política ambiental, apesar de compor o principal elemento integrante do conceito de florestania, o Acre apresentou nos últimos anos grande instabilidade na taxa de desmatamento. Porém, se for analisada a série histórica, houve aumento considerável no ano de 2018, onde foi desmatado 470km², a maior taxa no período avaliado no **gráfico 21**, comprometendo inclusive os acordos pactuados no âmbito do Programa REM, com Banco KfW, iniciativa que premia os pioneiros da proteção florestal e da mitigação do clima e, incentiva a conservação das florestas e a redução de emissões de carbono de modo a contribuir para a mitigação das mudanças do clima, especialmente do aquecimento global.

Os indicadores supracitados revelam um período a ser superado, um capítulo em branco na história do Acre, que remete o Estado a uma profunda mudança, pautada em novas ideias e na construção de um **novo caminho e de um jeito novo de caminhar**. Um governo mais justo, democrático, transparente e próximo das pessoas, que tome decisões em favor da coletividade, sem perder o foco nas camadas mais populares historicamente excluídas.

Um governo onde trabalhadores públicos e privados, empresários e diferentes segmentos sociais, agentes fundamentais no processo de desenvolvimento socioeconômico local, sejam amplamente apoiados para desenvolverem suas potencialidades, sendo participantes efetivos na construção e implementação de políticas econômicas sólidas.

E esse é o novo desafio. É preciso enfrentar o cenário de crise e canalizar esforços para administrar o espólio herdado, em grande parcela, fruto da ineficiência e irresponsabilidade com o erário.

É preciso dar respostas aos anseios da população e aos problemas históricos do Estado, criando condições para garantir investimentos estruturantes e promover o desenvolvimento alicerçado nas vocações regionais, fomentando a atração de negócios e a consolidação de setores econômicos locais e, essencialmente, reestabelecer e manter o equilíbrio das contas públicas e o resgate da credibilidade do Estado.

Credibilidade e confiança junto aos setores produtivos, possibilitando novos investimentos na economia privada; gerando emprego e renda para nosso povo, além da certeza de, novamente, poder acreditar no futuro do nosso Estado. Confiança para o cidadão comum, que busca a perspectiva de um Acre que lhe ofereça emprego, renda e dignidade. Além da esperança de, simplesmente, acreditar que ainda é possível encontrar soluções para melhorar a vida cotidiana.

Tais necessidades somente serão supridas no momento em que o Acre encontrar um caminho de superação das desigualdades econômicas, sociais e ambientais. Definir um modelo de desenvolvimento realista passa, necessariamente, pela busca do equilíbrio entre crescimento da economia e cuidado com o meio ambiente, sem descuidar das áreas sociais. É preciso acreditar e canalizar energias e esforços em busca do resgate da confiança do povo do Acre.

Resgate que passa pela proposição de um modelo econômico e social realista, que busque nos potenciais vocacionais produtivos de nossa terra, as melhores alternativas para gerar trabalho e renda para nossa população. Resgate de atividades econômicas estruturantes, a exemplo do agronegócio, que não foram exploradas por mera opção política e/ou falta de apoio do setor público. Resgate da confiança dos que querem investir e não conseguem acessar mecanismos de incentivo às atividades produtivas.

Resgate da capacidade de empreender dos pequenos produtores que querem produzir, mas não conseguem acessar os mercados, por falta de ramais e pelo medo de não encontrar mercado para seus produtos.

É preciso coragem para enfrentar a crise e minimizar os impactos do espólio, pois a maioria das medidas emergenciais necessárias são antipáticas politicamente. E com essa coragem foram tomadas as primeiras medidas de austeridade pela Gestão do Governador Gladson Cameli, a partir de 2019. Inicialmente, com a realização de uma ampla reforma administrativa, reduzindo em 37% o número de Secretarias da administração direta, 15% das indiretas, 42% do gasto com funções gratificadas (FGs) e em 64% do gasto com cargos comissionados (CECs), resultando numa economia inicial estimada em aproximadamente R\$ 100 milhões.

Com a redução dos Cargos Comissionados, o Governo adota como nova estratégia para impulsionar a gestão, a valorização e otimização do seu principal capital: os recursos humanos, qual seja a força de trabalho dos valorosos servidores públicos. Nesse contexto, as cessões, designações e lotações passam a ser cuidadosamente gerenciadas, equacionando as demandas dos órgãos setoriais com o perfil e qualificações profissionais dos servidores.

O recadastramento presencial de servidores, já iniciado e com término planejado para novembro de 2019, também contempla parte da estratégia de otimizar e maximizar a força de trabalho e

a capacidade operacional do Estado, além de corrigir irregularidades e privilégios históricos que apenas oneram o Estado.

Outra medida importante foi tomada através do Decreto nº 389 de 24 de janeiro de 2019, no qual o Governo determinou o contingenciamento de 15% do orçamento de todas as unidades orçamentárias, além de determinar a redução de 30% dos gastos com terceirizados, perseguindo a meta de enxugar o custeio da máquina pública para fazer frente a investimentos essenciais nas áreas de Segurança, Saúde, Educação, Produção, Infraestrutura, Social, Cultural, dentre outras.

Essas e outras ações, medidas de austeridade, reafirmam o compromisso da atual gestão com a melhoria dos gastos públicos, as quais permitiram honrar com o pagamento da folha de servidores rigorosamente em dia, antecipar 50% do décimo terceiro salário de 2019 a todos os servidores, além de assumir a dívida com décimo terceiro salário dos servidores herdada do exercício de 2018, da ordem de R\$ 63 milhões, quitada em outubro de 2019.

Garantir que os salários sejam pagos em dia é um dos compromissos assumidos pelo governo com os funcionários públicos, zelando pela valorização daqueles que se dedicam a melhoria da prestação dos serviços públicos à população acreana.

Complementar a este conjunto de medidas, todas Operações de Crédito, Convênios e seus respectivos projetos estão sendo avaliados, realinhados e executados rigorosamente visando o cumprimento da saúde financeira do estado, os regramentos legais e em plena conformidade com o estabelecido no escopo dos contratos, priorizando o que efetivamente tem funcionalidade. Tais medidas, que meramente integram o conjunto de responsabilidades administrativas legais, éticas e morais de qualquer gestor público, visa impedir que novas sanções sejam impostas ao Governo do Acre, a exemplo do ocorrido no âmbito das Operações com o BNDES.

É nesse contexto que a Gestão do Governador Gladson Cameli apresenta este Plano Plurianual 2020-2023, com o desafio de recuperar a saúde financeira do estado, equilibrar as contas públicas e iniciar um novo ciclo, funcionando como indutor do desenvolvimento, responsável por gerar um ambiente propício à tomada de decisões que induzam a ampliação do investimento produtivo.



EIXOS ESTRATÉGICOS E PROGRAMAS TEMÁTICOS





EIXO GESTÃO INSTITUCIONAL

PROGRAMAS TEMÁTICOS





4.1 EIXO GESTÃO INSTITUCIONAL

O eixo Gestão Institucional abrange competências de políticas públicas transversais aos Órgãos e Entidades do Poder Executivo, tornando-se fundamental para o êxito dos objetivos estratégicos de governo. Assim, os programas definidos visam dar um salto de qualidade na Gestão Pública do Estado do Acre, aplicando boas práticas administrativas, utilizando o conhecimento e a inovação para a concepção de novos processos e novos serviços capazes de contribuir para o desempenho de todas as áreas de resultados organizacionais, a partir de uma visão moderna de gestão pública, enquanto processo sistêmico que requer conhecimento técnico, responsabilidade, muita inspiração, criatividade, empreendedorismo e persistência.

Para tanto, as diretrizes estabelecidas focam na valorização dos servidores públicos, melhoria e inovação das ferramentas e processos administrativos e na gestão responsável e transparente com qualidade no gasto público, a fim de ofertar serviços e atendimento ágil, digno e de qualidade à sociedade acreana.

4.1.1 GESTÃO MODERNA, EFICIENTE E TRANSPARENTE

Objetivo

Promover uma administração pública moderna e inovadora, alinhada aos avanços tecnológicos, as boas práticas de gestão e inovação, estímulo à cultura de planejamento, bem como a melhoria de ferramentas e processos para garantir a efetividade das políticas públicas, a transparência, a universalização e a democratização do acesso aos serviços públicos.

| INDICADORES | | | | |
|---|-------------------|------------|------|--------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Número de atendimento nas Centrais de Atendimento - OCA | Número absoluto | 1.656.409 | 2018 | SEPLAG |
| Percentual de Satisfação do atendimento nas centrais de atendimento - OCA | % | 98,45 | 2018 | SEPLAG |
| Nota Estadual na Escala Brasil de Transparência da Controladoria-Geral da União (CGU) | Nota | 6,67 | 2018 | CGU |
| Economicidade das compras públicas | % | 26,02 | 2018 | SEFAZ |

Iniciativas

Ampliação dos Meios de Oferta de Serviços Públicos
 Estruturação da Rede Corporativa do Estado
 Fortalecimento da Gestão do Patrimônio Mobiliário
 Fomento do desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, de forma integrada e cooperativa considerando as oportunidades e os desafios regionais
 Governo digital
 Implantação da Política de Gestão de Riscos Administrativos
 Implantação da Política de Segurança da Informação
 Implantação de Centros de Atendimento OCA
 Implantação de Sistema de Gestão Corporativa
 Implantação do Sistema Eletrônico de Informação - SEI
 Inovação e promoção dos Serviços de Atendimento ao Cidadão
 Melhoria da Gestão dos Convênios
 Melhoria e Inovação dos Processos e Ferramentas de Gestão
 Modernização da Gestão das Operações de Crédito
 Modernização da Gestão de Compras Públicas
 Modernização do Arquivo Público e Gestão Documental

Modernização do Sistema de Controle Interno
 Modernização dos Sistemas Jurídicos
 Planejamento e Captação de Recursos
 Projeto Governo Integrado
 Promoção da Transparência e do Controle na Gestão Pública
 Promover parcerias público privadas e desestatização

Metas

Atender 18 municípios com a implantação de rede corporativa
 Criar 2 novos meios de ofertas de serviços públicos
 Implantar uma Central de Atendimento OCA na Regional Juruá
 Implantar um Plano de Ação de Controle Anual nos setoriais de Controle Interno
 Implantar Sistema de Gestão Corporativa
 Implantar uma Política de Segurança da Informação
 Implantar Política de Gestão de Riscos Administrativos
 Implantar em 100% dos Órgãos do Poder Executivo o Sistema Eletrônico de Informação - SEI
 Manter índice não inferior a 90% de satisfação do cidadão no atendimento nas Centrais OCA
 Monitorar 100% dos projetos prioritários de Governo

4.1.2 GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS

Objetivo

Implementar a política de gestão estratégica de pessoas, considerando a importância do capital humano e o seu desenvolvimento profissional como principal instrumento para a excelência na prestação do serviço público, à saúde e à qualidade de vida, o clima organizacional, os instrumentos legais, a vida funcional, a força de trabalho adequada e necessária, associados a valorização das carreiras em um ambiente que estimule o crescimento pessoal e profissional.

| INDICADORES | | | | |
|---|-------------------|------------|------|--------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Satisfação do servidor no ambiente de trabalho* | - | - | - | SEPLAG |
| Percentual de atualização cadastral do servidor | % | 67,19 | 2018 | SEPLAG |

*O indicador será mensurado a partir de 2020

Iniciativas

Aperfeiçoamento das ações de prevenção e orientação no controle disciplinar
 Definição do perfil técnico dos cargos e funções
 Desenvolvimento de mecanismos para valorização do servidor público
 Fortalecimento das ações de Humanização para o Serviço Público
 Fortalecimento das ações de segurança do trabalho do servidor público
 Implantação da Política de Planejamento da Força de Trabalho do Poder Executivo
 Implantação de metodologia de auditoria em Folha de Pagamento
 Implantação do Banco de Talentos
 Inovação das ferramentas de provimento e da vida funcional do servidor
 Modernização do Sistema de Gestão de Pessoas
 Planejamento e realização de concursos públicos
 Projeto Qualidade de vida do servidor
 Reformulação da avaliação de desempenho dos servidores públicos

Metas

Implantar Política de Desenvolvimento das Carreiras do Serviço Público
 Implantar um banco de talentos
 Implantar uma metodologia de avaliação da satisfação do servidor
 Realizar auditoria independente na Folha de Pagamento
 Realizar estudo da força de trabalho do estado
 Reestruturar as carreiras públicas

4.1.3 VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Objetivo

Reconhecer, investir e qualificar o servidor público, desenvolvendo seus conhecimentos, habilidades e atitudes por meio de capacitação inicial e continuada, contribuindo para o aperfeiçoamento da qualidade dos serviços prestados à população.

| INDICADORES | | | | |
|--|-------------------|------------|------|--------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Investimentos com capacitação do servidor* | R\$ | - | - | SEPLAG |
| Números de servidores capacitados | Número absoluto | 1.825 | 2018 | SEPLAG |

*O indicador será mensurado a partir de 2020

Iniciativas

Formação e capacitação inicial e contínua dos servidores públicos
Inovação dos meios de formação e capacitação dos servidores públicos
Realização de palestras, fóruns e seminários

Metas

Ofertar 2.640 vagas em palestras, fóruns e seminários
Ofertar 4.950 vagas de capacitações e formações

4.1.4 MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL, CONTÁBIL E FINANCEIRA

Objetivo

Promover o equilíbrio nas contas públicas, instituindo uma administração racional, feita por meio de um alinhamento contábil, planejado e transparente, mediante racionalização de despesas e ampliação de receitas, afim de que o estado possa alavancar seus investimentos, buscando o desenvolvimento de novas tecnologias e modernização dos sistemas de execução orçamentária, financeira e contabilidade pública, agilizando a Administração de Recursos do Tesouro Estadual e dispondo informações imprescindíveis à Gestão Financeira.

| INDICADORES | | | | |
|------------------|-------------------|------------|------|--------------------------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Autonomia Fiscal | % | 35,9 | 2018 | SAFIRA/Tabulações SEPLAG |

Iniciativas

Sistema único da Execução Orçamentária, financeira e Contábil de todos os poderes e órgãos do Estado mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo
Modernização e manutenção das atividades operacionais da SEFAZ/ACRE



Metas

Sistema implantado e integração das informações fiscais do Estado do Acre
Aperfeiçoamento da eficácia dos produtos, serviços e do custo da Administração Fazendária
Desenvolvimento das ações relativas ao Tesouro Estadual

4.1.5 GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA

Objetivo

Incrementar o nível de Arrecadação Estadual, contribuir para a efetiva política fiscal do Estado, mediante a identificação, contributiva, a gestão eficaz e o controle eficiente da arrecadação das receitas tributárias, por meio de tecnologia o que requer contínua pesquisa e implementação de novas tecnologias e soluções que evitem a sonegação fiscal e a recuperação de créditos da SEFAZ Estadual.

| INDICADORES | | | | |
|------------------|-------------------|------------|------|-------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Solvência Fiscal | CAPAG | B | 2018 | STN |

Iniciativas

Capacitação continuada de equipes de multiplicadores fazendários
Implantação do modelo de Gestão Eletrônico Tributário
Implantação e Instalação da Escola Fazendária
Infraestrutura de tecnologia da informação
Modernização da Administração Tributária Fiscal
Modernização da plataforma do Cidadão Contribuinte
Promover o melhoramento do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED
Reforma dos postos e unidades administrativas e fiscais

Metas

Automatizar e aumentar o número de atendimento de forma rápida e eficiente
Estimular práticas inovadoras na gestão tributária
Garantir a qualidade das informações enviadas pelo contribuinte
Garantir o cumprimento das atribuições a cargo da SEFAZ/AC
Melhoria da eficiência e eficácia da administração tributária
Reestruturação das unidades
Sistema desenvolvido e atualizado
Unidade fazendária estruturada e modernizada

4.1.6 DIFUSÃO E COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Objetivo

Promover o diálogo, a transparência e a participação social no âmbito da Administração Pública, estreitando a relação Estado e Sociedade, mediante divulgação das políticas públicas, programas, ações e projetos de interesse público.



| INDICADORES | | | | |
|---|-------------------|------------|-------------------|-------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Número de acesso à informação através do site governamental | Número absoluto | 733.255 | 1º semestre /2019 | SECOM |

Iniciativas

Criação do Acervo Online de Periódicos
Modernização e Gestão do Sistema Público de Comunicação Estadual
Plano de Comunicação e Informação Pública

Metas

Digitalizar 100% dos microfilmes pertencentes ao Museu Universitário UFAC
Implantar um Plano de Comunicação e Informação Pública
Instalar 24 pontos de mídia indoor para expandir as notícias do Sistema Público de Comunicação

4.1.7 VALORIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS

Objetivo

Fortalecer e valorizar a cultura dos povos indígenas do Acre, a partir da implantação de políticas públicas que potencializem a identidade e os conhecimentos tradicionais e promova a superação das problemáticas relacionadas à habitação, saúde, educação, cultura, transporte, comunicação e economia, com a participação ativa das comunidades indígenas, órgãos e entidades governamentais e não governamentais no planejamento, execução e controle das ações de desenvolvimento dos territórios, gerando corresponsabilidade pelo resultado alcançado e garantindo o respeito a realidade de cada povo.

| INDICADORES | | | | |
|--|-------------------|------------|-----|-------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Número de povos indígenas contemplados com políticas públicas* | Número absoluto | - | - | SRPI |

*O indicador será mensurado a partir de 2020

Iniciativas

Desenvolvimento da Gestão Territorial, Ambiental, Produção e Cultural em Territórios de Povos Indígenas
Implantação de Metodologia de Avaliação das Políticas Públicas Indígenas
Integração da Gestão das Políticas Públicas Indígenas

Metas

Atender 15 povos indígenas
Implantar uma metodologia de avaliação das políticas indígenas





EIXO CIDADANIA E SEGURANÇA

PROGRAMAS TEMÁTICOS





4.2 EIXO CIDADANIA E SEGURANÇA

É dever do Estado a proteção aos interesses essenciais à manutenção da vida social digna, representada pelo exercício dos direitos inerentes ao ser humano, como à vida, à liberdade e à igualdade. Nesse contexto, a concepção atual de um Estado mais seguro e com bem-estar social incorpora os valores e direitos ligados à cidadania, à democracia, à saúde, à educação, à cultura e lazer de forma indissociável as condições de paz e tranquilidade, advindas da segurança pública.

Portanto, o Eixo Cidadania e Segurança envolve as áreas de educação, saúde, assistência social, cultura e segurança pública para que de forma estratégica e com a participação cidadã promovam políticas públicas integradas e alinhadas, somando forças para assegurar o exercício pleno da cidadania.

4.2.1 SEGURANÇA PÚBLICA: PROTEÇÃO, PRESENÇA E FORÇA

Objetivo

Restabelecer a segurança, a ordem e a paz social para a sociedade acreana, atuando a partir da integração operacional das forças de segurança pública, em conjunto com as demais instituições governamentais e não governamentais, mediante ações de prevenção e repressão da criminalidade, controle gerencial de indicadores, implantação de boas práticas de gestão penitenciária e de ressocialização, potencializados pela melhoria da infraestrutura física, implantação de novas tecnologias necessárias ao implemento das atividades e à modernização das áreas de inteligência e estratégia, valorização dos profissionais de segurança pública, além de ampliar as ações sociais, educativas e informativas com incentivo à participação cidadã.

| INDICADORES | | | | |
|---|-------------------|------------|------|--------------------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Taxa de homicídio (por 100 mil habitantes) | % | 62,2 | 2017 | Atlas da Violência |

Iniciativas

Consolidação e modernização da integração das forças de Segurança Pública
 Construção e modernização de unidades de Segurança Pública
 Fortalecimento da gestão penitenciária para a reinserção social
 Fortalecimento do Sistema Socioeducativo
 Implantação do Escritório Social
 Implantação do Grupamento Especial de Fronteira – GEFRON
 Modernização das ferramentas e soluções tecnológicas de Segurança Pública
 Projeto Acre pela vida
 Projeto Acre Resiliente
 Promoção da integração Comunidade e Segurança Pública
 Valorização dos profissionais de segurança pública

Metas

Adquirir soluções tecnológicas para inteligência e gestão do Sistema Integrado de Segurança Pública
 Ampliar a capacidade operacional da Polícia Civil
 Atender 40 mil crianças e adolescente e a comunidade em geral com atividades de Polícia Comunitária
 Beneficiar 4.000 jovens no Estado do Acre – “Bombeiro Mirim”
 Capacitar 2.000 jovens em natação utilitária no Estado do Acre – “Nadando com os Bombeiros”
 Construir 9 Núcleos de Semiliberdade, com quadra poliesportiva
 Construir Centro Socioeducativo da Região do Alto Acre com quadra poliesportiva
 Construir um complexo pericial em Rio Branco

Construir uma sede administrativa do ISE
 Construir uma sede unificada para órgãos do Sistema Integrado de Segurança Pública
 Construir uma Unidade de Internação Provisória em Rio Branco com quadra poliesportiva com cobertura
 Construir unidades do DPTC nas regionais do interior
 Implantar estrutura integrada para órgãos de correição do SISP
 Implantar em 7 municípios do Estado do Acre o serviço de atendimento pré-hospitalar- CBMAC
 Implantar um Sistema Big Data e Hiperconvergência para o SISP
 Implantar um Sistema Gerenciamento de Banco de Dados dos adolescentes que ingressam no sistema socioeducativo
 Implantar um Grupamento Especial de Fronteira – GEFRON

4.2.2 SAÚDE, UM NOVO OLHAR

Objetivo

Ampliar a capacidade de prestação de serviços assistenciais da saúde, desenvolvendo ações de prevenção e promoção de saúde, diagnóstico precoce, acompanhamento adequado e tratamento oportuno, atuando de forma integrada com os municípios, aumentando os investimentos em infraestrutura das unidades de saúde, em formação, capacitação e valorização do profissional de saúde com vista à promoção de um atendimento humanizado e qualificado.

| INDICADORES | | | | |
|---|--------------------------|------------|------|---------------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Taxa de Mortalidade Infantil | Por 1.000 nascidos vivos | 16,9 | 2018 | SIM/MS |
| Despesa total com Saúde por habitante | R\$ | 1.158,69 | 2018 | Datasus/SIOPS |
| Cobertura Populacional Estimada pelas equipes dos Núcleos de Apoio a Saúde da Família | % | 71,00 | 2018 | DAPE/SESACRE |

Iniciativas

Construção, modernização, ampliação e melhoria da infraestrutura da Rede Estadual de Saúde
 Fomento à assistência ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade
 Fortalecimento da Atenção Básica
 Fortalecimento da Regionalização da Assistência à Saúde através do Planejamento Regional Integrado
 Fortalecimento da Vigilância em Saúde
 Fortalecimento das Ações de Assistência Farmacêutica e de Insumos Estratégicos
 Fortalecimento do Controle Social
 Fortalecimento do Projeto Saúde Itinerante
 Implantação da Escola Estadual de Saúde Pública
 Implantação da Maternidade e Centro Especializado de Atenção a Mulher
 Implantação do Centro de Referência para Autistas do Estado do Acre
 Implementação e qualificação das Centrais de Regulação

Metas

Ampliar nas 3 Regiões de Saúde o serviço de apoio e diagnóstico de suporte às vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental
 Apoiar tecnicamente o funcionamento dos 22 Conselhos Municipais de Saúde

1ª Região de Saúde Baixo Acre e Purus – composta pelos municípios de: Acrelândia, Bujari, Capixaba, Jordão, Manoel Urbano, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Santa Rosado Purus, Sena Madureira e Senador Guiomard;

2ª Região de Saúde Alto Acre – composta pelos municípios de: Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia e Xapuri;

3ª Região de Saúde Juruá e Tarauacá/Envira – composta pelos municípios de: Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter, Feijó e Tarauacá.



Aumentar 60% a capacidade de Gerenciamento do Risco Sanitário no Estado do Acre
 Construir uma Maternidade e Centro Especializado de Atenção à Mulher
 Fortalecer 80% da rede de assistência farmacêutica
 Implantar uma Escola Estadual de Saúde Pública
 Implantar nas 3 Regiões de Saúde a Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas
 Implantar nas 3 Regiões de Saúde a Rede de Atenção Psicossocial
 Implantar nas 3 Regiões de Saúde a Rede de Cuidado à Pessoa com Deficiência
 Implantar nas 3 Regiões de Saúde a Regionalização
 Implantar nas 3 Regiões de Saúde Centros de Referência de Imunobiológicos Especiais
 Implantar e modernizar nas 3 Regiões de Saúde Centrais de Regulação Regional
 Implantar um Centro de Referência para Autistas do Estado do Acre
 Implantar nas 3 regiões de saúde um serviço de Ouvidoria do Sistema Único de Saúde
 Implantar um serviço de verificação de óbito na sede da Região de Saúde do Baixo Acre e Purus
 Implementar nas 3 Regiões de Saúde uma Rede Cegonha
 Implementar nas 3 regiões de saúde a Rede de Urgência e Emergência
 Realizar 16.000 atendimentos na área da assistência pelo programa Saúde Itinerante nas 3 Regiões de Saúde
 Reduzir 40% a ocorrência de doenças endêmicas no Estado do Acre

4.2.3 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, EFICIENTE E INOVADORA

Objetivo

Formular e coordenar a execução da política educacional da rede com base no Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional e legislação complementar, promovendo iniciativas de aprimoramento profissional, de inclusão, de participação de alunos e da comunidade escolar nos processos educacionais, por meio de ações e projetos inovadores, para a melhoria da qualidade educacional, do aperfeiçoamento do sistema de avaliação, do fortalecimento da gestão democrática e da implementação de novos modelos educacionais.

| INDICADORES | | | | |
|---|-------------------|------------|------|-----------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| IDEB Estadual das séries iniciais de Ensino Fundamental | Nota | 6,1 | 2017 | INEP |
| IDEB Estadual das séries finais de Ensino Fundamental | Nota | 4,7 | 2017 | INEP |
| IDEB Estadual do Ensino Médio | Nota | 3,6 | 2017 | INEP |
| Taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais | % | 12,1 | 2018 | IBGE/PNAD |

Iniciativas

Aperfeiçoamento da Gestão Democrática e Compartilhada
 Construção, reforma, ampliação, credenciamento e manutenção da infraestrutura das escolas
 Fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos
 Melhoria e ampliação estrutural e pedagógica da Educação Indígena
 Melhoria e ampliação estrutural e pedagógica da Educação Especial
 Melhoria da Educação Básica e inovação do Ensino Médio

Modernização das bibliotecas estaduais e laboratórios das escolas
 Modernização do processo ensino-aprendizagem
 Projeto Formação e Qualidade de Vida dos Profissionais da Educação
 Promoção do Sistema Estadual de Avaliação da Aprendizagem – SEAPE
 Reestruturação da Educação do Campo
 Promoção da alfabetização

Metas

Construir 30 quadras para prática de atividades esportivas
 Elevar o IDEB correspondente a cada etapa de ensino
 Garantir o atendimento de 7.000 alunos/ano com necessidades especiais na rede pública de ensino
 Implantar 3 unidades Cívico-Militares
 Implantar um sistema de autoavaliação escolar nos 22 municípios, conforme critérios do Prêmio de Gestão Escolar e Programa de Dinheiro Direto na Escola
 Implementar 5 unidades das Escolas Vocacionadas
 Ofertar 10.204 vagas de formação para os servidores da SEE
 Reduzir para 8,5% a taxa de analfabetismo
 Reduzir a taxa de distorção idade/série em todas as etapas de ensino
 Reduzir a taxa de evasão escolar da rede estadual de ensino

4.2.4 PROMOÇÃO DE PROJETOS INOVADORES, EDUCACIONAIS E ESPORTIVOS

Objetivo

Estimular e fortalecer na comunidade estudantil e em geral o interesse pela ciência e tecnologia com ênfase em projetos inovadores de experimentação científica nas áreas de matemática, filosofia, letras, robótica, bem como garantir o acesso à prática esportiva e lazer com foco na melhoria da qualidade de vida e no incentivo às práticas desportivas amadoras e de alto rendimento.

| INDICADORES | | | | |
|--|-------------------|------------|------|-------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Participação de alunos nos programas de ensino, cursos regulares de línguas e outros | Número absoluto | 123.492 | 2018 | SEE |
| Participação em práticas esportivas (escolar, comunitário e alto rendimento) | Número absoluto | 12.750 | 2018 | SEE |

Iniciativas

Fortalecimento da Prevenção e Promoção à Saúde dos Alunos
 Incentivo ao Conhecimento e a Qualificação do Profissional em Educação
 Projeto Escola Segura
 Projeto Geração Conectada ao Futuro
 Promoção do Esporte Educacional e de Alto Rendimento
 Promoção e Desenvolvimento do Esporte e Lazer

Metas

Atender diretamente 250 atletas de alto rendimento/ano
 Envolver 200.000 pessoas no projeto Viver Ciência
 Envolver 33.000 alunos, atletas e espectadores nos jogos escolares



Envolver 42.000 pessoas das comunidades em atividade de esporte e lazer
 Implantar uma rede colaborativa de cuidado e segurança nas escolas
 Incentivar a participação de 40 alunos/ano no Programa Jovens Embaixadores
 Ofertar 26.200 atendimentos em programas de qualificação profissional para alunos e comunidade escolar
 Ofertar 8.000 vagas a alunos em curso de Língua Estrangeira
 Ofertar 20.000 vagas em cursos, minicursos, oficinas, palestras e formações, nas áreas de Matemática, Ciências e Filosofia para alunos e professores.
 Realizar 333.000 atendimentos de saúde física e mental dos alunos

4.2.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

Objetivo

Democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos e programas de formação inicial e continuada para trabalhadores, apoiando e expandindo a rede física de atendimento a educação profissional e tecnológica, para a promoção da qualidade profissional com foco nas necessidades do mercado e na redução das desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

| INDICADORES | | | | |
|---|-------------------|------------|------|----------------------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Quantidade de vagas ofertadas de cursos profissionalizantes | Número absoluto | 3255 | 2018 | Relatório IEPETC |
| Percentual de jovens de 15 a 29 anos que não trabalham, nem estudam | (%) | 28,9 | 2018 | IBGE – PNAD Contínua |

Iniciativas

Construção de sede do Instituto Estadual de Educação Profissional e Tecnológica
 Formação Inicial e Continuada à comunidade
 Fortalecimento da Qualificação Profissional Técnico de Nível Médio
 Implantação do Portal Educacional do Instituto Estadual de Educação Profissional e Tecnológica
 Projeto Educação Profissional Itinerante

Metas

Capacitar 1.000 pessoas por ano nos workshops
 Construir uma sede administrativa do Instituto Estadual de Educação Profissional e Tecnológica
 Implantar um Portal Educacional
 Qualificar 14.437 pessoas por ano em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)
 Qualificar 200 pessoas por ano em Especialização Pós Técnico
 Qualificar 4.000 pessoas por ano em curso Técnico de nível Médio
 Qualificar 500 pessoas por ano por meio do Projeto Educação Itinerante

4.2.6 ASSISTÊNCIA SOCIAL, UM DIREITO DE TODOS

Objetivo

Garantir a proteção social básica e especial às famílias e indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, para que possam superar ou prevenir essas condições que indicam risco potencial, melhorar a qualidade de vida do cidadão, o respeito à cidadania, a autonomia e à convivência familiar e comunitária, considerando as especificidades sociais, assegurando aos municípios recursos financeiros inclusive com cofinanciamento, apoio técnico, monitoramento, avaliação e capacitação permanente, bem como o fortalecimento do controle social.

| INDICADORES | | | | |
|-------------------------|-------------------|------------|------|--|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Taxa de pobreza | % | 27,11 | 2017 | PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano |
| Taxa de extrema pobreza | % | 14,05 | 2017 | PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano |
| Índice de Gini | Índice | 0,566 | 2017 | PNUD – Atlas do Desenvolvimento Humano |

Iniciativas

Capacitação dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social/SUAS

Cofinanciamento Estadual

Fortalecimento das Entidades Socioassistenciais.

Fortalecimento do Controle Social da política de assistência social

Inclusão Socioprodutiva de famílias pobres e extremamente pobres no Estado do Acre no mercado de trabalho.

Qualificação para os atores envolvidos no atendimento aos Povos Indígenas

Vigilância Socioassistencial para prevenir as vulnerabilidades das famílias e indivíduos

Metas

Assistir 12 municípios com qualificações para acolhimento e atendimento aos Povos

Capacitar 420 trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social no Estado

Efetivar nos 22 municípios do Estado o cofinanciamento estadual

Fomentar nos 22 municípios as entidades socioassistenciais

Implantar nos 22 municípios a Vigilância Socioassistencial Indígenas

Realizar 15 eventos de controle social da política de assistência social estadual

4.2.7 CIDADANIA PARA TODOS

Objetivo

Promover ações para que todo cidadão, seja mulher, criança, adolescente, índio, negro, idoso, pessoa com deficiência, pobre, migrante, LGBT+, pessoa em situação de rua, tenha os direitos fundamentais garantidos, além de contribuir para o fortalecimento das políticas de combate à



discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, raça e etnia, nacionalidade, idade, religião, ou por qualquer outro aspecto de ordem econômica, social e cultural, e contra toda forma de exploração humana. E, ainda promover a proteção e defesa dos direitos dos consumidores, para que sejam respeitados e garantidos, diminuindo sua vulnerabilidade nas relações de consumo de bens e serviços.

| INDICADORES | | | | |
|--|-------------------|------------|------|-------------------------------------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) | Índice | 0,719 | 2017 | PNUD, Fundação João Pinheiro e Ipea |

Iniciativas

Construção da sede do PROCON
 Procon Educativo
 Projeto Acre sem Racismo e Discriminação
 Projeto Direito e Dignidade da Pessoa com Deficiência
 Projeto Envelhecer com Dignidade
 Projeto Pessoas em Situação de Rua: viver com dignidade
 Projeto Procon Vai Até Você
 Projeto Proteção e Defesa da Criança e do Adolescente
 Projeto Respeito à Livre Orientação Sexual
 Promoção do Registro Civil de Nascimento

Metas

Assessorar 17 municípios na elaboração de seus planos decenais municipais dos direitos humanos da criança e do adolescente
 Construir uma sede do Procon
 Elaborar cartilhas para orientar o atendimento de pessoas em situação de rua
 Elaborar um Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos
 Elaborar um Plano Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
 Elaborar um Plano Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa
 Garantir o Registro Civil de Nascimento a 100% das crianças nascidas, antes da alta hospitalar da mãe
 Implantar 4 núcleos de atendimento do Procon no Estado
 Implantar uma unidade móvel Procon
 Promover 16 eventos entre seminários, capacitações e encontros alusivos ao racismo e discriminação
 Promover 9 eventos entre seminários, capacitações e encontros alusivos à questão de orientação sexual
 Realizar 1.300 atendimentos de vítimas de violação com orientações para acesso às políticas setoriais e/ou acesso à justiça
 Realizar 22 capacitações nos municípios do estado do Acre para o fortalecimento das políticas públicas voltadas para a pessoa idosa
 Realizar 22 capacitações sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente
 Realizar 22 capacitações sobre operacionalização do Sistema de Informação para Infância e Adolescência - SIPIA/Conselho Tutelar
 Realizar 22 oficinas de capacitação em Direitos Humanos
 Realizar 28 eventos entre palestras e capacitações referentes ao direito e dignidade da pessoa com deficiência
 Realizar anualmente a Semana de Direitos Humanos
 Realizar anualmente a Semana Estadual de Luta das Pessoas com Deficiência - PcD.
 Realizar um levantamento da quantidade de comunidades tradicionais de terreiro no estado

4.2.8 MULHER, VIVER COM SEGURANÇA E DIGNIDADE

Objetivo

Visa o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres, por meio do fortalecimento da Frente Acreana de Enfrentamento à Violência Doméstica, da autonomia econômica das mulheres, dos organismos de políticas para as mulheres, dos grupos reflexivos de transformação dos agressores, dos Conselhos, bem como do Comitê Gestor por meio da transversalidade, promovendo capacitações dos profissionais operadores das leis de proteção à mulher, garantindo o atendimento direto e contínuo para reduzir a reincidência da violência e auxiliar na inserção ao mercado de trabalho.

| INDICADORES | | | | |
|--------------------------------|--------------------|------------|------|--------------------------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Taxa de Homicídios de Mulheres | 100 mil habitantes | 8,3 | 2017 | IPEA, Atlas da Violência |

Iniciativas

Conferência de Políticas para Mulheres
Fortalecimento Intermunicipal de Políticas para Mulheres
Projeto Junto por Elas
Projeto Rede Laço Lilás

Metas

Atender os 22 Municípios com capacitação dos Organismos Municipais de Políticas para Mulheres – OPM's e Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher – CMDM's
Elaborar nos 22 municípios Planos Municipais de Políticas para Mulheres
Implantar a ferramenta Patrulha Maria da Penha e Aplicativo Botão da Vida no Estado
Incluir 30% das mulheres em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho
Realizar 2 Conferências Estaduais de Políticas para Mulheres na Capital Rio Branco
Reduzir em 30% a reincidência da prática de violência contra a mulher até 2023

4.2.9 CULTURA PRESENTE E PARTICIPATIVA

Objetivo

Desenvolver ações que fomentem a produção, difusão, fruição, proteção e preservação do patrimônio socioambiental, cultural e artístico, com foco na participação social, no fortalecimento da cadeia produtiva da cultura e ampliação do acesso e garantia do exercício dos direitos culturais são objetivos deste programa.

| INDICADORES | | | | |
|--|-------------------|------------|------|-------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Número de acessos às atividades culturais | Número absoluto | 150.000 | 2018 | FEM |
| Número de equipamentos públicos de cultura (arte, patrimônio cultural e livro e leitura) | Número absoluto | 37 | 2018 | FEM |



Iniciativas

Fomento a Pesquisa, a Proteção e a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural do Estado Acre
Fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura do Acre - SISCULT

Modernização dos espaços culturais

Projeto Acriativo: fortalecimento dos profissionais e empreendedores criativos no campo da cultura

Projeto Conecta Cultura: desenvolvimento de atividades voltadas à produção, formação, promoção, preservação, valorização, difusão e intercâmbio nas áreas de arte, patrimônio cultural e socioambiental, livro e leitura.

Metas

Atender 100% dos municípios com atividades voltadas à produção, formação, promoção, preservação, valorização, difusão e intercâmbio nas áreas de arte, patrimônio cultural e socioambiental, livro e leitura

Implantar nos 22 municípios o Projeto Acriativo

Implantar um Sistema Estadual de Informações e Indicadores Culturais com o registro de mapeamento publicizado

Fortalecer nos 22 municípios o Sistema Estadual de Cultura

Modernizar 100% dos espaços culturais vinculados à FEM

FOTO: ARQUIVO/SECOM





PLANO PLURIANUAL 2020 - 2023 GOVERNO DO ACRE



EIXO ECONOMIA E AGRONEGÓCIO

PROGRAMAS TEMÁTICOS





4.3 EIXO ECONOMIA E AGRONEGÓCIO

O Eixo de Economia e Agronegócio é voltado para o desenvolvimento do processo produtivo, do alinhamento entre as novas tecnologias e uso racional dos recursos florestais. Dentro do processo de impulsionar uma economia forte e diversificada estão os programas de governo e políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de ciência e tecnologia, desenvolvimento das cadeias produtivas, assistência técnica e extensão rural, industrialização, turismo e comércio potencializando as oportunidades regionais direcionadas a geração de emprego e renda, como forma de agregar valor, elevando a produtividade e a competitividade do Estado.

Nesse novo momento, o Governo do Estado traz como diferencial o fortalecimento do agronegócio sem perder de vista os pactos de sustentabilidade e limites de conservação, considerando a participação do setor na Economia.

4.3.1 DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA E AGRONEGÓCIO

Objetivo

Promover ambiente favorável aos negócios, à geração de emprego e renda, com políticas públicas inovadoras dentro de uma perspectiva de desenvolvimento e crescimento econômico, justiça, inserção social e respeito ao meio ambiente, valorizando as potencialidades do Estado, aumentando a competitividade e agregando valor socioeconômico e ambiental, bem como ampliando a participação nos mercados nacional e internacional dos produtos das principais cadeias produtivas do agronegócio.

| INDICADORES | | | | |
|--|-------------------|------------|------|-----------------------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Taxa de Crescimento do PIB | % | -2,44 | 2016 | IBGE/Contas Regionais |
| Efetivo de Bovinos | Cabeças | 2.858.419 | 2017 | IBGE/PPM |
| Produção de Grãos (arroz, feijão, milho) | Toneladas | 86.842 | 2017 | IBGE/ PAM |

Iniciativas

Desenvolvimento da Produção Familiar e do Agronegócio
 Desenvolvimento das Cadeias Produtivas
 Fomento da Produção Agropecuária
 Fortalecimento da Produção Florestal
 Fortalecimento do escoamento da produção agrícola
 Modernização das unidades de armazenamento da produção

Metas

Aumentar em 40% o escoamento da Produção Agrícola dos médios e pequenos produtores
 Elevar em 4% a participação da produção agropecuária no PIB Acre
 Elevar em 4% a participação da produção florestal no PIB Acre
 Modernizar 100% das unidades de armazenamento da produção

4.3.2 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL

Objetivo

Fomentar a indústria e o comércio, por meio da reestruturação de polos e parques industriais existentes, bem como intensificar as relações de comércio nacional e internacional, a fim de elevar os níveis de produtividade e competitividade dos setores de indústria e comércio local e regional.

| INDICADORES | | | | |
|----------------|-------------------|------------|------|-----------------------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| PIB per capita | R\$ | 16.838 | 2016 | IBGE/Contas Regionais |

Iniciativas

Fortalecimento do Comércio Interno

Implantação de Solução de Gerenciamento das Cadeias Produtivas do Estado

Reestruturação de Polos e Parques Industriais

Reposicionamento e Alienação de Ativos da ANAC junto aos Empreendimentos Coligados

Metas

Conceder 5 espaços industriais à iniciativa privada

Implantar um plano de desenvolvimento para o comércio interno do Estado

Vender 60% das ações das empresas coligadas a ANAC

Implantar uma solução de gerenciamento das Cadeias Produtivas do Estado

4.3.3 FORTALECIMENTO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Objetivo

Promover Assistência Técnica e Extensão Rural qualificada e permanente, mecanização agrícola e açudagem, aumentando a qualidade dos produtos e serviços rurais, aperfeiçoando os mecanismos de produção e de acesso ao crédito rural, desenvolvendo as cadeias produtivas, fomentando a produção familiar para melhoria das condições de trabalho, de renda e de qualidade de vida, promovendo o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

| INDICADORES | | | | |
|---|-------------------|------------|-----|---------------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Número de produtores rurais atendidos com assistência técnica e extensão rural* | Número absoluto | - | - | SEPA / EMATER |

*O indicador será mensurado a partir de 2020

Iniciativas

Apoio ao Crédito Rural Sustentável

Capacitação continuada e assistência técnica aos produtores

Capacitação de entidades em gestão socioprodutiva e ambiental

Disponibilização de equipamentos para a agricultura familiar

Fortalecimento da Extensão Indígena

Promoção da Mecanização Agrícola e Açudagem



Metas

Apoiar a elaboração de 8.000 projetos para obtenção de Crédito Rural
Apoiar em 35 terras indígenas a produção agroflorestal
Atender 20.000 famílias de produtores rurais

4.3.4 ACRE EMPREENDEDOR

Objetivo

Fortalecer e integrar as ações referentes ao empreendedorismo de alta relevância para o desenvolvimento econômico acreano, abrangendo os empreendimentos econômicos solidários, micro e pequenos empreendedores, associações, cooperativas e o artesanato acreano, impactando diretamente nos indicadores econômicos e sociais do Estado.

| INDICADORES | | | | |
|----------------|-------------------|------------|------|-------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Emprego Formal | Número absoluto | 131.291 | 2017 | RAIS |

Iniciativas

Apoio à exposição de artesanato e produtos regionais nas feiras nacionais e internacionais
Gestão de Feiras Regionais
Implantação da Clínica de Designer
Implantação de centros de Apoio ao Empreendedor
Incentivo a formalização de empreendedores individuais e de micro e pequenas empresas
Incentivo e valorização dos produtos regionais
Projeto Aprendendo para Empreender

Metas

Implantar uma clínica de designer
Implantar 2 centros de apoio ao empreendedor acreano em Rio Branco e Cruzeiro do Sul
Reduzir em 30% a falência dos empreendimentos econômicos solidários, micro e pequenos empreendedores, associações, cooperativas e artesanatos

4.3.5 ACRE, O TURISMO COMEÇA AQUI

Objetivo

Promover o potencial e a vocação turística do Estado com a melhoria dos atrativos naturais, históricos, religiosos, culturais, entre outros, principalmente o ecoturismo e o turismo de aventura, seguimento turístico que mais cresce no país e no mundo, oportunizando negócios capazes de conciliar desenvolvimento econômico e social com responsabilidade ambiental, gerando emprego e renda.

| INDICADORES | | | | |
|--|-------------------|------------|------|------------------------------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Visitantes domésticos que chegaram ao Acre | Número absoluto | 464.108 | 2018 | FIPE - Ministério do Turismo |
| Visitantes internacionais que chegaram ao Acre | Número absoluto | 4.602 | 2018 | FIPE - Ministério do Turismo |

Iniciativas

Apoio às ações de qualificação de profissionais do setor turístico
Desenvolvimento de Cadastro de empresas e profissionais do Setor Turístico
Elaboração de Plano estratégico de marketing do turismo no Acre
Elaboração de Planos de Gestão do Turismo Indígena
Estruturação e melhoria dos atrativos turísticos
Fortalecimento dos segmentos Turísticos e das Cadeias Produtivas Associadas nas Zonas Turísticas
Participação em Feiras e Eventos
Realização de estudos e pesquisas sobre o potencial turístico no Acre

Metas

Aumentar em 20% o fluxo de turistas no Estado
Elaborar um Plano Estratégico de Marketing do Turismo no Acre
Elaborar 35 planos de gestão do turismo indígena

4.3.6 GERAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Objetivo

Gerar e difundir alternativas científicas, tecnológicas e de inovação, apoiando e oferecendo espaços propícios à promoção de pesquisas científicas, incubação de empresas, contribuindo para a elevação da produção, potencialização do mercado regional com a geração de emprego e renda, em especial contemplando as cadeias produtivas potenciais no Estado do Acre.

| INDICADORES | | | | |
|---|-------------------|------------|-----|--------------------------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Volume de recursos investidos em C, T&I | R\$ | - | - | SAFIRA/Tabulações SEPLAG |

*O indicador será mensurado a partir de 2020

Iniciativas

Acreditação dos laboratórios da FUNTAC para atendimento ao Agronegócio
Criação do laboratório de Controle de Qualidade para atender as demandas voltadas ao agronegócio - Agrolab
Criação do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT
Desenvolvimento de soluções tecnológicas sustentáveis aplicáveis à construção civil e ao aproveitamento de resíduos
Difusão de Conhecimento Científico e Tecnológico
Elaboração do Plano de Desenvolvimento Local da Cadeia Produtiva de Produtos Não Madeireiros
Estudo de viabilidade técnica e econômica de produtos não madeireiros na região do Juruá, Purus e Alto Acre.
Fomento à Pesquisa e Formação de Recursos Humanos
Formação de Núcleo de Pesquisa e Inovação
Identificação de métodos de tratamento de bambus nativos com produtos alternativos sustentáveis
Implantação de Sistema de Indicadores de Desempenho e Monitoramento de Projetos e Serviços da Cadeia Produtiva
Implantação de Sistemas Agroflorestais - SAFs em propriedades rurais improdutivas
Implantação de unidades modelos de produção tecnológica de produtos sustentáveis
Metrologia Legal e Qualidade de Bens e Serviços para o Estado do Acre



Metas

Acreditar um laboratório

Aumentar em 15% a formação de mestres e doutores

Desenvolver 3 soluções tecnológicas de elementos construtivos para construção civil

Desenvolver um catálogo técnico com orientações sobre meios de tratamento de bambus nativos

Fiscalizar 90% dos equipamentos de medição e produtos sujeitos à certificação obrigatória no Estado do Acre

Implantar 20 SAF'S S em propriedades rurais de unidades de conservação, com a utilização do cacau no arranjo misto de plantio

Implantar 4 unidades de produção tecnológica de produtos sustentáveis nas regionais do Acre

Implantar um laboratório de Controle de Qualidade para o agronegócio

Implantar um Núcleo de Inovação Tecnológica

Implantar um Plano de Desenvolvimento Local da Cadeia de Produtos Não Madeireiros

Implantar um Sistema de Indicadores de Desempenho e Monitoramento de Projetos e Serviços da Cadeia Produtiva

Realizar 3 estudos de viabilidade técnica e econômica de produtos não-madeireiros em comunidades extrativistas

Realizar 60 ações de difusão de conhecimento sobre técnicas de uso e processamento de produtos madeireiros e não madeireiros

4.3.7 DEFESA AGROPECUÁRIA

Objetivo

Garantir a defesa sanitária animal e vegetal através de ações capazes de prevenir, diminuir e eliminar, riscos à saúde dos rebanhos animais, atendendo a estratégia de obtenção de áreas livres sem vacinação contra Febre Aftosa, e das culturas vegetais para aumentar a sua competitividade nos mercados nacional e internacional e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Estado, preservando a qualidade e sanidade de vegetais e animais, suas partes, produtos, subprodutos, materiais biológicos e resíduos de valor econômico para a consolidação do agronegócio.

| INDICADORES | | | | |
|---|-------------------|------------|------|---------------------------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Taxa de introdução de pragas quarentenárias | Unidade | 0 | 2010 | Ministério da Agricultura |

Iniciativas

Fortalecimento do Sistema de Defesa Animal

Fortalecimento do Sistema de Defesa Vegetal

Melhoria da infraestrutura de defesa agropecuária

Normatização, regulamentação e fiscalização da entrada, do trânsito, do comércio e do beneficiamento dos produtos, subprodutos e derivados agropecuários

Metas

Aumentar a taxa de conformidade dos produtos de origem vegetal

Construir 3 unidades locais do IDAF no Estado

Garantir 100% da saúde dos rebanhos animais do Estado

Mitigar 100% das pragas regulamentadas e de importância econômica



EIXO INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

PROGRAMAS TEMÁTICOS





4.4 EIXO INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

O eixo de infraestrutura para o desenvolvimento contempla uma área de construção de estratégias ligadas ao desenvolvimento econômico, social e territorial, transformando as ações do governo em políticas públicas por meio de serviços de engenharia, obras, saneamento, habitação, gestão do trânsito, regulação, direcionadas ao desenvolvimento da infraestrutura urbana e rural proporcionando serviços públicos de qualidade à sociedade.

O governo com um olhar estratégico buscará investir em ações que potencialize o processo de crescimento e desenvolvimento econômico tornando o ambiente favorável e mais atrativo para futuros investimentos, criando possibilidades de competitividades no Estado, bem como gerando emprego, renda e diminuindo a desigualdade.

4.4.1 VIVER CIDADES

Objetivo

Garantir o reordenamento espacial do imobiliário público a partir da construção, manutenção, conservação e revitalização dos parques públicos, o saneamento urbano, além de oportunizar o acesso à moradia digna e regularizada às pessoas que se encontram em vulnerabilidade social nas áreas urbanas e rurais, atuando na construção, reforma, ampliação e conclusão de moradias e na regulação dos serviços públicos.

| INDICADORES | | | | |
|-----------------------|-------------------|------------|-----|-------------------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Habitações entregues* | Número absoluto | - | - | Relatório SEINFRA |
| Parques Lineares* | Número absoluto | - | - | Relatório SEINFRA |

*Os indicadores serão mensurados a partir de 2020

Iniciativas

Modernização da regulação do setor Saneamento Básico
 Projeto Eficiência e Racionalização de Energia Elétrica
 Projeto Habitacional Casa Acreana
 Projeto Prédios Públicos
 Regulação do transporte intermunicipal de passageiros
 Restauração, recapeamento e ampliação das vias públicas
 Revitalização dos espaços públicos

Metas

Ampliar anualmente em 5% o número de transportes intermunicipais de passageiros regulados no Estado do Acre
 Concluir 100% das obras dos prédios públicos em fase de construção
 Controlar 1.435 unidades consumidoras anualmente, para uso racional do consumo de energia elétrica dos órgãos e logradouros públicos do Estado do Acre
 Entregar 7.000 unidades habitacionais urbanas no estado
 Entregar 5.000 unidades habitacionais rurais no estado

Implantar Projeto Desperdício é a Gota D'Água nos 22 municípios acreanos
 Normatizar 4 temáticas do saneamento básico
 Regularizar 100% das unidades habitacionais entregues
 Restaurar e recapear 21.134m das vias urbanas estaduais com massa asfáltica
 Revitalizar 100% dos equipamentos públicos

4.4.2 ROTAS DO DESENVOLVIMENTO

Objetivo

Viabilizar a ampliação, conservação, manutenção e modernização da infraestrutura dos modais terrestres, fluviais e aéreos, visando a integração local, regional e internacional para aumentar a eficiência na movimentação de pessoas e mercadorias no Estado, propiciando um cenário atrativo a novos investidores para o estado e fomentado o comércio e os serviços da economia local.

| INDICADORES | | | | |
|--|-------------------|------------|-----|---------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Rodovias estaduais pavimentadas* | Km | - | - | DERACRE |
| Custo mensal da cesta básica em Cruzeiro do Sul* | R\$ | - | - | SEPLAG |

*Os indicadores serão mensurados a partir de 2020

Iniciativas

Ampliação da rodovia AC-090
 Construção de pontes nos municípios do Estado do Acre
 Construção das orlas: Cruzeiro do Sul e Rio Branco
 Construção de aeródromos
 Construção de núcleos de apoio logístico e operacional do DERACRE
 Construção de pontes em ramais do Estado do Acre
 Construção de rampas fluviais no Estado do Acre
 Construção de uma rodovia entre Feijó e o Rio Jurupari
 Construção de viaduto
 Construção do anel viário de Rio Branco, etapa III
 Construção e restauração de rodovias de ligação entre os municípios do Estado do Acre
 Construção, urbanização, ampliação e restauração de rodovias.
 Contenção e construção da Orla do Rio Acre no Bairro do 15
 Duplicação, urbanização e restauração da AC-405 entre Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima
 Estudos de viabilidade técnica e ambiental e projetos de engenharia da expansão da malha viária estadual
 Implantação e pavimentação da terceira entrada em Tarauacá
 Pavimentação da rodovia AC-445 - Ramal do Bujari
 Pavimentação de ramais da cadeia produtiva
 Projeto Orlas do Acre
 Reconstrução e melhoria da AC-10: Trecho Rio Branco - Porto Acre

Metas

Ampliar em 323m a Orla à margem do Rio Acre em Rio Branco



Concluir a III etapa do anel viário de Rio Branco
 Construir 675,4km de rodovias estaduais nos municípios isolados
 Construir o parque linear do bairro 15 em Rio Branco
 Construir uma Orla Cruzeiro do Sul
 Construir 3 pontes nos municípios do Estado do Acre
 Estruturar 100% da malha aeroviária dos municípios Santa Rosa do Purus, Marechal Thaumaturgo, Jordão e Porto Walter
 Pavimentar 200km de ramais
 Restaurar e manter 385,2km de rodovias estaduais

4.4.3 SANEAMENTO É SAÚDE

Objetivo

Promover o abastecimento de água, em quantidade e qualidade, bem como a coleta e a destinação final adequada dos esgotos sanitários, por meio de ações de melhoria, ampliação e modernização dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, proporcionando qualidade de vida da população do Acre.

| INDICADORES | | | | |
|---------------------|-------------------|------------|------|----------------------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Cobertura de água | % | 54,9 | 2018 | IBGE – PNAD Contínua |
| Cobertura de esgoto | % | 37,1 | 2018 | IBGE – PNAD Contínua |

Iniciativas

Ampliação e melhorias dos sistemas de abastecimento de água
 Ampliação e melhorias dos sistemas de coleta e tratamento de esgotamento sanitário
 Implantação do Cadastro Técnico do sistema de abastecimento de água nos municípios do estado
 Melhorias da eficiência energética dos sistemas de saneamento e abastecimento de água
 Modernização da operação do sistema de esgotamento sanitário
 Modernização e otimização dos sistemas comercial de faturamento, arrecadação e cobrança

Metas

Ampliar 100% dos sistemas de abastecimento de água
 Atender 60% da população urbana com sistema de esgotamento sanitário
 Aumentar em 25% a arrecadação do sistema de saneamento
 Cadastrar 100% da rede de abastecimento de água implantada
 Cadastrar 100% da rede de esgotamento sanitário implantada
 Cadastrar 120.000 usuários do sistema de abastecimento de água
 Cadastrar 72.000 usuários do sistema de esgotamento sanitário
 Implantar 120.000 hidrômetros
 Modernizar 8 sistemas de esgotamento sanitários
 Reduzir em 10% o gasto com energia elétrica
 Reduzir para 50% as perdas no sistema de abastecimento de água

4.4.4 SEGURANÇA NO TRÂNSITO

Objetivo

Promover a segurança e a cidadania no trânsito, por meio de ações educativas nas escolas e nas campanhas de conscientização, bem como ampliando e aperfeiçoando a fiscalização e a engenharia, melhorando a segurança no trânsito, prevenindo as ocorrências e interferências no fluxo de pessoas e de veículo, para redução dos índices de acidentes e mortes causadas no trânsito.

| INDICADORES | | | | |
|---|--------------------|------------|------|--------------------------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Taxa de óbitos em acidentes de transporte | 100 mil habitantes | 14,46 | 2017 | IPEA, Atlas da Violência |

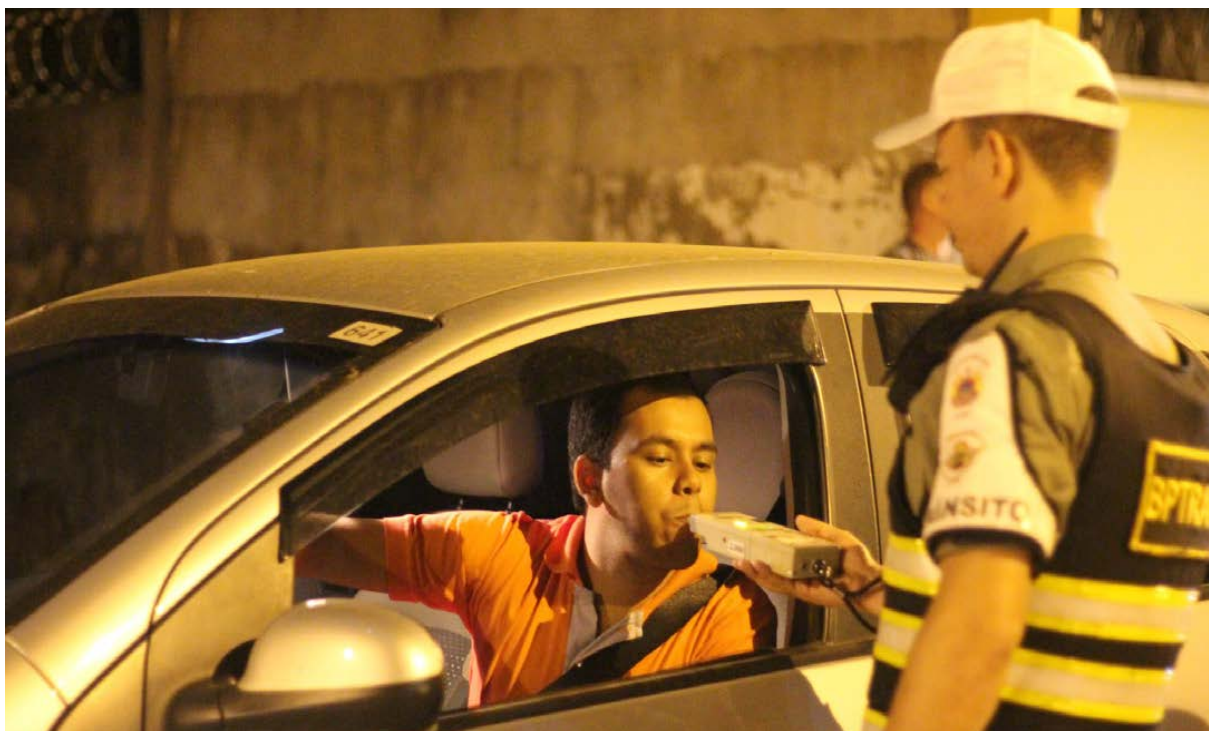
Iniciativas

Construção do Complexo na Capital e unidades das Ciretrans no Estado
Educação no Trânsito
Projeto CNH Social
Projeto Preservando Vidas com Segurança Viária
Revitalização e ampliação da sinalização viária

Metas

Atingir 20% da população com a orientação voltada para o trânsito
Conceder 4.000 habilitações gratuitas
Fiscalizar 16% da frota estadual de veículos até 2023
Revitalizar e ampliar a sinalização viária em 40% nos municípios do Estado do Acre

FOTO: ARQUIVO/SECOM



EIXO MEIO AMBIENTE

PROGRAMAS TEMÁTICOS





4.5 EIXO MEIO AMBIENTE

O eixo de Meio Ambiente reúne programas e projetos que visam promover a preservação, melhoria e recuperação ambiental do Estado através da execução de atividades com baixo impacto ambiental e uso racional dos recursos naturais, bem como a inclusão das potencialidades ambientais às atividades produtivas, contribuindo para diversificação das atividades econômicas estadual.

O governo se compromete com as futuras gerações propondo uma política de uso dos recursos naturais adotando padrões de consumo e de produção sustentáveis e compatíveis com a preservação da biodiversidade acreana.

4.5.1 GESTÃO INTEGRADA DO MEIO AMBIENTE

Objetivo

Desenvolver ações integradas de uso racional dos recursos naturais por meio da adoção de padrões de consumo e produção, conciliados com a capacidade de suporte e proteção da diversidade biológica do estado e contribuir para o alcance dos objetivos globais de sustentabilidade ambiental.

| INDICADORES | | | | |
|------------------------------|-------------------|------------|--------------------|------------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Taxa de desmatamento no Acre | Km2/ano | 470 | 2018 | OBT/PRODES |
| Focos de calor | Número absoluto | 880 | 1º Semestre / 2019 | INPE |

Iniciativas

Consolidação do Sistema Estadual de Áreas Naturais Protegidas - SEANP
 Fomento à Gestão Municipal de Resíduos Sólidos
 Fortalecimento do Monitoramento e Fiscalização Ambiental
 Gestão nas Unidades de Conservação Estadual
 Implantação da Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P
 Implementação do Plano de Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos
 Implementação do Plano Estadual de Gestão de Riscos de Desastres Ambientais
 Modernização e facilitação do licenciamento ambiental outorga e segurança de barragens
 Monitoramento da Qualidade da Água
 Monitoramento do Desmatamento e Queimadas Ilegais
 Monitoramento Hidrometeorológico
 Outorga, Fiscalização e Segurança de Barragens
 Projeto Educação Ambiental e Práticas Sustentáveis
 Projeto Ordenamento Territorial Local - OTL
 Projeto Zoneamento Ecológico - Econômico - ZEE - FASE III
 Revitalização de Bacias Hidrográficas Urbanas

Metas

Analisar 80% de pedidos de regularização de uso da água
 Apoiar em 34 terras indígenas a elaboração e implementação de Planos de Gestão de Terras Indígenas (PGTIs)
 Apoiar em 4 municípios isolados a implantação de aterros sanitários
 Capacitar 80 técnicos em Gestão de Recursos Hídricos
 Desenvolver em 22 municípios boas práticas para a gestão de resíduos sólidos
 Despoluir um igarapé urbano
 Emitir até 780 documentos/ano de monitoramento ambiental (boletins do tempo, relatórios hidrometeorológicos e de focos de calor, semanalmente)
 Executar 20 atividades de educação ambiental, anualmente
 Executar 200 atividades de monitoramento/fiscalização, anualmente
 Implantar um Programa de Uso Público, monitoramento da biodiversidade e fiscalização nas 9 Unidades de Conservações Estaduais
 Implantar e assessorar tecnicamente 50 sistemas biointegrados de agroenergia em propriedades rurais
 Implementar um Plano Estadual de Educação Ambiental
 Manter as 25 estações hidrometeorológicas
 Monitorar 26 pontos nos principais rios do estado incluindo as UCs estaduais
 Publicar 22 Ordenamentos Territoriais Locais - OTLs
 Realizar intercâmbios para 30 gestores/ano de áreas naturais protegidas do Acre
 Reduzir 20% dos custos financeiros com o consumo de materiais e energia na administração públicos - A3P
 Reduzir até 80% do desmatamento ilegal em todo o estado do Acre
 Reduzir em 30% o tempo de tramitação dos processos de licenciamento, outorga e segurança de barragens

4.5.2 NEGÓCIOS FLORESTAIS

Objetivo

Fortalecer a economia florestal, atraindo os mercados regional, nacional e internacional através de uma política de incentivo à implantação de negócios florestais, apoiando o reflorestamento com prioridade para recuperação de áreas degradadas, alteradas e subutilizadas, o manejo florestal sustentável madeireiro e não madeireiro e as concessões florestais, especialmente nas florestas públicas e o suporte ao pequeno produtor para a regularização ambiental da propriedade e posse rural, por meio do Cadastro Ambiental Rural - CAR e do Programa de Regularização Ambiental - PRA, bem como, oportunizar negócios de baixas emissões com valoração de ativos ambientais.

| INDICADORES | | | | |
|--|-------------------|------------|------|---------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Emissão de CO ₂ em função do desmatamento | Tonelada | 16.299.000 | 2014 | EMBRAPA |

Iniciativas

Consolidação do Cadastro Ambiental Rural - CAR e Programa de Regularização - PRA
 Desenvolvimento de estratégias voltadas para captação de recursos financeiros para consolidação das cadeias produtivas de baixas emissões
 Gestão de Ativos Ambientais
 Implantação de ferramentas de divulgação e promoção de produtos e serviços ambientais com alto

potencial de comercialização em mercados sustentáveis acessíveis e potenciais investidores
 Incentivo a Serviços Ambientais
 Projeto Concessão Florestal;
 Projeto Mais Florestas: PDCs, Ramais, PNHR, Piscicultura e Sistemas Alternativos de Energia
 Projeto Manejo Florestal Sustentável Madeireiro e Não Madeireiro
 Projeto Silvicultura
 Prospecção de mercados da economia verde nacional e internacional
 Valoração de serviços ambientais e produtos da sociobiodiversidade

Metas

Alcançar 8.436,289 hectares com o Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) e Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário (PMFSC)
 Assessorar tecnicamente e capacitar 2.566 piscicultores
 Construir e entregar 500 unidades habitacionais aos agricultores familiares e populações tradicionais nos 22 municípios
 Firmar 8 convênios de subvenção econômica das cadeias de valor de produtos florestais não madeireiros na região do Juruá
 Firmar 310 Termos de Compromisso Ambiental - TCA anualmente
 Implantar um Sistema de Gestão de Ativos Ambientais
 Implantar e assessorar tecnicamente 50 sistemas biointegrados de agroenergia em propriedades rurais
 Implementar 64 Planos de Desenvolvimento Comunitário - PDCs nos municípios de Capixaba, Marechal Thaumaturgo, Plácido de Castro, Senador, Guimard e Tarauacá
 Negociar 7 produtos nos mercados nacional e internacional
 Produzir 500.000 mudas por ano
 Realizar a concessão de 238.610,19 ha para o setor privado para extração da madeira
 Recuperar 176 km de ramais na zona rural dos municípios de Xapuri, Brasileia, Manoel Urbano, Feijó e Mâncio Lima
 Valorar 5 cadeias produtivas

4.5.3 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO DO ACRE

Objetivo

Executar e promover a regularização, ordenação e reordenação fundiária rural e urbana, a destinação das terras públicas, a arrecadação das terras devolutas, cadastramento rural e mediação de conflitos pela posse de terra para que o cidadão, uma vez proprietário do lote tenha oportunidades de evolução econômica e social.

| INDICADORES | | | | |
|----------------------|-------------------|------------|-----|----------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Lotes regularizados* | Número absoluto | - | - | ITERACRE |

*O indicador será mensurado a partir de 2020

Iniciativas

Assentamento e titulação de lotes com foco no agronegócio
 Regularização da Floresta Estadual do Jurupari
 Regularização de vazios fundiários em todas as regiões do Estado
 Regularização fundiária estadual urbana
 Titulação de lotes renascentes dos Projetos de Assentamento do INCRA



Metas

Assentar aproximadamente 300 famílias na região do Alto Purus

Regularizar 10.700 lotes urbanos localizados nos municípios de Rio Branco, Bujari, Porto Acre, Senador Guimard, Capixaba, Plácido de Castro e Acrelândia

Regularizar 100% dos vazios fundiários que não possuam impedimentos jurídicos

Regularizar 100% dos vazios fundiários que não possuam impedimentos jurídicos nas regiões do Purus, Tarauacá-Envira e Juruá

Regularizar 141 lotes da Floresta Estadual do Jurupari

Regularizar 2.100 lotes urbanos localizados nos municípios de Jordão, Feijó e Tarauacá

Regularizar 2.600 lotes urbanos localizados nos municípios de Manoel Urbano, Sena Madureira e Santa Rosa do Purus

Regularizar 4.000 lotes urbanos localizados nos municípios de Epitaciolândia, Brasiléia, Assis Brasil e Xapuri

Regularizar 5.600 lotes urbanos localizados nos municípios de Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Cruzeiro do Sul, Porto Walter e Marechal Thaumaturgo.

Titular 1.640 lotes remanescentes de projetos do INCRA (1 Projeto de Assentamento Rápido - PAR e 5 Projetos de Assentamento Dirigidos - PADs)

FOTO: ARQUIVO/SECOM



5 PROGRAMA DE GESTÃO INSTITUCIONAL: ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

5.1 GESTÃO INSTITUCIONAL DO PODER LEGISLATIVO: ALEAC E TCE

5.1.1 Programa Comunicação e Divulgação - ALEAC

A comunicação é fundamental para a interação entre as pessoas e as instituições, principalmente entre o cidadão e as entidades representativas da comunidade, como é a Assembleia Legislativa do Estado do Acre - ALEAC. Os Deputados Estaduais são representantes da população, eleitos pelo voto direto, para legislar e fiscalizar a Administração Pública Estadual, tendo como uma de suas funções mais importantes a discussão e a proposição de políticas públicas voltadas para as necessidades da comunidade.

Reconhecendo a necessidade de ter um veículo de comunicação de grande abrangência para divulgar seus trabalhos, a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Acre elegeu a comunicação como uma ferramenta essencial para promover a integração do Legislativo acreano com a comunidade, criando uma sintonia maior entre a ação parlamentar e os interesses sociais.

Portanto, o objetivo do programa é implantar, estruturar e fortalecer a TV Legislativa como canal de comunicação entre o Legislativo e a sociedade, visando mantê-la informada sobre diversos temas de seu interesse, sem deixar de utilizar outros veículos de comunicação, como rádios, jornais e sites.

5.1.2 Programa Formação e Capacitação de Servidores para a Gestão - ALEAC

Atualmente, a preocupação com a gestão de recursos humanos representa uma questão estratégica na Administração Pública. A valorização e o investimento nos servidores do Poder Legislativo, no âmbito pessoal e profissional, constituem-se no alicerce para o êxito da atuação da administração da ALEAC. Dessa forma, a instituição tem que estar atenta a este cenário de valorização das competências intelectuais, oportunizando a qualificação de seus servidores, condição indispensável à consecução de excelência no serviço público.

Promover a educação no Legislativo é possibilitar a criação, o desenvolvimento e a ampliação de capacidades democráticas. Entenda-se que envolver o servidor no processo de educação contínua e perene consiste não apenas em propiciar-lhe acesso à informação e ao conhecimento, mas também mecanismos de formação ampla, objetivando o fortalecimento do potencial humano e o incentivo à atuação de agentes transformadores.

Dessa forma, o objetivo do programa é adequar o quadro de servidores da Assembleia Legislativa aos novos perfis profissionais requeridos pelo setor público, com o desenvolvimento de ações voltadas à qualificação humana, elevando os níveis de qualidade, eficiência, eficácia e efetividade dos serviços prestados, aprimorando suas competências, mediante o estímulo a programa de graduação e pós-graduação, além da participação em cursos voltados às respectivas áreas de atuação, bem como em projetos na área social, cultural, física e psicológica, os quais convergem diretamente para a valorização do ser humano em sua plenitude.

5.1.3 Programa Tecnologia da Informação - ALEAC

Pensando em alcançar excelência na prestação de serviços, a Assembleia Legislativa percebe, cada vez mais, a necessidade de ter sua documentação organizada e preservada. Nesse contexto, a implementação de uma Gestão Eletrônica de Documentos é essencial. A digitalização tem sido utilizada na preservação de documentos, pois possibilita o acesso a conteúdos informacionais, armazenados originalmente em diferentes suportes que, pela natureza da informação, precisam ser preservados.

A transformação das informações de papel em arquivos eletrônicos, dotados de total segurança,

além de diminuir o espaço ocupado pelo arquivo, reduzirá o tempo gasto em arquivamento e recuperação de documento arquivado ou extraviado, permitindo a obtenção da informação contida em um documento em menos de 10 segundos, o que dará celeridade às atividades desenvolvidas, resultando em maior eficiência dos serviços prestados.

Portanto, o objetivo do programa é consolidar a implementação da Gestão Eletrônica de Documentos da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, favorecendo o acesso às informações mediante sistema de informação que promova esta integração.

5.1.4 Programa Gestão e Manutenção das Atividades do Poder Legislativo

A Assembleia Legislativa do Acre tem como missão institucional: “Construir um novo modelo de gestão administrativa e política, que potencialize a capacidade do servidor e do agente político e transforme a Assembleia Legislativa em uma referência de administração pública, capaz de corresponder aos anseios da sociedade, determinando seu protagonismo nas políticas públicas do Acre.”

Para alcançar essa missão foram estabelecidos alguns objetivos estratégicos, que norteiam todas as ações desenvolvidas:

- Implementar um programa permanente de formação em políticas públicas e processo legislativo;
- Desenvolver mecanismos de comunicação que permitam à sociedade acompanhar os trabalhos da Assembleia Legislativa do Estado do Acre;
- Implementar, de forma integrada e ampliada, o acesso do cidadão às informações e aos serviços da Assembleia Legislativa do Estado do Acre, com padrão de excelência, objetivando proporcionar atendimento eficaz e eficiente, com custos otimizados;
- Realizar uma modernização administrativa que garanta a celeridade e a qualidade do processo legislativo, bem como a otimização dos recursos humanos e;
- Fazer dos processos legislativos mecanismos permanentes e integrados à sociedade para o debate, o monitoramento e a proposição de políticas públicas para o Estado.

Assim, o objetivo do programa é fortalecer e dar suporte às atividades do Poder Legislativo, para assegurar a qualidade e eficiência dos serviços oferecidos à sociedade, com a realização das atividades, tais quais: Assembleia Aberta; Integração Regional com os Municípios e Integração Fronteiriça.

5.1.5 Programa de Modernização da Gestão do TCE

Objetivo

Desempenhar e fortalecer o controle externo sobre a gestão do Estado e dos Municípios do Acre para o aperfeiçoamento da administração pública e incentivo ao controle social, modernizando a infraestrutura e as ferramentas de fiscalização e apuração das irregularidades, capacitando seus servidores, além do provimento dos recursos de manutenção e funcionamento do órgão.

Iniciativas

Ampliação e Modernização das Instalações do TCE
Custeio de Inativos e Pensionistas do TCE
Gestão de Tecnologia da Informação
Gestão e Manutenção das Atividades de Controle Externo
Treinamento e Capacitação de Jurisdicionados



5.2 GESTÃO INSTITUCIONAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

Contextualização

A Constituição Federal de 1988 garante que todos os cidadãos tenham pleno e irrestrito acesso ao Judiciário para apreciação e solução de qualquer lesão ou ameaça a seus direitos (art. 5º, XXXV).

Essa garantia deve ser tornada efetiva pelo Estado por meio de políticas públicas que visem construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos (art. 3º, da CF).

Por ser um dos pilares do Estado, em conjunto com o Legislativo e o Executivo, cabe ao Poder Judiciário um papel importante na construção da cidadania: a prestação jurisdicional. Ela é elemento essencial na construção, reconhecimento e manutenção do Estado Democrático de Direito.

Atualmente, o Poder Judiciário Acreano atende a uma população de aproximadamente 733.559 (IBGE/2013) em todos os 22 municípios com 18 comarcas instaladas e 4 comarcas a instalar (Santa Rosa do Purus, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter) nas quais os serviços judiciários são realizados sob a responsabilidade das comarcas circunvizinhas.

Diante do grande crescimento das demandas sociais pela prestação de serviços judiciários vem desenvolvendo formas efetivas de atendimento à sociedade por meio da modernização de sua estrutura e rotina administrativa e judiciária; com a criação de novas unidades para acesso do cidadão, contratação de pessoas e estabelecimento de novos patamares de qualidade para o atingimento de sua Missão e Visão.

No intuito de atingir esses novos paradigmas de efetividade, eficiência e eficácia, desenvolveu seu Planejamento Estratégico para o período 2015-2020 onde está espelhado a sua Missão: “Garantir os direitos do jurisdicionado no Estado do Acre, com justiça, agilidade e ética, promovendo o bem de toda a sociedade” que direciona a sua Visão que é “Ser reconhecido até 2020 pela agilidade e qualidade na prestação de serviços judiciários e sociais no Estado do Acre”.

A prestação jurisdicional realizada pelo Poder Judiciário tem como referenciais: a acessibilidade (garantia de acesso de todos aos serviços judiciários), a celeridade (cumprir atividades dentro dos prazos estabelecidos), a confiabilidade (executar as atividades com qualidade e de maneira transparente e célere), o profissionalismo (capacitar Magistrados e Servidores com técnicas e conhecimento que garantam a efetividade na execução de suas atividades) e a humanização (oferecer qualidade no atendimento à sociedade e fomentar o bom relacionamento entre os Magistrados e Servidores do TJAC).

A coincidência entre esse Planejamento e o quadriênio previsto no Plano Plurianual (2020-2023) possibilitará que haja uma conjunção de vontades entre o Poder Executivo e o Poder Judiciário que possibilitem a execução dos projetos e ações propostas como forma de se estruturar para realizar sua atividade precípua: prestar a jurisdição à sociedade acreana com efetividade.

Como demonstração de sua efetividade no desempenho da prestação jurisdicional o Poder Judiciário Acreano vem alcançando resultados expressivos no cenário nacional e sendo agraciado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, sucessivamente com vários prêmios de destaque em decorrência do cumprimento das normas e metas propostas por aquele órgão, como os Selo Ouro pelo aprimoramento do envio dos dados estatísticos ao Relatório “Justiça em Números”.

Em relação à eficiência, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre alcançou um percentual de 75,2% no Relatório “Justiça em Números 2018” publicado pelo CNJ, ocupando a 6ª posição entre os Tribunais de Justiça da Região de pequeno Porte, o que demonstra o seu grau de comprometimento no desempenho na prestação jurisdicional e o atendimento de forma efetiva aos anseios da sociedade acreana.

Objetivo

Assegurar aos jurisdicionados do Estado do Acre a regular, contínua e efetiva prestação jurisdicional.

Caracterização

Estabelecer parcerias com entes públicos ou privados para mediação de conflitos judiciais e extrajudiciais no Estado

Aumentar o acesso à Justiça nas comarcas por meio da continuidade das obras da Cidade da Justiça, construção de fóruns e reforma de prédios

Fortalecer ações e projetos socioambientais como instrumento de cidadania, desenvolvimento humano e sustentabilidade ambiental

Aumentar a eficiência operacional com implementação e adequação das rotinas judiciárias e administrativas

Manter o grau de efetividade na prestação jurisdicional por meio do cumprimento das metas constantes no Planejamento Estratégico (2015-2020) e nas Metas Nacionais do Poder Judiciário

Aprimorar o modelo gerencial implantado no TJAC para que possa garantir os meios necessários à melhoria da prestação jurisdicional

Metas

Superar em 10% o cumprimento da Meta 1 do Conselho Nacional da Justiça - CNJ, no período de 2020 a 2023, tendo como base o ano de 2019

Aumentar em 2% por ano, o número de casos solucionados por conciliação, tendo como base o ano de 2019

Institucionalizar 4 programas sociais e realizar 4 ações de educação ambiental, no período de 2020 a 2023

Construção da Cidade da Justiça, de acordo com o Plano de Obras, os editais de licitação e contratos administrativos

Construção, reformas e ampliações de prédios, de acordo com o Plano de Obras, os editais de licitação e contratos administrativos

Iniciativas

Implantação do Plano de Aceleração de resolução de conflitos no 1º Grau

Plano de Ação para Priorização do 1º Grau

Implantação da Reestruturação Administrativa, para melhoria da gestão dos serviços jurisdicionais e administrativos

Implementação do Plano Anual de Capacitação integrado à estratégica e voltado à melhoria das atividades meio e finalística

Priorização das ações de Responsabilidade Social e Ambiental

Melhorar o processo de arrecadação relativo aos recursos próprios

Cumprimento do Plano de Obras em relação às edificações, reformas e ampliações priorizadas

| INDICADORES | | | | |
|--|-------------------|------------|------|-----------------------------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Meta 1 do CNJ: Julgar mais processos que os distribuídos | % | 100% | 2019 | Tribunal de Justiça do Acre |
| Índice de acordo de conciliação | % | 20% | 2019 | Tribunal de Justiça do Acre |
| Taxa de sucesso dos programas sociais e ações ambientais | % | 100% | 2019 | Tribunal de Justiça do Acre |
| Cumprimento do plano de obras priorizado | % | 100% | 2019 | Tribunal de Justiça do Acre |



5.3 GESTÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

5.3.1 Programa Fortalecimento da Atuação para Prevenção e Combate à Criminalidade

O aperfeiçoamento da atividade investigativa e de inteligência no âmbito do MPAC possibilitará uma atuação proativa em áreas de alta incidência de criminalidade, mapeando e intervindo de forma articulada com outras instituições do Sistema de Segurança Pública e Judiciário, com foco nas ações de prevenção, repressão e combate às organizações criminosas e a recuperação de ativos. Cumpre destacar que os crimes praticados por integrantes de facções criminosas evoluem em grau de crueldade e violência, generalizando a sensação de medo e insegurança da população.

| Metas | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|------|------|------|------|
| Realizar 90 investigações a organizações criminosas para o combate ao crime organizado. | 15 | 20 | 25 | 30 |
| Realizar 30 operações integradas de combate ao crime organizado. | 9 | 9 | 7 | 5 |
| Realizar 4 campanhas de prevenção à criminalidade. | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Implantar 4 núcleos regionais do GAECO. | 1 | 1 | 1 | 1 |

Indicadores

Número de investigações a organizações criminosas para o combate ao crime organizado realizadas em todo o Estado

Número de Operações integradas de combate ao crime organizado realizadas em todo o Estado

Número de campanhas de prevenção à criminalidade realizadas

Número de núcleos regionais do GAECO implantados

5.3.2 Programa Fortalecimento do Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa

O programa prevê um conjunto de ações estruturantes e centrada na qualificação das investigações de improbidade administrativa e prevenção de ilícitos na administração pública. O programa prevê uma forte atuação preventiva junto às prefeituras e conselhos de políticas públicas e defesa dos direitos no intuito de garantir a efetividade na implantação de políticas públicas garantidas constitucionalmente.

| Metas | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|------|------|------|------|
| Realizar 100 atuações integradas para recuperação de recursos públicos. | 10 | 20 | 30 | 40 |
| Fiscalizar 100% das Prefeituras e Câmaras Municipais para cumprimento da Lei de Acesso à Informação. | 40% | 50% | 70% | 100% |
| Fiscalizar 100 % das Prefeituras e o Estado os sistemas de assistência social, saúde e segurança pública responsável pela prevenção, proteção e defesa de crianças e adolescentes | 40% | 50% | 70% | 100% |
| Fiscalizar 100% das prefeituras na implantação da rede atenção psicossocial - RAPS. | 40% | 50% | 70% | 100% |



| | | | | |
|--|----|----|----|----|
| Realizar 100 procedimentos judiciais e extrajudiciais relacionados à aplicação dos recursos na área da educação. | 10 | 20 | 30 | 40 |
| Realizar 100 procedimentos judiciais e extrajudiciais relacionados à aplicação dos recursos nas áreas de saúde. | 10 | 20 | 30 | 40 |
| Realizar 90 procedimentos judiciais e extrajudiciais relacionados à aplicação dos recursos nas áreas de segurança pública e sistema prisional. | 05 | 10 | 30 | 45 |

Indicadores

Número de atuações integradas para recuperação de recursos públicos realizadas
 Percentual de fiscalizações a cerca do cumprimento da Lei de Acesso a Informação fiscalizadas
 Percentual de fiscalizações a cerca do funcionamento dos sistemas de assistência social, saúde e segurança pública responsável pela prevenção, proteção e defesa de crianças e adolescentes
 Percentual de Prefeituras fiscalizadas a cerca da na implantação das redes psicossocial.
 Número intervenções judiciais e extrajudiciais relacionados à aplicação dos recursos nas áreas de saúde e educação
 Número intervenções judiciais e extrajudiciais relacionados a aplicação de recursos nas áreas de segurança pública e sistema prisional

5.3.3 Fortalecimento das Ações Integradas de Defesa do Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo

O programa prevê o fortalecimento das ações de implementação da política nacional de resíduos sólidos no que concerne o encerramento dos lixões, a implantação das unidades de tratamento de resíduos e outros mecanismos de gestão integrada de resíduos sólidos. O programa também visa desenvolver ações que envolvam todo o acompanhamento e fiscalização do cumprimento dos planos diretores e a verificação das políticas públicas de habitação, urbanismo e serviços urbanos. Visando garantir uma cidade acessível ao cidadão

| Metas | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|------|------|------|------|
| Fiscalizar 100% das Prefeituras Municipais na implantação da política de resíduos sólidos. | 40% | 50% | 70% | 100% |
| Realizar 90 procedimentos judiciais e extrajudiciais relacionados ao combate às queimadas e desmatamentos | 10 | 20 | 25 | 35 |
| Fiscalizar 100% das Prefeituras e o Estado na implantação dos planos municipais e estadual de prevenção de controle de desmatamentos e das queimadas. | 40% | 50% | 70% | 100% |
| Fiscalizar 100% das Prefeituras e o Estado no cumprimento das normas de acessibilidade. | 40% | 50% | 70% | 100% |
| Realizar 100 procedimentos judiciais e extrajudiciais relacionados ao cumprimento das normas de Habitação e prédios públicos. | 10 | 20 | 30 | 40 |

Indicadores

Percentual de prefeituras fiscalizadas na implantação da política de resíduos sólidos
 Número de procedimentos judiciais e extrajudiciais relacionados ao combate às queimadas e desmatamentos



Percentual de fiscalizações na implantação dos planos municipais e estadual de prevenção de controle de desmatamentos e das queimadas

Percentual de fiscalizações na implantação no cumprimento das normas de acessibilidade

Número de procedimentos judiciais e extrajudiciais relacionados ao cumprimento das normas de Habitação e prédios públicos.

5.3.4 Programa Defesa da Cidadania e Direitos Humanos

O programa de “Defesa da Cidadania e Direitos Humanos” está centrado no acolhimento, acompanhamento e assistência às vítimas de violência doméstica, homofobia, crimes contra a dignidade sexual, bem como pessoas vitimadas pelas organizações criminosas. Estão programadas ações voltadas para a área cível, com foco no direito de personalidade, defesa de direitos do consumidor, fortalecimento e ampliação da política de incentivo a autocomposição como estratégia de resolução pacífica de conflitos, assegurar a promoção da justiça e a máxima efetividade dos direitos e interesses que envolvem a atuação da instituição. Ressaltando que os mecanismos de autocomposição poderão ser adotados quando se tratar da defesa dos interesses difusos e coletivos e individuais indisponíveis, para todos os assuntos em que o Ministério Público está legitimado para atuar.

| Metas | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|--|------|------|------|------|
| Implantar 4 núcleos do NATERA nas unidades ministeriais localizadas nas sedes das regionais. | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Implantar 4 núcleos do CAV nas unidades ministeriais localizadas nas sedes das regionais. | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Realizar 30 procedimentos judiciais e extrajudiciais para garantir a implantação da política estadual para a população em situação de rua. | 5 | 7 | 8 | 10 |
| Realizar 25 procedimentos judiciais e extrajudiciais para garantir a implantação da política estadual para a população em situação de rua. | 8 | 7 | 5 | 5 |
| Capacitar 200 membros e servidores em métodos autocompositivos. | 30 | 40 | 60 | 70 |

Indicadores

Número de núcleos do NATERA implantado nas unidades ministeriais localizadas nas sedes das regionais

Número de núcleos do CAV implantado nas unidades ministeriais localizadas nas sedes das regionais

Número de procedimentos judiciais e extrajudiciais para garantir a implantação da política estadual para a população em situação de rua

Número de procedimentos judiciais e extrajudiciais para garantir a implantação da dos serviços de proteção ao consumidor

Número de membros e servidores em métodos autocompositivos

5.3.5 Programa Fortalecimento Institucional

O programa de fortalecimento institucional delinea as ações estratégicas que fortalecem a identidade organizacional e massifica a missão constitucional da instituição. O programa prevê o fortalecimento da atuação extrajudicial e integrada dos membros, tendo como foco o incentivo à adoção de métodos de autocomposição. Além disso, define ações de ampliação das parcerias e diálogo com a comunidade. Por meio desse programa será possível disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados.

| Metas | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|---|------|------|------|------|
| Realizar 24 edições do MP na comunidade. | 6 | 6 | 6 | 6 |
| Fortalecer em 100% a política de governança e gestão integrada. | 30% | 50% | 70% | 100% |
| Ampliar em 60% o atendimento do CAV. | 25% | 30% | 40% | 60% |
| Ampliar em 60% atendimento do NATERA. | 25% | 30% | 40% | 60% |
| Ampliar em 60% o atendimento do CAC. | 25% | 30% | 40% | 60% |
| Ampliar em 70% o índice de reconhecimento da sociedade a cerca da missão institucional do MPAC. | 20% | 30% | 40% | 70% |
| Implantar 100% da gestão de processos e rotinas administrativas. | 20% | 30% | 50% | 100% |
| Ampliar em 50% a prática de compras compartilhadas. | 10% | 15% | 25% | 50% |

Indicadores

Número de edições do MP na comunidade realizadas

Percentual de implantação da política de governança e gestão integrada

Percentual de ampliação de atendimento do CAV

Percentual de ampliação de atendimento do NATERA

Percentual de ampliação de atendimento do CAC

Percentual de ampliação do reconhecimento da sociedade a cerca da missão institucional do MPAC

Percentual de implantação da gestão de processos e rotinas administrativas

Percentual de implantação da prática de compras compartilhadas

5.3.6 Programa Gestão de Pessoas, Comunicação, Tecnologia e Infraestrutura

O programa é voltado exclusivamente para a estruturante do MPAC e demonstra as ações programadas pelas diretorias de comunicação, finanças, administração, controle interno, tecnologia da informação e planejamento e gestão estratégica. O objetivo é fortalecer a política de comunicação institucional, visando o processo de comunicação e imagem institucional, implantar a governança em Tecnologia da Informação, no intuito de prover soluções tecnológicas integrada e inovadoras, estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada, promover a gestão por competência e a qualidade de vida no trabalho e ainda assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente de recursos orçamentários.

| Metas | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 |
|--|------|------|------|------|
| Implantar em 100% a política de comunicação institucional. | 30% | 40% | 60% | 100% |
| Implantar em 100% a governança em T.I. | 30% | 40% | 60% | 100% |
| Ampliar em 50% a capacidade de captação de recursos extra-orçamentários. | 20% | 30% | 40% | 50% |
| Ampliar em 100% as horas de capacitação de membros e servidores. | 30% | 40% | 60% | 100% |
| Implantar 100% da agenda ambiental na administração pública | 30% | 40% | 60% | 100% |
| Implantar 50% do programa de avaliação de desempenho e competências. | 20% | 30% | 40% | 50% |



Indicadores

Percentual de implantação da política de comunicação institucional

Percentual de implantação da governança em T.I.

Percentual de implantação da capacidade de captação de recursos extraorçamentários

Percentual de realização de horas de capacitação de membros e servidores

Percentual de implantação da agenda ambiental na administração pública

Percentual de implantação do programa de avaliação de desempenho e competências

5.4 GESTÃO INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA ESTADUAL

Objetivo

Fortalecer as ações essenciais à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 51 desta Constituição Federal.

| INDICADORES | | | | |
|-------------------------------------|-------------------|------------|-----|-------|
| Indicador | Unidade de Medida | Referência | | Fonte |
| | | Índice | Ano | |
| Percentual de membros qualificados* | % | - | - | DPE |
| Equipamentos construídos* | Número absoluto | - | - | DPE |
| Sistema em funcionamento* | Número absoluto | - | - | DPE |

*Os indicadores serão mensurados a partir de 2020

Iniciativas

Manutenção das Atividades Administrativas e Financeiras

Fortalecimento das ações defensoriais para o desenvolvimento social

Projetos sociais de cidadania

- Defensoria ao seu Lado
- Projeto defensores do futuro
- Casar é legar
- Projeto RHUAMM
- Pai legal
- Mulheres ativas

Instalação de núcleos

- Direitos Humanos
- Renegociação de dívidas
- Regularização fundiária e conflitos agrários

Fortalecimento do Centro de Estudos Jurídicos

- Capacitação
- Serviços educacionais

Ouvidoria Pública

Fortalecimento estrutural da Defensoria Pública

Execução de obras

- Construção da Sede Administrativa
- Construção e reforma de subsedes/núcleos

Aquisição de bens e equipamentos

- Aquisição de veículos
- Aquisição de equipamentos



Metas

Realizar 10 eventos de qualificação e capacitação dos membros
Realizar 4 projetos e 40 eventos sociais
Implantar 3 defensorias especializadas.
Construir uma Sede Administrativa
Reformar espaços de atendimentos especializados



ANEXO I - PROGRAMAS TEMÁTICOS



| PROGRAMAS TEMÁTICOS | |
|---------------------|--|
| CÓDIGO | PROGRAMA |
| 1400 | ACRE EMPREENDEDOR |
| 1401 | ACRE, O TURISMO COMEÇA AQUI |
| 1402 | DEFESA AGROPECUÁRIA |
| 1403 | DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA E AGRONEGÓCIO |
| 1404 | DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E COMERCIAL |
| 1405 | FORTELECIMENTO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL |
| 1406 | GERAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA |
| 1407 | GESTÃO FISCAL E FINANCEIRA |
| 1408 | ROTAS DO DESENVOLVIMENTO |
| 1409 | SANEAMENTO É SAÚDE |
| 1410 | SEGURANÇA NO TRÂNSITO |
| 1411 | VIVER CIDADES |
| 1412 | DIFUSÃO E COMUNICAÇÃO PÚBLICA |
| 1413 | GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS |
| 1414 | MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL, CONTÁBIL E FINANCEIRA |
| 1415 | GESTÃO MODERNA, EFICIENTE E TRANSPARENTE |
| 1416 | VALORIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS |
| 1417 | VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS |
| 1418 | GESTÃO INTEGRADA DO MEIO AMBIENTE |
| 1419 | NEGÓCIOS FLORESTAIS |
| 1420 | REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO ESTADO DO ACRE |
| 1421 | SEGURANÇA PÚBLICA: PROTEÇÃO, PRESENÇA E FORÇA |
| 1422 | CULTURA PRESENTE E PARTICIPATIVA |
| 1423 | QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL |
| 1424 | SAÚDE, UM NOVO OLHAR |
| 1425 | CIDADANIA PARA TODOS |
| 1426 | ASSISTÊNCIA SOCIAL, UM DIREITO DE TODOS |
| 1427 | MULHER, VIVER COM SEGURANÇA E DIGNIDADE |
| 1428 | EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, EFICIENTE E INOVADORA |
| 1429 | PROMOÇÃO DE PROJETOS INOVADORES, EDUCACIONAIS E ESPORTIVOS |







ANEXO II - PROGRAMAS DE GESTÃO INSTITUCIONAL



| GESTÃO INSTITUCIONAL: ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL | |
|--|--|
| CÓDIGO | PROGRAMA |
| 2277 | GESTÃO INSTITUCIONAL EXECUTIVO: ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL |
| 2278 | GESTÃO INSTITUCIONAL EXECUTIVO: FUNDO PREVIDENCIÁRIO |
| 2279 | GESTÃO INSTITUCIONAL EXECUTIVO: CONTROLE E SERVIÇO DA DÍVIDA |
| 2280 | GESTÃO INSTITUCIONAL EXECUTIVO: FOLHA DE PAGAMENTO |
| 2281 | GESTÃO INSTITUCIONAL: LEGISLATIVO |
| 2282 | GESTÃO INSTITUCIONAL: JUDICIÁRIO |
| 2283 | GESTÃO INSTITUCIONAL: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL |
| 2284 | GESTÃO INSTITUCIONAL: DEFENSORIA ESTADUAL |







ANEXO III - RELAÇÃO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO



| FINANCIADOR | Nº CONTRATO | PROJETO | OBJETIVO | ÓRGÃOS EXECUTORES |
|------------------------|--|--|--|--|
| "BIRD - BANCO MUNDIAL" | 8442-BR | PROSER | Promover a inclusão socioeconômica e ambiental de áreas isoladas e vulneráveis, assegurando o desenvolvimento econômico comunitário sustentável das famílias acreanas em situação de pobreza. | SEPLAG/ SEPA/ SEMA/ SEINFRA/ SEICT/ SEE/ DEPASA/ SESACRE/ SEET |
| BID | 2928/OC - BR | PDSA II | Aumentar a contribuição do setor florestal e agroflorestal ao crescimento econômico e à redução da pobreza no Estado do Acre, mantendo o controle sobre o desmatamento no Estado. | SEPLAG/ SEPA/ SEMA/ SEICT/ IMAC/ ITERACRE/ FUNTAC |
| KFW | "BMZ nº 2016 69 092 BMZ nº 3020 00 198" | REM Fase II REM Fase II | O Programa premia sucessos na redução do desmatamento ex-post. Os recursos são reinvestidos na redução do desmatamento e em processos de desenvolvimento sustentável. Desta forma, através da cooperação do Programa REM Acre Fase II se visa a redução de emissões oriundas de desmatamento no Estado do Acre e a consolidação do Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais do Acre (SISA), em complementariedade com o Sistema Nacional de REDD+, como mecanismo inovador de financiamento de Serviços Ambientais. | SEPLAG/ SEPA/ SEMA/ SEICT/ SEE/ IMAC/ ITERACRE/ SEET/ SESP/ FUNTAC/ CBMAC/ PMAC |
| BNDES | 11.2.1173.1 | PIDS V "PIDS V (Rendimentos)" | Consolidar o desenvolvimento econômico e social do Estado do Acre, por meio de investimento do setor industrial e produtivo, bem como infraestrutura urbana e turística. | DEPASA/ SEPA/ SEINFRA/ DERACRE/ IAIS/ SEICT/ SEAP/ IDAF/ SEET/ TJ/ TCE/ MPE/ PGE/ SEPLAG/ Casa Civil/ IMAC |
| BNDES | 12.2.1318.1 | PROINVESTE "PROINVESTE (Rendimentos)" | Reduzir os impactos de perda de receita e ampliar a capacidade de novos investimentos do Estado, garantindo a execução dos principais programas estabelecidos no PPA. | SEPLAG/ SEE/ DERACRE/ SEINFRA/ PMAC/ SEJUSP/ SEPC/ SEICT/ MPE/ FEM/ SESACRE/ DEPASA |
| BNDES | 12.2.1384.1 | SANEAC "SANEAC (Rendimentos)" | Promover a melhoria do sistema de abastecimento de água com a ampliação da capacidade fornecimento de água tratada, a coleta e o tratamento de esgotos sanitários à população em geral dos municípios do estado, com vistas a atingir a universalização dos serviços de saneamento e o controle da poluição dos recursos hídricos. | DEPASA |
| BNDES | 08.2.0280.1 | PIDS III | Contribuir para consolidação do Acre na economia regional e nacional, mediante o fortalecimento do desenvolvimento econômico, social e ambiental, por meio de ações de logística e infra-estrutura complementar para as diversas áreas e setores, assegurando a sustentabilidade dos serviços, das ações públicas e dos empreendimentos privados. | SEE/ ISE/ SEICT/ SGA/ DEPASA/ DETRAN/ SEPA/ FEM/ SEAP/ DERACRE/ SEINFRA/ SETUL/ SESACRE/ IAIS |
| BNDES | 08.2.0042.1 | SANAMB | Ampliação da cobertura do serviço de esgotamento sanitário no Município de Rio Branco. | DEPASA |
| BNDES | 08.2.0282.1 | DEPACEL C | Fortalecer e modernizar a infra-estrutura de produção, incentivando a agregação de valor à madeira, promovendo o desenvolvimento econômico e social e a integração do Acre, como base para o desenvolvimento regional sustentável. | SEICT |
| BNDES | 13.2.1114.1 | FUNDO AMAZÔNIA - CAR | Apoiar a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a Adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA). | SEMA |
| CAIXA | 478.148-79 | FINISA | Financiar as Despesas Capital prevista na legislação orçamentária do ano de 2017 e dos exercícios financeiros subsequentes e suas suplementações. | SEINFRA/ FEM/ SEE/ SEICT/ TCE/ FAPAC/ DEPASA/ SEFAZ/ PM/ SEPLAG |
| | 478.145-46 | FINISA | Financiar as Despesas Capital prevista na legislação orçamentária do ano de 2017 e dos exercícios financeiros subsequentes e suas suplementações. | "DERACRE/ SEINFRA/ SEE/ DEPASA/ SESACRE/ SEET/ SEFAZ" |
| | 258.449-57/2009 | PRÓ-MORADIA | Construção de 200 Unidades Habitacionais, com capacidade para beneficiar uma população estimada em 800 habitantes, no município de Rio Branco, modalidade operacional Produção de Conjuntos Habitacionais, no âmbito do Programa Pró-Moradia | SEINFRA |
| | 258.451-00/2009 | PRÓ-MORADIA | Construção de 235 Unidades Habitacionais, com capacidade para beneficiar uma população estimada em 1.175 habitantes, no município de Rio Branco, modalidade operacional Produção de Conjuntos Habitacionais, no âmbito do Programa Pró-Moradia | SEINFRA |
| | 346.611-07/2011 | PRÓ-MORADIA | Urbanização de Bairros em Rio Branco, com capacidade para beneficiar uma população estimada em 9.600 habitantes, modalidade operacional Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários, no âmbito do Programa Pró-Moradia | SEINFRA |
| | 354.430-78/2011 | PRÓ-TRANSPORTE | "Pavimentação de vias em Rio Branco, com capacidade para beneficiar uma população estimada em 15.000 habitantes, em Rio Branco" | DEPASA |
| | 358.927-65/2011 | PRÓ-TRANSPORTE | "Pavimentação de vias em Rio Branco, com capacidade para beneficiar uma população estimada em 15.000 habitantes, em Rio Branco" | DEPASA |
| CAIXA | 400.039-12/2014 | PRÓ-TRANSPORTE | "Pavimentação e qualificação de vias urbanas nos bairros, Santo Afonso, Santa Helena, Santa Luzia e Salim Fahart na cidade de Rio Branco, para atender a população estimada de 348 mil habitantes" | DEPASA |
| CAIXA | 400.089-29/2014 | PRÓ-TRANSPORTE | "Pavimentação e qualificação de vias urbanas nos bairros, Boa Vista, Conquista, Floresta Sul e Flor de Maio na cidade de Rio Branco, para atender a população estimada de 348 mil habitantes" | DEPASA |
| CAIXA | 400.131-43/2014 | PRÓ-TRANSPORTE | Pavimentação e qualificação de vias urbanas nos bairros, Ouricuri, Rui Lino, Vale dos Sabias e Jardim Primavera na cidade de Rio Branco, para atender a população estimada de 348 mil habitantes | DEPASA |
| CAIXA | 406.338-63/2013 | CPAC | O contrato tem por objetivo o aporte de CONTRAPARTIDA para a realização de obras e serviços decorrentes de operação (ões) de crédito e/ou repasse firmada(s) pelo tomador no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento | DEPASA |

| | | | | |
|-------|-----------------|----------|---|---|
| CAIXA | 406.340-04/2013 | CPAC | O contrato tem por objetivo o aporte de CONTRAPARTIDA para a realização de obras e serviços decorrentes de operação (ões) de crédito e/ou repasse firmada(s) pelo tomador no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (Habitasa Fase 2) | SEINFRA |
| CAIXA | 406.341-18/2013 | CPAC | O contrato tem por objetivo o aporte de CONTRAPARTIDA para a realização de obras e serviços decorrentes de operação (ões) de crédito e/ou repasse firmada(s) pelo tomador no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC | SEINFRA |
| CAIXA | 406.342-22/2013 | CPAC | O contrato tem por objetivo o aporte de CONTRAPARTIDA para a realização de obras e serviços decorrentes de operação (ões) de crédito e/ou repasse firmada(s) pelo tomador no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (Glória 2) | SEINFRA |
| CAIXA | 406.343-36/2013 | CPAC | O contrato tem por objetivo o aporte de CONTRAPARTIDA para a realização de obras e serviços decorrentes de operação (ões) de crédito e/ou repasse firmada(s) pelo tomador no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (Placas) | SEINFRA |
| CAIXA | 406.461-75/2013 | CPAC | O contrato tem por objetivo o aporte de CONTRAPARTIDA para a realização de obras e serviços decorrentes de operação (ões) de crédito e/ou repasse firmada(s) pelo tomador no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (Cidade do Povo) | SEINFRA |
| OGU | Convênios | Diversos | Contratos de convênios firmados entre órgãos do Poder Executivo e União | SEPA/ SEINFRA/ SEICT/ DEPASA/ SEE/ SESACRE/ SEET/ CBMAC/ SEJUSP/ PMAC/ ITERACRE/ FUNTAC/ DERACRE/ IAIS/ FEM/ DPE/ IAPEN/ IEPETC |



ANEXO IV - REFERENCIAL ORÇAMENTÁRIO



| PROGRAMAS TEMÁTICOS | VALOR (R\$) 2020-2023 |
|--|--------------------------|
| EIXO GESTÃO INSTITUCIONAL | |
| Gestão Fiscal e Financeira | 94.795.205,59 |
| Difusão e Comunicação Pública | 11.311.255,62 |
| Gestão Estratégica de Pessoas | 12.013.131,35 |
| Modernização da Gestão Fiscal, Contábil e Financeira | 56.488.445,96 |
| Gestão Moderna, Eficiente e Transparente | 477.192.860,35 |
| Valorização dos Povos Indígenas | 34.911.220,65 |
| Valorização e Qualificação dos Servidores Públicos | 34.643.739,47 |
| Gestão Institucional Executivo: Administrativo e Operacional | 478.337.026,79 |
| Gestão Institucional Executivo: Fundo Previdenciário | 4.465.792.458,03 |
| Gestão Institucional Executivo: Controle e Serviço da Dívida | 2.093.333.745,87 |
| Gestão Institucional Executivo: Folha de Pagamento | 10.567.064.249,61 |
| TOTAL | 18.325.883.339,27 |
| EIXO MEIO AMBIENTE | |
| Gestão Integrada do Meio Ambiente | 40.015.594,47 |
| Negócios Florestais | 219.636.289,86 |
| Regularização Fundiária do Estado do Acre | 24.066.696,90 |
| TOTAL | 283.718.581,23 |
| EIXO ECONOMIA E AGRONEGÓCIO | |
| Desenvolvimento da Economia e Agronegócio | 138.118.538,47 |
| Desenvolvimento Industrial e Comercial | 76.231.363,24 |
| Fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural | 49.071.847,48 |
| Acre Empreendedor | 1.786.900,70 |
| Acre: O turismo começa aqui | 5.825.941,40 |
| Defesa Agropecuária | 6.167.356,44 |
| Geração e Difusão do Conhecimento, Ciência e Tecnologia | 57.466.106,03 |
| TOTAL | 334.668.053,76 |
| EIXO INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO | |
| Viver Cidades | 100.436.078,14 |
| Rotas do Desenvolvimento | 716.544.191,88 |
| Saneamento é Saúde | 416.265.238,25 |
| Segurança no Trânsito | 117.591.991,71 |
| TOTAL | 1.350.837.499,98 |
| EIXO CIDADANIA E SEGURANÇA | |
| Segurança Pública: Proteção, Presença e Força | 392.523.615,83 |
| Cidadania para todos | 4.909.236,00 |
| Assistência Social, Um Direito de Todos | 8.198.907,29 |
| Mulher, Viver com Segurança e Dignidade | 192.158,33 |
| Cultura Presente e Participativa | 66.652.166,21 |
| Saúde, Um Novo Olhar | 2.276.586.533,20 |

| | |
|---|--------------------------|
| Qualificação Técnica Profissional | 28.507.104,73 |
| Promoção de Projetos Inovadores Educacionais e Esportivos | 15.621.346,51 |
| Educação de Qualidade, Eficiente e Inovadora | 1.014.843.995,88 |
| TOTAL | 3.808.035.063,97 |
| DEMAIS PODERES | |
| Assembléia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado | 918.765.927,89 |
| Tribunal de Justiça | 1.137.442.200,78 |
| Ministério Público Estadual | 545.442.448,36 |
| Defensoria Pública Estadual | 138.044.477,67 |
| TOTAL | 2.739.695.054,69 |
| TOTAL GERAL | 26.842.837.592,92 |

| EIXO GESTÃO INSTITUCIONAL | | | |
|---|----------------------|-----------------------|----------------------------|
| Programa: Gestão Fiscal e Financeira | | | Código SAFIRA: 1407 |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 7.527.001,00 | 25.419.555,51 | 32.946.556,51 |
| DESPESA DE CAPITAL | 14.130.000,00 | 47.718.649,08 | 61.848.649,08 |
| TOTAL | 21.657.001,00 | 73.138.204,59 | |
| VALOR GLOBAL | | | 94.795.205,59 |
| Programa: Difusão e Comunicação Pública | | | Código SAFIRA: 1412 |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 2.580.180,00 | 8.713.567,16 | 11.293.747,16 |
| DESPESA DE CAPITAL | 4.000,00 | 13.508,46 | 17.508,46 |
| TOTAL | 2.584.180,00 | 8.727.075,62 | |
| VALOR GLOBAL | | | 11.311.255,62 |
| Programa: Gestão Estratégica de Pessoas | | | Código SAFIRA: 1413 |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 3.000,00 | 10.131,35 | 13.131,35 |
| DESPESA DE CAPITAL | 4.800.000,00 | 7.200.000,00 | 12.000.000,00 |
| TOTAL | 4.803.000,00 | 7.210.131,35 | |
| VALOR GLOBAL | | | 12.013.131,35 |
| Programa: Modernização da Gestão Fiscal, Contábil e Financeira | | | Código SAFIRA: 1414 |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 12.325.403,00 | 41.624.315,68 | 53.949.718,68 |
| DESPESA DE CAPITAL | 580.000,00 | 1.958.727,28 | 2.538.727,28 |
| TOTAL | 12.905.403,00 | 43.583.042,96 | |
| VALOR GLOBAL | | | 56.488.445,96 |



| | | | |
|---|-------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Programa: Gestão Moderna, Eficiente e Transparente | | Código SAFIRA: 1415 | |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 9.117.793,64 | 30.791.846,79 | 39.909.640,43 |
| DESPESA DE CAPITAL | 97.843.663,07 | 339.439.556,85 | 449.283.219,92 |
| TOTAL | 106.961.456,71 | 370.231.403,64 | |
| VALOR GLOBAL | | | 477.192.860,35 |
| Programa: Valorização dos Povos Indígenas | | Código SAFIRA: 1416 | |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 3.762.270,00 | 12.705.622,21 | 16.467.892,21 |
| DESPESA DE CAPITAL | 4.213.580,00 | 14.229.748,44 | 18.443.328,44 |
| TOTAL | 7.975.850,00 | 26.935.370,65 | |
| VALOR GLOBAL | | | 34.911.220,65 |
| Programa: Valorização e Qualificação dos Servidores Públicos | | Código SAFIRA: 1417 | |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 4.859.691,00 | 16.411.740,23 | 21.271.431,23 |
| DESPESA DE CAPITAL | 3.055.050,00 | 10.317.258,24 | 13.372.308,24 |
| TOTAL | 7.914.741,00 | 26.728.998,47 | |
| VALOR GLOBAL | | | 34.643.739,47 |
| TOTAL GERAL DO EIXO GESTÃO INSTITUCIONAL | | | |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023(R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 40.175.338,64 | 135.676.778,93 | 175.852.117,57 |
| DESPESA DE CAPITAL | 124.626.293,07 | 420.877.448,35 | 545.503.741,42 |
| TOTAL | 164.805.631,71 | 556.554.227,27 | |
| VALOR GLOBAL | | | 721.355.858,98 |
| PROGRAMAS | | PARTICIPAÇÃO | VALOR (R\$) |
| Gestão Fiscal e Financeira | | 13,1% | 94.795.205,59 |
| Difusão e Comunicação Pública | | 1,6% | 11.311.255,62 |
| Gestão Estratégica de Pessoas | | 1,7% | 12.013.131,35 |
| Modernização da Gestão Fiscal, Contábil e Financeira | | 7,8% | 56.488.445,96 |
| Gestão Moderna, Eficiente e Transparente | | 67,8% | 477.192.860,35 |
| Valorização dos Povos Indígenas | | 4,8% | 34.911.220,65 |
| Valorização e Qualificação dos Servidores Públicos | | 4,8% | 34.643.739,47 |
| TOTAL | | 100% | 721.355.858,98 |



| EIXO CIDADANIA E SEGURANÇA | | | |
|---|-----------------------|-------------------------|-------------------------|
| Programa: Segurança Pública: Proteção, Presença e Força | | | Código SAFIRA: 1421 |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 65.708.001,03 | 221.903.541,61 | 287.611.542,64 |
| DESPESA DE CAPITAL | 23.968.310,00 | 80.943.763,19 | 104.912.073,19 |
| TOTAL | 89.676.311,03 | 302.847.304,80 | |
| VALOR GLOBAL | | | 392.523.615,83 |
| Programa: Cultura Presente e Participativa | | | Código SAFIRA: 1422 |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 2.632.524,00 | 8.890.338,92 | 11.522.862,92 |
| DESPESA DE CAPITAL | 12.594.892,00 | 42.534.411,29 | 55.129.303,29 |
| TOTAL | 15.227.416,00 | 51.424.750,21 | |
| VALOR GLOBAL | | | 66.652.166,21 |
| Programa: Qualificação Técnica Profissional | | | Código SAFIRA: 1423 |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 3.829.099,71 | 12.931.313,90 | 16.760.413,61 |
| DESPESA DE CAPITAL | 2.683.660,00 | 9.063.031,12 | 11.746.691,12 |
| TOTAL | 6.512.759,71 | 21.994.345,02 | |
| VALOR GLOBAL | | | 28.507.104,73 |
| Programa: Saúde, Um Novo Olhar | | | Código SAFIRA: 1424 |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 447.331.157,72 | 1.510.689.210,03 | 1.958.020.367,75 |
| DESPESA DE CAPITAL | 72.779.923,00 | 245.786.242,44 | 318.566.165,44 |
| TOTAL | 520.111.080,72 | 1.756.475.452,48 | |
| VALOR GLOBAL | | | 2.276.586.533,20 |
| Programa: Cidadania para todos | | | Código SAFIRA: 1425 |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 696.997,52 | 2.353.841,48 | 3.050.839,00 |
| DESPESA DE CAPITAL | 424.571,11 | 1.433.825,89 | 1.858.397,00 |
| TOTAL | 1.121.568,63 | 3.787.667,37 | |
| VALOR GLOBAL | | | 4.909.236,00 |
| Programa: Assistência Social, Um Direito de Todos | | | Código SAFIRA: 1426 |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 1.082.022,00 | 3.654.113,81 | 4.736.135,81 |
| DESPESA DE CAPITAL | 791.108,00 | 2.671.663,48 | 3.462.771,48 |
| TOTAL | 1.873.130,00 | 6.325.777,29 | |
| VALOR GLOBAL | | | 8.198.907,29 |



| | | | |
|--|-------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Programa: Mulher, Viver com Segurança e Dignidade | | | Código SAFIRA: 1427 |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 43.900,67 | 148.257,66 | 192.158,33 |
| DESPESA DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | |
| TOTAL | 43.900,67 | 148.257,66 | |
| VALOR GLOBAL | | | 192.158,33 |
| Programa: Educação de Qualidade, Eficiente e Inovadora | | | Código SAFIRA: 1428 |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 200.763.304,20 | 678.000.966,83 | 878.764.271,03 |
| DESPESA DE CAPITAL | 31.088.900,74 | 104.990.824,11 | 136.079.724,85 |
| TOTAL | 231.852.204,94 | 782.991.790,94 | |
| VALOR GLOBAL | | | 1.014.843.995,88 |
| Programa: Promoção de Projetos Inovadores Educacionais e Esportivos | | | Código SAFIRA: 1429 |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 3.468.167,38 | 11.712.403,55 | 15.180.570,93 |
| DESPESA DE CAPITAL | 100.700,00 | 340.075,58 | 440.775,58 |
| TOTAL | 3.568.867,38 | 12.052.479,13 | |
| VALOR GLOBAL | | | 15.621.346,51 |
| TOTAL GERAL DO EIXO CIDADANIA E SEGURANÇA | | | |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 725.555.174,23 | 2.450.283.987,77 | 3.175.839.162,00 |
| DESPESA DE CAPITAL | 144.432.064,85 | 487.763.837,12 | 632.195.901,97 |
| TOTAL | 869.987.239,08 | 2.938.047.824,89 | |
| VALOR GLOBAL | | | 3.808.035.063,97 |
| PROGRAMAS | | PARTICIPAÇÃO | VALOR (R\$) |
| Segurança Pública: Proteção, Presença e Força | | 10,3% | 392.523.615,83 |
| Cultura Presente e Participativa | | 1,8% | 66.652.166,21 |
| Qualificação Técnica Profissional | | 0,7% | 28.507.104,73 |
| Saúde, Um Novo Olhar | | 59,8% | 2.276.586.533,20 |
| Cidadania Para Todos | | 0,1% | 4.909.236,00 |
| Assistência Social, Um direito de todos | | 0,2% | 8.198.907,29 |
| Mulher, Viver com Segurança e Dignidade | | 0,0% | 192.158,33 |
| Educação de Qualidade, Eficiente e Inovadora | | 26,7% | 1.014.843.995,88 |
| Promoção de Projetos Inovadores Educacionais e Esportivos | | 0,4% | 15.621.346,51 |
| TOTAL | | 100% | 3.808.035.063,97 |



EIXO ECONOMIA E AGRONECÓCIO

| | | | |
|---|-------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Programa: Acre Empreendedor | | Código SAFIRA: 1400 | |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 204.237,00 | 689.732,04 | 893.969,04 |
| DESPESA DE CAPITAL | 204.000,00 | 688.931,66 | 892.931,66 |
| TOTAL | 408.237,00 | 1.378.663,70 | |
| VALOR GLOBAL | | | 1.786.900,70 |
| Programa: Acre, o turismo começa aqui | | Código SAFIRA: 1401 | |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 1.125.000,00 | 3.799.255,50 | 4.924.255,50 |
| DESPESA DE CAPITAL | 206.000,00 | 695.685,90 | 901.685,90 |
| TOTAL | 1.331.000,00 | 4.494.941,40 | |
| VALOR GLOBAL | | | 5.825.941,40 |
| Programa: Defesa Agropecuária | | Código SAFIRA: 1402 | |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 1.409.000,00 | 4.758.356,44 | 6.167.356,44 |
| DESPESA DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 1.409.000,00 | 4.758.356,44 | |
| VALOR GLOBAL | | | 6.167.356,44 |
| Programa: Desenvolvimento da Economia e Agronegócio | | Código SAFIRA: 1403 | |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 6.000.908,00 | 20.265.762,42 | 26.266.670,42 |
| DESPESA DE CAPITAL | 25.553.782,00 | 86.298.086,05 | 111.851.868,05 |
| TOTAL | 31.554.690,00 | 106.563.848,47 | |
| VALOR GLOBAL | | | 138.118.538,47 |
| Programa: Desenvolvimento Industrial e Comercial | | Código SAFIRA: 1404 | |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 12.595.586,28 | 42.536.755,96 | 55.132.342,24 |
| DESPESA DE CAPITAL | 4.820.302,00 | 16.278.719,01 | 21.099.021,01 |
| TOTAL | 17.415.888,28 | 58.815.474,96 | |
| VALOR GLOBAL | | | 76.231.363,24 |
| Programa: Fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural | | Código SAFIRA: 1405 | |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 2.324.000,00 | 7.848.417,58 | 10.172.417,58 |
| DESPESA DE CAPITAL | 8.887.000,00 | 30.012.429,89 | 38.899.429,89 |
| TOTAL | 11.211.000,00 | 37.860.847,48 | |
| VALOR GLOBAL | | | 49.071.847,48 |

| Programa: Geração e Difusão do Conhecimento, Ciência e Tecnologia | | | Código SAFIRA: 1406 |
|--|----------------------|-----------------------|----------------------------|
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 3.092.131,13 | 10.442.485,51 | 13.534.616,64 |
| DESPESA DE CAPITAL | 10.036.629,00 | 33.894.860,38 | 43.931.489,38 |
| TOTAL | 13.128.760,13 | 44.337.345,90 | |
| VALOR GLOBAL | | | 57.466.106,03 |
| TOTAL GERAL DO EIXO ECONOMIA E AGRONEGÓCIO | | | |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023(R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 26.750.862,41 | 90.340.765,46 | 117.091.627,87 |
| DESPESA DE CAPITAL | 49.707.713,00 | 167.868.712,90 | 217.576.425,90 |
| TOTAL | 76.458.575,41 | 258.209.478,35 | |
| VALOR GLOBAL | | | 334.668.053,76 |
| PROGRAMAS | | PARTICIPAÇÃO | VALOR (R\$) |
| Acre Empreendedor | | 0,7% | 1.786.900,70 |
| Acre, o turismo começa aqui | | 1,7% | 5.825.941,40 |
| Defesa Agropecuária | | 1,8% | 6.167.356,44 |
| Desenvolvimento da Economia e Agronegócio | | 41,3% | 138.118.538,47 |
| Desenvolvimento Industrial e Comercial | | 22,8% | 76.231.363,24 |
| Fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural | | 14,7% | 49.071.847,48 |
| Geração e Difusão do Conhecimento, Ciência e Tecnologia | | 17% | 57.466.106,03 |
| TOTAL | | 100% | 334.668.053,76 |



| EIXO INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO | | | |
|---|-----------------------|-------------------------|-------------------------|
| Programa: Rotas do Desenvolvimento | | | Código SAFIRA: 1408 |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 4.659.523,00 | 15.735.749,68 | 20.395.272,68 |
| DESPESA DE CAPITAL | 159.042.830,76 | 537.106.088,44 | 696.148.919,20 |
| TOTAL | 163.702.353,76 | 552.841.838,12 | |
| VALOR GLOBAL | | | 716.544.191,88 |
| Programa: Saneamento é Saúde | | | Código SAFIRA: 1409 |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 5.395.330,00 | 18.220.655,27 | 23.615.985,27 |
| DESPESA DE CAPITAL | 89.705.014,21 | 302.944.238,77 | 392.649.252,98 |
| TOTAL | 95.100.344,21 | 321.164.894,04 | |
| VALOR GLOBAL | | | 416.265.238,25 |
| Programa: Segurança no Trânsito | | | Código SAFIRA: 1410 |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 15.865.176,00 | 53.578.539,71 | 69.443.715,71 |
| DESPESA DE CAPITAL | 11.000.000,00 | 37.148.276,00 | 48.148.276,00 |
| TOTAL | 26.865.176,00 | 90.726.815,71 | |
| VALOR GLOBAL | | | 117.591.991,71 |
| Programa: Viver Cidades | | | Código SAFIRA: 1411 |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 6.176.000,00 | 20.857.068,42 | 27.033.068,42 |
| DESPESA DE CAPITAL | 16.769.720,00 | 56.633.289,73 | 73.403.009,73 |
| TOTAL | 22.945.720,00 | 77.490.358,14 | |
| VALOR GLOBAL | | | 100.436.078,14 |
| TOTAL GERAL DO EIXO INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO | | | |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 32.096.029,00 | 108.392.013,07 | 140.488.042,07 |
| DESPESA DE CAPITAL | 276.517.564,97 | 933.831.892,94 | 1.210.349.457,91 |
| TOTAL | 308.613.593,97 | 1.042.223.906,01 | |
| VALOR GLOBAL | | | 1.350.837.499,98 |
| PROGRAMAS | PARTICIPAÇÃO | | VALOR (R\$) |
| Rotas do Desenvolvimento | 53% | | 716.544.191,88 |
| Saneamento é Saúde | 30,8% | | 416.265.238,25 |
| Segurança no Trânsito | 8,7% | | 117.591.991,71 |
| Viver Cidades | 7,4% | | 100.436.078,14 |
| TOTAL | 100% | | 1.350.837.499,98 |

| EIXO MEIO AMBIENTE | | | |
|---|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Programa: Gestão Integrada do Meio Ambiente | | | Código SAFIRA: 1418 |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 4.912.900,00 | 16.591.433,20 | 21.504.333,20 |
| DESPESA DE CAPITAL | 4.229.100,00 | 14.282.161,28 | 18.511.261,28 |
| TOTAL | 9.142.000,00 | 30.873.594,47 | |
| VALOR GLOBAL | | | 40.015.594,47 |
| Programa: Negócios Florestais | | | Código SAFIRA: 1419 |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 6.556.311,44 | 22.141.424,27 | 28.697.735,71 |
| DESPESA DE CAPITAL | 43.622.000,00 | 147.316.554,15 | 190.938.554,15 |
| TOTAL | 50.178.311,44 | 169.457.978,42 | |
| VALOR GLOBAL | | | 219.636.289,86 |
| Programa: Regularização Fundiária do Estado do Acre | | | Código SAFIRA: 1420 |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 1.013.520,00 | 3.422.774,61 | 4.436.294,61 |
| DESPESA DE CAPITAL | 4.484.780,00 | 15.145.622,29 | 19.630.402,29 |
| TOTAL | 5.498.300,00 | 18.568.396,90 | |
| VALOR GLOBAL | | | 24.066.696,90 |
| TOTAL GERAL DO EIXO MEIO AMBIENTE | | | |
| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 12.482.731,44 | 42.155.632,07 | 54.638.363,51 |
| DESPESA DE CAPITAL | 52.335.880,00 | 176.744.337,72 | 229.080.217,72 |
| TOTAL | 64.818.611,44 | 218.899.969,79 | |
| VALOR GLOBAL | | | 283.718.581,23 |
| PROGRAMAS | PARTICIPAÇÃO | | VALOR (R\$) |
| Gestão Integrada do Meio Ambiente | 14,1% | | 40.015.594,47 |
| Negócios Florestais | 77,4% | | 219.636.289,86 |
| Regularização Fundiária do Estado do Acre | 8,5% | | 24.066.696,90 |
| TOTAL | 100% | | 283.718.581,23 |



GESTÃO INSTITUCIONAL: ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL**Programa:** Gestão Institucional Executivo: Administrativo e Operacional**Código SAFIRA:** 2277

| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
|-------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 104.295.565,07 | 352.218.221,53 | 456.513.786,60 |
| DESPESA DE CAPITAL | 4.985.757,79 | 16.837.482,40 | 21.823.240,19 |
| TOTAL | 109.281.322,86 | 369.055.703,93 | |
| VALOR GLOBAL | | | 478.337.026,79 |

Programa: Gestão Institucional Executivo: Fundo Previdenciário**Código SAFIRA:** 2278

| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
|-------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 1.019.161.158,30 | 3.441.825.454,27 | 4.460.986.612,57 |
| DESPESA DE CAPITAL | 1.097.947,93 | 3.707.897,52 | 4.805.845,45 |
| TOTAL | 1.020.259.106,23 | 3.445.533.351,80 | |
| VALOR GLOBAL | | | 4.465.792.458,03 |

Programa: Gestão Institucional Executivo: Controle e Serviço da Dívida**Código SAFIRA:** 2279

| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
|-------------------------------|-----------------------|-------------------------|-------------------------|
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 478.244.978,17 | 1.615.088.767,70 | 2.093.333.745,87 |
| DESPESA DE CAPITAL | | | |
| TOTAL | 478.244.978,17 | 1.615.088.767,70 | |
| VALOR GLOBAL | | | 4.227.709.161,90 |

Programa: Gestão Institucional Executivo: Folha de Pagamento**Código SAFIRA:** 2280

| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
|-------------------------------|-------------------------|-------------------------|--------------------------|
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 2.414.161.344,96 | 8.152.902.904,65 | 10.567.064.249,61 |
| DESPESA DE CAPITAL | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| TOTAL | 2.414.161.344,96 | 8.152.902.904,65 | |
| VALOR GLOBAL | | | 10.567.064.249,61 |

TOTAL GERAL DO PROGRAMA GESTÃO INSTITUCIONAL DO EXECUTIVO

| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
|--|-------------------------|--------------------------|--------------------------|
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 4.015.863.046,50 | 13.562.035.348,14 | 17.577.898.394,64 |
| DESPESA DE CAPITAL | 6.083.705,72 | 20.545.379,93 | 26.629.085,65 |
| TOTAL | 4.021.946.752,22 | 13.582.580.728,07 | |
| VALOR GLOBAL | | | 17.604.527.480,29 |
| PROGRAMAS | PARTICIPAÇÃO | | VALOR (R\$) |
| Gestão Institucional Executivo: Administrativo e Operacional | 2,7% | | 478.337.026,79 |
| Gestão Institucional Executivo: Fundo Previdenciário | 25,4% | | 4.465.792.458,03 |
| Gestão Institucional Executivo: Controle e Serviço da Dívida | 11,9% | | 2.093.333.745,87 |
| Gestão Institucional Executivo: Folha de Pagamento | 60% | | 10.567.064.249,61 |
| TOTAL | 100% | | 17.604.527.480,29 |

PROGRAMAS DE GESTÃO INSTITUCIONAL DO LEGISLATIVO - ALEAC E TCE**Programa:** Gestão Institucional Legislativo - ALEAC**Código SAFIRA:** 2281

| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021- 2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
|-------------------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 153.990.478,85 | 520.043.709,97 | 674.034.188,82 |
| DESPESA DE CAPITAL | 520.801,15 | 1.758.805,90 | 2.279.607,05 |
| TOTAL | 154.511.280,00 | 521.802.515,87 | |
| VALOR GLOBAL | | | 676.313.795,87 |

Programa: Gestão Institucional Legislativo - TCE**Código SAFIRA:** 2285

| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021- 2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
|-------------------------------|----------------------|------------------------|-----------------------|
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 54.190.840,00 | 183.008.752,82 | 237.199.592,82 |
| DESPESA DE CAPITAL | 1.200.000,00 | 4.052.539,20 | 5.252.539,20 |
| TOTAL | 55.390.840,00 | 187.061.292,02 | |
| VALOR GLOBAL | | | 242.452.132,02 |

TOTAL DOS PROGRAMAS DE GESTÃO INSTITUCIONAL DO LEGISLATIVO - ALEAC E TCE

| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023(R\$) |
|-------------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 208.181.318,85 | 703.052.462,79 | 911.233.781,64 |
| DESPESA DE CAPITAL | 1.720.801,15 | 5.811.345,10 | 7.532.146,25 |
| TOTAL | 209.902.120,00 | 708.863.807,89 | |
| VALOR GLOBAL | | | 918.765.927,89 |

PROGRAMAS DE GESTÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO**Programa:** Gestão Institucional Judiciário**Código SAFIRA:** 2282

| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
|-------------------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 250.802.550,03 | 846.989.304,55 | 1.097.791.854,58 |
| DESPESA DE CAPITAL | 9058.555,04 | 30.591.791,16 | 39.650.346,20 |
| TOTAL | 259.861.105,07 | 877.581.095,71 | |
| VALOR GLOBAL | | | 1.137.442.200,78 |

TOTAL DOS PROGRAMAS DE GESTÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO

| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023(R\$) |
|-------------------------------|-----------------------|-----------------------|-------------------------|
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 250.802.550,03 | 846.989.304,55 | 1.097.791.854,58 |
| DESPESA DE CAPITAL | 9058.555,04 | 30.591.791,16 | 39.650.346,20 |
| TOTAL | 259.861.105,07 | 877.581.095,71 | |
| VALOR GLOBAL | | | 1.137.442.200,78 |



PROGRAMAS DE GESTÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**Programa:** Gestão Institucional - Ministério Público Estadual**Código SAFIRA:** 2283

| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
|-------------------------------|------------------|-----------------------|-----------------------|
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 116.246.290,00 | 392.577.205,90 | 508.823.495,90 |
| DESPESA DE CAPITAL | 8.366.000,00 | 28.252.952,46 | 36.618.952,46 |
| TOTAL | 124.612.290,00 | 420.830.158,36 | |
| VALOR GLOBAL | | | 545.442.448,36 |

TOTAL DOS PROGRAMAS DE GESTÃO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023(R\$) |
|-------------------------------|------------------|-----------------------|-----------------------|
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 116.246.290,00 | 392.577.205,90 | 508.823.495,90 |
| DESPESA DE CAPITAL | 8.366.000,00 | 28.252.952,46 | 36.618.952,46 |
| TOTAL | 124.612.290,00 | 420.830.158,36 | |
| VALOR GLOBAL | | | 545.442.448,36 |

PROGRAMAS DE GESTÃO INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL**Programa:** Gestão Institucional - Defensoria Pública Estadual**Código SAFIRA:** 2284

| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023 (R\$) |
|-------------------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 25.070.934,65 | 84.667.454,54 | 109.738.389,19 |
| DESPESA DE CAPITAL | 6.466.835,35 | 21.839.253,13 | 28.306.088,48 |
| TOTAL | 31.537.770,00 | 106.506.707,67 | |
| VALOR GLOBAL | | | 138.044.477,67 |

TOTAL DOS PROGRAMAS DE GESTÃO INSTITUCIONAL DA DEFENSORIA PÚBLICA ESTADUAL

| ORÇAMENTO | VALOR 2020 (R\$) | VALOR 2021-2023 (R\$) | VALOR 2020-2023(R\$) |
|-------------------------------|------------------|-----------------------|-----------------------|
| FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL | | | |
| DESPESA CORRENTE | 25.070.934,65 | 84.667.454,54 | 109.738.389,19 |
| DESPESA DE CAPITAL | 6.466.835,35 | 21.839.253,13 | 28.306.088,48 |
| TOTAL | 31.537.770,00 | 106.506.707,67 | |
| VALOR GLOBAL | | | 138.044.477,67 |



EQUIPE RESPONSÁVEL**Coordenação Geral****Maria Alice Araújo**

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG

Jarbas Anute Costa

Secretário Adjunto de Planejamento – SEPLAG

Roberto Feres

Secretário Adjunto de Gestão – SEPLAG

Coordenação Técnica**Wagner Silva de Sena**

Diretor de Planejamento e Orçamento Público – SEPLAG

Cristian Dourado Paiva Casas

Chefe do Departamento de Planejamento Governamental – SEPLAG

Aluísio Conceição de Souza

Chefe do Departamento de Programação e Execução Orçamentária – SEPLAG

Equipe Técnica

Arlene de Nazaré Silva Pessoa
Denysclei Oliveira Bandeira
Edemilson Pereira dos Santos
Eliane de Oliveira
Érika da Silva Santos
Francilene de Lima Assis
Iuri Rudá Franca Gomes
João Vitor Vieira de Freitas
Joquebede Oliveira da Silva Furtado
Kelly Cristine Silva de Almeida
Pamela Cristina de Mattos Lopes
Raquel Meireles Silva
Rosimeyre Fonseca da Silva
Ruan Carlos Ferreira de Lima
Shirley Brana Vilela
Vasti Albuquerque Quintana Queiroz

Colaboradores

Anna Lúcia Abreu
Marly da Costa Alencar
Patrícia Azevedo Feitoza
Paulo Guilherme Salvador Wadt
Pedro Brilhante
Raymson Ribeiro Bragado
Ricardo Brandão dos Santos
Vera Lúcia Reis Brown

Colaboradores da SEPLAG**Márcio Barros de Oliveira**

Diretoria de Modernização e Desenvolvimento Institucional – DIRMOD

Vinicius Otsubo Sanchez

Diretoria de Captação de Recursos e Gerenciamento de Programas – DIRCAP

Maria Bernadete Campos Pinheiro

Diretoria de Organização em Centros de Atendimento – DIROC

Guilherme Schirmer Duarte

Diretoria de Gestão de Pessoas – DIRGEP

Leilane Ribeiro de Oliveira

Diretoria de Gestão Interna – DIRGI

Projeto Gráfico

Edgard Santos Junior
Sameul Cabral
Eduardo Rocha

Diagramação

Márcio Ferreira



